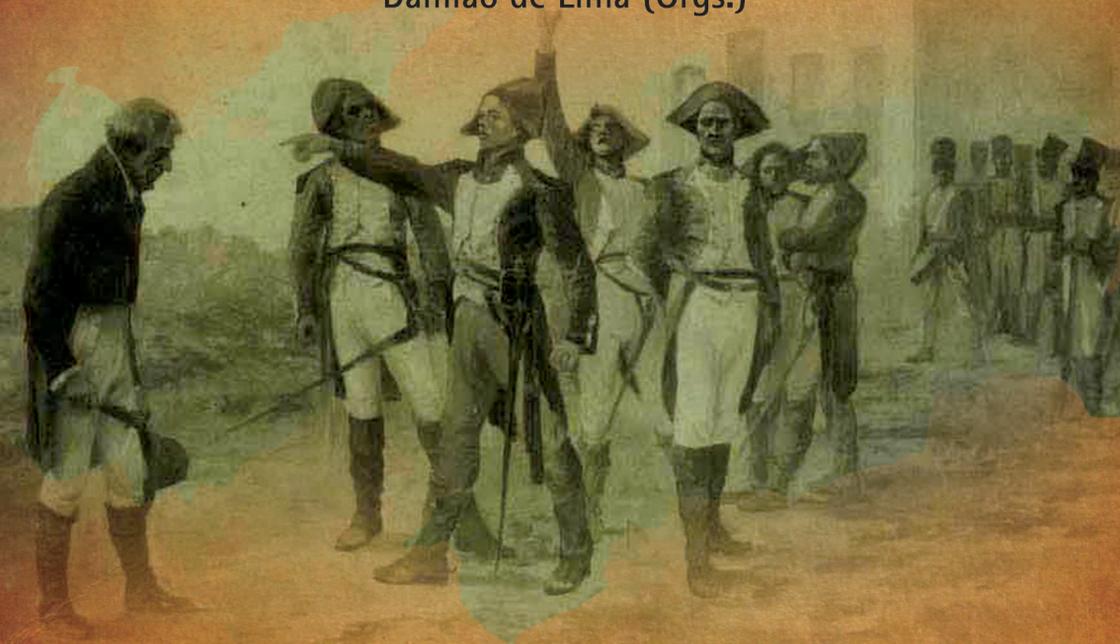


Estudando a História da

PARAÍBA

Uma coletânea de textos didáticos

Eliete de Queiroz Gurjão
Damião de Lima (Orgs.)



Leonília Maria de Amorim
Maria Santana de Souza Silva
Martha Lúcia Ribeiro Araújo



5ª Edição



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^ª. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^ª. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Moraes de Sousa (UEPB)

Diretor

Conselho Editorial

Alberto Soares de Melo (UEPB) | Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)
Jordeana Davi Pereira (UEPB) | Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)
José Etham de Lucena Barbosa (UEPB) | José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
José Tavares de Sousa (UEPB) |

Conselho Científico

Afrânio Silva Jardim (UERJ) | Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)
Anne Augusta Alencar Leite (UFPB) | Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)
Carlos Henrique Salvino Gadêlha Meneses (UEPB) | Flávio Romero Guimarães (UEPB)
Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN) | Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)
Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP) | Maria Creusa de Araújo Borges (UFPB)
Diego Duquelsky (UBA) | Pierre Souto Maior Coutinho Amorim (ASCES)
Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN) | Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)
Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB) | Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)
Germano Ramalho (UEPB) | Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar (UFAL)
Glauber Salomão Leite (UEPB) | Vincenzo Carbone (UNINT/IT)
Gonçalo Nicolau Cerqueira Sops de Mello Bandeira (IPCA/PT) | Vincenzo Militello (UNIPA/IT)
Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB)

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*
Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes | *Design Gráfico e Editoração*
Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*
Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*
Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*
Danielle Correia Gomes | *Divulgação*



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Eliete de Queiroz Gurjão
Damião de Lima
(*Organizadores*)

Estudando a História da
Paraíba
uma coletânea de textos didáticos

5ª edição



Campina Grande - PB

2021



Estado da Paraíba

João Azevêdo Lins Filho	<i>Governador</i>
Ana Lúgia Costa Feliciano	<i>Vice-governadora</i>
Nonato Bandeira	<i>Secretário da Comunicação Institucional</i>
Claudio Benedito Silva Furtado	<i>Secretário da Educação e da Ciência e Tecnologia</i>
Damião Ramos Cavalcanti	<i>Secretário da Cultura</i>

EPC - Empresa Paraibana de Comunicação

Naná Garcez	<i>Diretora Presidente</i>
William Costa	<i>Diretor de Mídia Impressa</i>
Albiege Fernandes	<i>Diretora de Rádio e TV</i>
Alexandre Macedo	<i>Gerente da Editora A União</i>



BR 101 - KM 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP: 58.082-010

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.
FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA HELIANE MARIA IDALINO SILVA - CRB-15º/368

-
- E82 Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos. [Livro eletrônico]/Eliete de Queiroz Gurjão, Damião de Lima (Organizadores). - Campina Grande: EDUEPB, 2021.
829kb - 190 p.

ISBN 978-65-86221-56-5 (E-book)

ISBN 978-65-86221-54-1 (Impresso)

1. Paraíba - História. 2. Economia paraibana. 3. Movimentos sociais. 4. Reforma agrária. I. Gurjão, Eliete de Queiroz (Organizadora). II. Lima, Damião de. (Organizador).

21. ed. CDD 981.33

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
<i>Flavio Romero Guimarães</i>	
APRESENTAÇÃO	13
<i>Os Autores</i>	
APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO COMEMORATIVA	15
<i>Os Autores</i>	
1. EUROPEUS BUSCAM NOVAS TERRAS E MERCADOS	17
<i>Eliete de Queiroz Gurjão</i>	
2. O ENCONTRO DE “DOIS MUNDOS”: DA PRÉ-HISTÓRIA À CHEGADA DOS EUROPEUS	25
<i>Eliete de Queiroz Gurjão</i>	
3. RESISTÊNCIA INDÍGENA E DOMINAÇÃO DO LITORAL	33
<i>Eliete de Queiroz Gurjão</i>	
4. RESISTÊNCIA INDÍGENA E DOMINAÇÃO DOS SERTÕES	39
<i>Eliete de Queiroz Gurjão</i>	
5. DE DONOS DA TERRA A TRABALHADORES CATIVOS: A MÃO DE OBRA INDÍGENA	45
<i>Eliete de Queiroz Gurjão</i>	

6. “O TRABALHO É COISA DE NEGRO”: A ESCRAVIDÃO	53
<i>Leonília Maria de Amorim</i>	
7. A “BAGACEIRA” NA EMPRESA AÇUCAREIRA	59
<i>Leonília Maria de Amorim</i>	
8. A GUERRA NA TERRA DO AÇÚCAR: O DOMÍNIO HOLANDÊS	65
<i>Leonília Maria de Amorim</i>	
9. O HOMEM SEGUIU O BOI PELOS SERTÕES: A PECUÁRIA	71
<i>Leonília Maria de Amorim</i>	
10. REBELDIA NO NORDESTE EM 1817: A REPÚBLICA DE QUASE TODAS AS CLASSES	77
<i>Leonília Maria de Amorim</i>	
11. HOMENS POBRES E “LIVRES” REBELAM-SE: MOVIMENTOS SOCIAIS NO SÉCULO XIX	83
<i>Damião de Lima</i>	
12. UM PANORAMA DA PROVÍNCIA DA PARAHYBA	95
<i>Eliete de Queiroz Gurjão</i>	
13. A REPÚBLICA DOS “CORONÉIS”	101
<i>Eliete de Queiroz Gurjão</i>	
14. PERREPISTAS E LIBERAIS DISPUTAM O PODER EM 1930 ..	107
<i>Eliete de Queiroz Gurjão</i>	
15. A PARAHYBA RENOVADA!?	115
<i>Eliete de Queiroz Gurjão</i>	

16. O RETORNO DA DEMOCRACIA!?! (1945-1964)	123
<i>Martha Lúcia Ribeiro Araújo</i>	
17. OS CAMPONESES SE REBELAM E LUTAM PELA REFORMA AGRÁRIA	129
<i>Maria Santana de Souza Silva</i>	
18. TEMPOS DE CRISE E DECADÊNCIA NA ECONOMIA PARAIBANA (1945-1964)	137
<i>Martha Lúcia Ribeiro Araújo</i>	
19. A RESISTÊNCIA DOS HOMENS POBRES: SEM SONHOS E SEM TERRA	143
<i>Martha Lúcia Ribeiro Araújo</i>	
20. TEMPOS DE DESENVOLVIMENTO E DE CRISE NA ECONOMIA CAMPINENSE	147
<i>Damião de Lima</i>	
21. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS	157
<i>Maria Santana Souza da Silva</i>	
22. LAMPEJOS DA CULTURA PARAIBANA	163
<i>Damião de Lima</i>	
23. A PARAÍBA NO NOVO MILÊNIO	173
<i>Damião de Lima</i>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	181
AUTORES	189

PREFÁCIO

Com destacada honra, recebi o convite para prefaciar esta edição comemorativa dos 20 anos de lançamento da primeira edição do livro *Estudando a História da Paraíba*, que se configura como uma obra paradigmática de enorme relevância na formação de discentes do Ensino Médio. Notadamente pela contextualização plural e pela diversidade de elementos da História da nossa gente, este é um livro capaz de permitir aos/às leitores/as conhecer ou revisitar aspectos importantes da construção identitária, social e cultural do povo paraibano.

Há duas décadas, na condição de Pró-reitor e de Vice-reitor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), fui um dos responsáveis pela publicação da primeira edição desta obra, por meio da editora da instituição. Naquela oportunidade, a EDUEPB estava em atividade de reestruturação, com o objetivo precípuo de contribuir para os primeiros ensaios da Universidade no tocante à oferta de mestrado. Foi um tempo intenso e desafiador, mas, como todo passado, ficou registrado apenas nas nossas mais escolhidas memórias afetivas. Ao presente, coube a mim a tarefa de comentar sobre esta edição comemorativa.

Tomo a liberdade de me afastar da estrutura convencional dos prefácios, em que se detalha, de forma sequenciada, o conteúdo do livro, a partir das considerações sobre cada capítulo, isoladamente. Opto por este caminho como forma de preservar a curiosidade dos leitores/as sobre os conteúdos desta obra. Assim, caberá a cada leitor/a tentar desvendar o universo teórico do/a autor/a de cada capítulo, estabelecendo a necessária relação que promove um diálogo subjetivo com o texto lido.

Trata-se, portanto, de uma provocação que busca estimular no/a leitor/a a capacidade de indagar argumentos e contra-argumentos, bem como analisar as teses defendidas nos textos por cada autor/a, a fim de permitir suas próprias reflexões e conclusões. No entanto, emitindo opinião no sentido amplo (ou *lato sensu*), registro que os/as autores/as foram muito felizes ao optarem por uma redação acessível e bastante didática, que permite que a leitura seja fluida e prazerosa. Assim, pontuo que o estilo escolhido foi bastante pertinente, notadamente quando se pretende alcançar um público leitor formado, maiormente, por jovens do Ensino Médio, que geralmente se encontram pouco vocacionados às leituras mais densas e estão bastante afinados com os atrativos mais imediatos das informações flutuantes das redes sociais.

Quanto à abordagem metodológica, é possível constatar que os/as autores/as apresentam textos consistentes, afastando-se das trilhas convencionais, que, invariavelmente, remetem aos “vultos” da nossa história – usam lentes renovadas para enxergar os fatos históricos que marcaram a trajetória da nossa gente, desde os primórdios da colonização até os tempos presentes. É provocador e palpitante revisitar como os/as autores/as, a exemplo de habilidosas rendeiras, trabalham a história, por meio de diversas mãos, por trás de um tecido aparentemente pronto – a História da Paraíba.

Com esta perspectiva inovadora de usar a agulha e a linha para preencher espaços entre os lacês do passado, do presente e até do futuro, os/as rendeiras/as atuam com senso científico acurado, afastando-se da ideia preconcebida de que é possível entrelaçar os fios para se chegar a uma única conclusão. Também na História, há múltiplas formas de usar os fios e de tecer os tecidos. No fundo, como professores/as, à semelhança das velhas rendeiras, os/as autores/as apenas pretendem produzir e ensinar o que produzem, perpetuando a existência do ofício.

Neste sentido, lembrei de Heródoto, historiador grego, que cunhou uma das frases mais emblemáticas para se reportar às relações entre passado, presente e futuro. Disse o festejado historiador: “Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro”. Assim, nessa relação indissociável entre fatos passados, realidades presentes e expectativas futuras, ocorre a marcha da humanidade. É neste contexto que as tessituras existenciais dos povos vão ganhando solidez, pelo papel insubstituível da História.

Nessas últimas duas décadas muita coisa mudou, seguindo a marcha inexorável do tempo. No entanto, talvez uma coisa não tenha mudado: a necessidade e a importância deste livro na formação dos paraibanos, especialmente daqueles matriculados no Ensino Médio.

Finalmente, reitero o agradecimento pela oportunidade de participar desse momento de lançamento da edição comemorativa, na certeza de que esta obra seguirá ocupando uma posição de relevância na formação discente. Aproveito para parabenizar aos que fazem a EDUEPB, pela feliz iniciativa, e aos autores e às autoras, pela obstinação em apresentar um texto de História da Paraíba sem o pretense enfoque puramente objetivo, geralmente respaldado na apresentação documental e factual.

Flávio Romero Guimarães

APRESENTAÇÃO

Colocamos à disposição do público a segunda edição da coletânea de textos didáticos “Estudando a História da Paraíba”. Foi com alegria que tomamos conhecimento do elevado índice de procura da primeira edição e da boa acolhida por parte daqueles que a utilizaram, que nos motivaram a prosseguir nesta tarefa.

Neste momento, queremos reiterar nosso compromisso com o ensino de História e convidar os interessados no estudo da História da Paraíba a concentrar esforços no sentido de estudá-la sob novo enfoque, atentando para a presença dos seus diversos atores sociais, para temáticas diversificadas e temporalidades múltiplas. Convocamos professores, estudantes e todos aqueles que procuram novas “veredas” que conduzam a uma percepção mais ampla de nossa história, a caminhar juntos no sentido de superar os estreitos limites da historiografia tradicional, marcada por uma concepção elitista e uma abordagem apologética.

Da mesma forma que na edição anterior, objetivamos subsidiar os estudiosos em geral, através de textos de fácil compreensão e de sugestões de atividades. Direcionamos a abordagem dos conteúdos para os estudantes do ensino médio e vestibulandos sem, contudo, dificultá-la, permitindo, assim, facilitar a aprendizagem de todos os interessados em conhecer nossa história.

Procurando preencher algumas lacunas deixadas pelo texto anterior, nesta edição acrescentamos dois capítulos: o primeiro, relativo à pré-história, e o penúltimo, referente à cultura paraibana. Os demais capítulos foram revistos e alguns modificados, acreditamos que para melhor.

Por fim, conclamamos a todos que têm consciência de seu potencial, enquanto sujeitos da História, que atuemos juntos no sentido de estimular a compreensão e a valorização de seu estudo. Que neste início de mais um século, o conhecimento histórico possa-nos servir de bússola, que nos instrumenta-lize para os enfrentamentos impostos pelas crises da sociedade contemporânea.

Os Autores

APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO COMEMORATIVA

Há vinte anos, um grupo de professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) foi convidado pela coordenadora do curso de História, professora Maria Santana de Sousa Silva (*in memoriam*), para redigir uma série de textos didáticos de História da Paraíba. Esse material, a princípio, faria parte de um programa educativo e formativo que deveria ir ao ar através da emissora de rádio que a UEPB ora planejava implantar e que seria coordenada pelos discentes do curso de comunicação social da instituição.

Considerando o veículo de divulgação, o público-alvo e o tempo limitado para a transmissão, redigimos os textos em linguagem bem acessível e optamos por uma abordagem curta, objetiva e da forma mais didática possível. Procuramos fornecer uma visão panorâmica da História da Paraíba, desde os primórdios da colonização até o início deste século.

Face às limitações já apontadas, elegemos um recorte teórico-metodológico que permitisse uma leitura dos contextos mais marcantes da História da Paraíba, enfocando as contradições e os conflitos manifestados localmente e seus liames com as condições externas, fossem estas regionais, nacionais ou mesmo internacionais.

O projeto original de divulgação através do rádio não se concretizou. No entanto, o material foi divulgado e passou a ser utilizado nos espaços escolares da cidade, especialmente nos cursos preparatórios para concursos e para vestibulares.

Destarte, até para oficializar a existência e demarcar a nossa autoria, resolvemos editar o texto impresso. A primeira edição logo contou com grande receptividade por parte de professores e de alunos, que, segundo testemunhos, declararam sua pertinência, suprimindo a carência de obras acerca da história do estado paraibano destinadas ao ensino básico.

Foi com muita emoção que recebemos a notícia que a editora da UEPB pretendia fazer uma edição comemorativa da nossa obra. Esta é, portanto, a edição comemorativa de vinte anos e a quinta edição de uma coletânea em que cinco autores escrevem sobre fatos e sobre contextos diversos da História da Paraíba. Nosso objetivo comum é de apresentar uma versão didática da nossa história para leitores leigos e estimular seu estudo de forma mais consciente e aprofundada aos estudiosos da temática.

Com esta edição, revisada e ampliada, dentro da temporalidade da primeira escrita, pretendemos continuar contribuindo para o conhecimento de nossa história sob uma ótica renovada, isenta de apologias aos “grandes personagens” e avessa à criação de “mitos”.

Nesta obra, então, discutimos e identificamos alguns males que se fundamentam no passado e persistem, apresentamos costumes e comportamentos que passaram por rupturas e outros que resistem e, sempre que possível, apontamos caminhos e possibilidades para que possamos vislumbrar e trilhar na direção de um futuro mais promissor.

João Pessoa, fevereiro de 2021
Os Autores

- 1 -

EUROPEUS BUSCAM NOVAS TERRAS E MERCADOS

Eliete de Queiroz Gurjão

Começaremos a estudar a História da Paraíba a partir da chegada dos europeus, do início da conquista do território dos nativos, nos primórdios do século XVI, quando começa o chamado período colonial. Porém, para entendermos nossa história da fase colonial precisamos saber algumas coisas sobre os europeus, principalmente sobre os portugueses. Afinal, como estava a Europa no século XV e XVI (quando se iniciou a colonização)? E Portugal? Que importância tinha dentro da Europa? O que os portugueses vieram fazer aqui? O que é que eles queriam?

Tudo começou no século XV com a ganância dos europeus em busca de riquezas. A Europa vinha desenvolvendo o comércio, era esta a atividade, agora, mais importante para o enriquecimento da burguesia e para o fortalecimento dos governos e, portanto, do poder dos países europeus. Mas, havia sérios problemas para que esse comércio continuasse crescendo. Faltavam mercadorias, metais preciosos (utilizados para cunhar moedas), terras férteis e pessoas em quantidade suficiente para trabalhar e para produzir mercadorias.

No século XIV, a Europa sofreu grandes perdas de sua produção agrícola, em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, provocando escassez de alimentos e, por conta disso, fome, desnutrição e morte. Enfraquecida pela fome, grande parte da população foi atingida pela Peste Negra, uma epidemia trazida do oriente através de um navio com pessoas contaminadas. Os bairros mais pobres das cidades foram mais atingidos, devido à desnutrição de seus moradores e às precárias condições de higiene. Cerca de um terço da população europeia morreu devido a Peste Negra; reduzindo, assim, a mão de obra.

A série de problemas que atingia a Europa no século XIV prolongou-se até a primeira metade do século XV. Tratou-se, na realidade, de uma verdadeira crise econômica que abalou de tal forma a Europa provocando consequências em todos os aspectos da sua vida. Os europeus tiveram, então, de procurar soluções para tal crise. Assim, coube à burguesia, associada aos governos dos países, a busca de novas condições para a retomada do crescimento econômico.

Qual a solução encontrada? Como fazer para que a Europa continuasse se desenvolvendo?

Ora, o comércio já era considerado a atividade que dava mais lucros. Então, fazia-se necessário, sobretudo, dispor de mercadorias, de produtos que fossem facilmente vendidos. Como conseguir estas mercadorias, se a Europa em crise não tinha condições de produzi-los?

Certo, diziam alguns europeus mais ousados. Mas o mundo é tão grande! Tantas e tantas terras existem fora da Europa! Terras já conhecidas, como a Índia, China e Japão chamadas na época de Índias; que forneciam produtos variados à Europa, tais como: pimenta, sal, açúcar, canela, tapetes, sedas etc. (as especiarias). Ainda assim, existiam terras e mais terras desconhecidas, que os europeus sonhavam encontrar e, o mais importante, retirar delas produtos valiosos, tais como ouro e prata.

Assim, movidos pelo interesse em dispor de mercadorias em grande quantidade e de grande valor comercial, os europeus se lançaram no mar-oceano, em águas nunca antes navegadas, enfrentando todos os riscos do desconhecido, em viagens consideradas, até então, por muitos, impossíveis de serem realizadas.

O comércio com o Oriente dava grandes lucros. As especiarias eram procuradas em larga escala. Esse comércio, entretanto, era controlado pelos italianos (genoveses e venezianos), que atuavam como intermediários entre os fornecedores do Oriente e comerciantes de toda a Europa, monopolizando, portanto, a distribuição dos produtos e impondo altos preços.

Os italianos recebiam as especiarias do Oriente, principalmente no porto de Constantinopla e navegando pelo Mar Mediterrâneo as revendiam na Europa. Os demais comerciantes da Europa ficavam, assim, submetidos aos italianos, tendo de aceitar os preços absurdos que esses cobravam. Setores da burguesia europeia trataram, então, de planejar a busca de um novo caminho para as Índias, uma nova rota que não passasse pelo Mar Mediterrâneo. Era necessário, portanto, navegar pelo Oceano Atlântico, viagem considerada por muitos super arriscada.

Aconteceu, de repente, que esse comércio, mesmo controlado pelos italianos, não podia mais continuar, Constantinopla foi invadida pelos turcos que impediram o comércio dos italianos neste porto. Tratava-se, agora, necessariamente, de procurar um novo caminho em direção às Índias, para que o comércio com o Oriente continuasse.

Com esse objetivo, o rei de Portugal logo se organizou e, apoiado por comerciantes, investiu todos os recursos na arte da navegação, possibilitando, assim, a Portugal ser o primeiro país a descobrir a nova rota e fazer o comércio diretamente com as Índias.

Estavam, assim, os portugueses dedicados a esse comércio, quando chegaram ao Brasil. Aqui chegando, procuraram ver quais

riquezas nossa terra poderia fornecer. Ansiavam encontrar ouro, prata, metais preciosos, enfim! Neste sentido, logo tomaram posse da nova terra, como se ela não tivesse dono! Os donos da terra? Ah! Os Índios? Os índios eram considerados pelos portugueses como *selvagens, ignorantes*. Eram apenas seres exóticos, mais animais que homens; portanto, não tinham a menor importância, a não ser como mão de obra, como trabalhadores, para extrair riquezas da terra e entregá-las aos portugueses.

A terra do Brasil, a terra de Santa Cruz, conforme D. Manuel, Rei de Portugal, a denominou, era dos portugueses. Era “legalmente” dos portugueses, garantida pelo tratado que assinaram com a Espanha.

Pois é! Antes dos portugueses “descobrirem” o Brasil já eram seus donos! Isto porque já havia um acordo com os espanhóis que também navegaram por estas “bandas”. Acordo este chamado de Tratado de Tordesilhas, que dividia terras conhecidas e terras ainda não conhecidas, mas que tinham ideia de existir, garantindo a Portugal, dessa forma, a posse do Brasil antes mesmo de conhecê-lo.

Para os portugueses, contudo, o Brasil não pareceu muito atraente. Não tiveram notícias da existência de minas de ouro e prata! O único produto encontrado que tinha valor comercial era o pau-brasil. Assim sendo, arrendaram a exploração da madeira (procurada na Europa para a tintura) a um grupo de comerciantes e continuaram se dedicando ao comércio com as Índias. Durante trinta anos não se preocuparam com o Brasil.

Mas, se para os portugueses o Brasil não era tão atraente, para os franceses era. Interessados no comércio do pau-brasil frequentemente chegaram aqui, e, através de um relacionamento amistoso com os índios, conseguiram que estes trabalhassem para eles na extração da madeira e no seu carregamento para o embarque. Em troca, os franceses forneciam para os índios objetos variados, que eram aceitos alegremente.

Além de fazerem a extração do pau-brasil os franceses davam amostras de que se interessavam também pelas terras do Brasil. O rei da França, Francisco I, chegou a dizer que desconhecia o direito de Portugal sobre nosso território, fazendo inclusive, gozação sobre o Tratado de Tordesilhas. Dizia ele, somente reconhecer o domínio português sobre o Brasil se lhes mostrassem o Testamento de Adão dividindo terras entre Portugal e Espanha!

Mediante a ameaça dos franceses, temendo que estes se apoderassem do Brasil, os portugueses resolveram colonizá-lo. Ou seja, ocupar a terra, povoar, garantindo, assim, o domínio português.

Mas, para ocupar efetivamente o território brasileiro, garantindo sua posse, havia dois problemas: não tinham dinheiro para as despesas necessárias à ocupação de uma área tão extensa e, por outro lado, o Brasil não apresentava riquezas que dessem lucros imediatos para cobrir tais despesas.

Qual a solução, então? Como fazer para ocupar a terra e garantir a posse sem gastar? Ainda por cima, a colonização teria de dar lucros: muitos lucros à coroa e comerciantes portugueses; pois, estes precisavam de recursos abundantes para cobrir as despesas enormes que estavam tendo na manutenção do comércio com as Índias. Ora, para os portugueses, esta era a questão fundamental. O Brasil, afinal de contas, era colônia de Portugal tendo, portanto, a obrigação de dar lucros à sua Metrópole.

A solução encontrada por Portugal foi através do sistema de Capitânicas Hereditárias. Dividiram o território brasileiro em 14 faixas lineares denominadas Capitânicas. Estas foram entregues a 12 donatários, portugueses, pertencentes à pequena nobreza, que, apesar dos amplos poderes recebidos (tinham poder na capitania como se fossem reis), não se entusiasmaram muito, uma vez que alguns sequer vieram ao Brasil.

Com o sistema de capitânicas, Portugal adota no Brasil a prática da doação de terras que, por muito tempo, constituiu a

forma de aquisição de propriedades. Por este sistema, o donatário, era, na realidade, o administrador da capitania, tendo também poderes judiciários e políticos, e não seu proprietário. Ele recebia como doação 10 léguas de terra ao longo da costa, dividida em quatro ou cinco lotes, livre de qualquer tributo, exceto o dízimo.

O donatário distribuía a terra em lotes, chamados de **sesmarias**, que eram doadas para pessoas que tivessem recursos, que implantassem uma produção, sobretudo de cana-de-açúcar, por ser lucrativa para Portugal.

Assim, a partir das sesmarias, originaram-se os latifúndios da zona da mata do Nordeste, que ainda hoje dominam a zona açucareira e, mais adiante, com a doação das sesmarias no interior, surgiram os latifúndios do sertão e do agreste.

Apesar de a terra ser gratuita, uma vez que era doada, o sistema de sesmarias limitou a propriedade da terra a uma minoria de pessoas que dispunham de recursos, elitizando, portanto, o acesso à terra.

Fica claro, portanto, que esta estrutura fundiária injusta que temos hoje, através da qual a maioria das terras encontra-se nas mãos de uma minoria de proprietários é produto da nossa história, da forma como as terras foram ocupadas inicialmente. Mas, ao mesmo tempo, é necessário lembrar que a manutenção e, melhor dizendo, o aumento da concentração de terras ao longo do tempo, é resultado do poder político e econômico da elite proprietária, que até hoje faz prevalecer seus interesses.

Revisando e aprendendo

1. Resuma os motivos que levaram os europeus, no século XV, à expansão marítima.
2. Fale sobre a chegada dos portugueses no Brasil: seus objetivos e suas realizações.

3. Com as Capitâneas Hereditárias, iniciou-se a divisão e a distribuição das terras brasileiras. Explique.
4. Resuma o significado das **sesmarias**.
5. Relacione o sistema de distribuição de terras do período colonial com a estrutura fundiária do Brasil atual.

O ENCONTRO DE “DOIS MUNDOS”: DA PRÉ-HISTÓRIA À CHEGADA DOS EUROPEUS

Eliete de Queiroz Gurjão

Todos sabemos que o território paraibano e o de toda a América, antes da chegada dos europeus, era habitado por povos diversos que foram denominados de índios. Neste estudo, quando nos referirmos a estes povos empregaremos, também, os termos **nativos e aborígenes**.

Desde quando os nativos habitavam a Paraíba? Como eram eles? Como viviam? Estas e outras questões são difíceis de responder. Tal fato se justifica pelo menosprezo do colonizador para com eles, que os consideravam como selvagens, quase animais, e indignos de qualquer preocupação que não fosse a catequese. Assim, as informações sobre eles são reduzidas aos escritos deixados por cronistas e documentos oficiais.

Porém, atualmente, vários estudos contribuem para que conheçamos um pouco mais sobre a população nativa. Segundo as **pesquisas arqueológicas** mais recentes realizadas no sertão da Paraíba, há 7000 anos, esta área já era habitada. O homem primitivo que nela vivia habitava em rochas, nas proximidades de cursos de água, onde deixou marcas definitivas de sua presença e indicativas de seu cotidiano, seus mitos e suas crenças nas chamadas

inscrições rupestres. Sobreviviam da caça e da coleta de frutos; abatiam mamíferos de grande porte, tais como o tigre dente-de-sabre, o mastodonte, paleolomas, preguiças e tatus gigantes, cujos restos ainda são encontrados no fundo de lagoas (chamados *tanques*).

A pesquisadora Gabriela Martim (1999), além das informações acima, chama a atenção para a importância dos **sítios arqueológicos** encontrados no interior do Nordeste e ressalta a riqueza de sua arte rupestre:

Nos sertões do Nordeste do Brasil, desenvolveu-se uma arte rupestre pré-histórica das mais ricas e expressivas do mundo, demonstrando a capacidade de adaptação de numerosos grupos humanos que povoaram a região desde épocas que remontam ao **Pleistoceno final**. Essas representações vêm sendo reunidas num grande corpus sob a definição de tradição Nordeste de pintura rupestre [...]

Podemos supor que o centro de dispersão da tradição Nordeste, seja o sudeste do Piauí, na área do Parque Nacional da Serra da Capivara [...] expandindo-se, posteriormente por outras áreas do Nordeste, especialmente na região do **Seridó paraibano e potiguar** e pelo **alto curso da bacia do Açu-Piranhas** (MARTIM, 1999, p. 37-38, grifos nossos).

A citada professora acrescenta que já se dispõe de muitos registros da arte rupestre da Paraíba, em vários municípios: Pedra Lavrada, Araruna, Queimadas, Vieirópolis, Cabaceiras, São João do Cariri, Serra Branca, São Mamede, além de outros que estão sendo pesquisados e o município de Ingá, onde encontra-se

[...] a mais famosa gravura rupestre do Brasil, muito admirada pela riqueza e complexidade de seus grafismos [...] um enorme bloco de

24 metros de largura por três metros de altura [...] Nenhuma inscrição rupestre do Brasil foi assunto de tanto interesse para eruditos e estudiosos como a notável **Itaquatiara** do Ingá. A beleza e a complexidade dos seus grafismos, foi também um enorme atrativo para charlatões e inventores de falsos significados, com origens longínquas, sejam elas européias, orientais ou transpácificas, pretendendo tirar o mérito e o reconhecimento da obra dos nossos imaginativos e laboriosos indígenas nordestinos [...]

Essas gravuras seriam obra de grupos étnicos pré-históricos que rendiam culto às águas e que se espalharam, também, por Pernambuco e pelo Rio Grande do Norte (MARTIM, 1999, p. 39, grifos nossos).

Portanto, a Paraíba dispõe ainda de verdadeiras relíquias arqueológicas que precisam urgentemente de preservação. Grupos de pesquisadores locais vêm trabalhando seriamente estudando-as. Como resultado, temos o cadastramento de vários sítios arqueológicos, cuja sobrevivência, todavia, depende dos cuidados de toda uma coletividade devidamente informada e esclarecida.

Sabemos que o preconceito contra o aborígene manifesta-se, ainda hoje, de diversas formas. Ideias estereotipadas são reproduzidas continuamente por toda a parte: “selvagem”, “bárbaro”, “preguiçoso”, “sujo”, “ignorante”, são os adjetivos mais utilizados para caracterizá-lo. Levando em conta que tal fato constitui uma herança deixada pelo colonizador e reproduzida até hoje, dá, até certo ponto, para aceitarmos que pessoas menos informadas fiquem repetindo essas ideias pré-concebidas. Porém, é revoltante que pretensos estudiosos venham pesquisar inscrições rupestres aqui encontradas e, considerando de antemão nossos nativos absolutamente incapazes, atribuam a autoria da arte rupestre aqui encontrada a “povos superiores” vindos de outras plagas, como ocorre com as teses sobre a Itaquatiara do Ingá.

Essa forma de caracterizar o homem nativo, como sabemos, foi iniciada pelos primeiros europeus aqui chegados. Ora, quando o homem branco aqui chegou, ocorreu, na realidade, o encontro de “*dois mundos*”. Encontraram-se frente a frente, dois povos de mentalidades totalmente diferentes. Nossos nativos encontravam-se na chamada **Idade da Pedra**, em sua fase mais avançada, conhecida como **Neolítico**. Enquanto isto, o europeu encontrava-se em um estágio culturalmente mais avançado, em um período de transição conhecido como o início dos *Tempos Modernos*, em cujos desdobramentos forjou-se uma nova **cosmovisão**.

Não se tratava, como pensava o europeu, de um povo atrasado, o aborígene, e ele adiantado, e sim de duas formas diferentes de ser, pensar e agir; de acordo com seu estágio cultural e *cosmovisão*. Cada um *via* o mundo com suas próprias *lentes*. Era como se cada qual usasse um tipo de *lente própria, exclusiva*, que o outro jamais experimentou e com a qual não enxergava. Assim, o europeu espantava-se com o modo de vida do índio, seus costumes e crenças, estranhos ao seu olhar, conforme pode-se perceber no trecho que se segue, em que o cronista Pero de Magalhães Gandavo (séc XVI) comenta que a língua dos índios:

[...] carece de tres letras, convem a saber, nam se acha nella F nem L, nem R, cousa digna despanto porque assi nam têm Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem alem disto conta, nem peso, nem medido (GANDAVO, s/d, p. 54).

A maioria dos cronistas que escreve sobre o início da conquista e da colonização repete a expressão acima e todos eles descrevem os índios como inescrupulosos e preguiçosos, como faz um padre jesuíta (anônimo), ao falar sobre os costumes dos índios paraibanos (potiguaras):

Têm mais outra propriedade, não por a-herdarem do estado de innocencia, que n'elles está

corrupta e damnada; que, contra toda a ordem da natureza, por mera sensualidade, folgavam de andar totalmente nus, sem nenhuma cobertura, cousa que parece os proprios animaes brutos estranham.

É gente que sempre, se tem vagar, come como brutos; e n'isto, e em suas sujidades ou desho- nestidades, intendem somente como não andam em guerras, porque se-dão pouco ao trabalho, e naturalmente são folgazões, como o-são todas as outras nações fora da nossa Europa (Autor anônimo, 1983, p. 26-27).

Aliás, esta imagem do nosso nativo foi transmitida e reproduzida pelas crônicas, correspondências e documentos oficiais ao longo da colonização.

Infelizmente, essas são as únicas fontes de que dispomos para o estudo dos povos nativos. Na Paraíba, segundo Almeida Prado (1964), os primeiros *tupis* vieram de muito longe, da bacia do rio Prata, fixaram-se no litoral, em que, mediante a quantidade de crustáceos encontrada nas praias da região “*tomaram o nome de potiguaras*” ou *comedores de camarões*. Foram os *potiguaras* os primeiros a entrar em contato com os brancos, principalmente com os franceses.

Bem mais tarde, já às vésperas do início das tentativas de conquista da Paraíba, vieram da região do rio São Francisco os *tabajaras*. Havendo sofrido traição de portugueses, Piragibe, chefe dos *tabajaras*, resolveu abandonar a aldeia onde morava e, após percorrer o interior, chegou à Paraíba com sua tribo.

Assim, *potiguaras* e *tabajaras* dividiam entre si o litoral da Paraíba. Ao norte do rio Paraíba, habitavam os *potiguaras* e, ao sul deste rio, os *tabajaras*.

O outro grupo, genericamente denominado de *tapuias*, segundo o mesmo autor, repellido pelos *potiguaras*, espalhou-se pelo sertão, dividido em diversas tribos, de línguas diferenciadas.

Este grupo é o menos referido pelos cronistas da época. Os missionários os denominavam de “índios de língua travada” e considerava-os totalmente inferiores aos *tupis* – “índios de língua geral”, objeto de estudo dos jesuítas. É esta também a opinião do historiador acima citado:

Eram os antigos donos da costa, transferidos de “habitat” por não poderem resistir aos do sul à vista da inferioridade da sua cultura, em extremo primitivos, pouco dados ao amanho da terra e mais condições sedentárias, andejes de natureza, tão-só afeitos à caça e pesca (PRADO, 1964, p. 49).

Os autores em geral afirmam que os portugueses pouco conviveram com os *tapuias*, e que os holandeses tinham maior conhecimento sobre eles, uma vez que lutaram juntos contra os portugueses. As informações dos holandeses a respeito deste grupo, embora denotem preconceitos típicos do *olhar* europeu, fornecem elementos que possibilitam uma imagem mais positiva a seu respeito.

A historiografia da Paraíba costumava denominar todas as tribos *tapuias* da Paraíba genericamente de *cariris*. Segundo classificação mais recente, feita pelo professor José Elias Borges, os *cariris* constituíram o menor grupo indígena do interior da Paraíba, a maioria pertencia ao grupo dos *tarairiús*. Fundamentado em documentos históricos, antropológicos e linguísticos, o referido autor afirma que muitos traços culturais distinguem os dois grupos de tapuias: *cariris e tarairiús*.

Cariris e tarairiús ocupavam as terras do interior, organizados em suas aldeias. Alimentavam-se essencialmente de caça, porém utilizavam machados de **sílex** e praticavam artesanato. Produziam peças de cerâmica e tecidos de caroá. Eram de estatura média, robustos, cor acobreada, nariz grosso, rosto redondo e cabeça chata. Alguns historiadores, baseados em testemunhos da época da conquista, elogiam sua valentia e habilidade na utilização

de suas armas, tanto para a caça, quanto para a guerra, além de destacarem sua agilidade como exímios corredores.

As poucas informações disponíveis sobre o aborígene da Paraíba e os limites desse espaço não permitem que detalhemos mais sobre sua vida, seus costumes, seu mundo, enfim. É evidente, porém, que a ocupação de seu território foi acompanhada da desorganização desse mundo, através das imposições do processo colonizador, conforme veremos no decorrer de nosso estudo.

Revisando e aprendendo

1. Pesquise o significado de todas as palavras e expressões encontradas em negrito e resuma seu significado.
2. Colha informações sobre a existência de inscrições rupestres no município em que reside. Se possível, visite-as e anote o resultado de suas observações.
3. Fale sobre os preconceitos dos colonizadores com relação aos nativos.
4. Identifique e localize os principais grupos indígenas da Paraíba.
5. Resuma suas impressões sobre os nativos.

RESISTÊNCIA INDÍGENA E DOMINAÇÃO DO LITORAL

Eliete de Queiroz Gurjão

Como surgiu a Paraíba? Quais os objetivos dos portugueses quando conquistaram seu território? Qual o papel dos índios nessa conquista? Como se deu a ocupação inicial?

Essas são importantes questões relativas à conquista da Paraíba. A maior parte da historiografia paraibana, infelizmente, trata-as de forma equivocada, preconceituosa, insatisfatória, portanto, divulga-se, assim, uma concepção apologética da História da Paraíba, que se concentra no enaltecimento de alguns personagens (brancos e europeus), elevando-os à condição de heróis e tratando nossos índios como *povos inferiores, selvagens, bárbaros, preguiçosos*, conforme os denominavam os portugueses.

Quando o rei de Portugal criou as capitanias hereditárias, não existia entre elas a capitania da Paraíba. O território que, aproximadamente, corresponde à atual Paraíba era ocupado pela capitania de Itamaracá, cujo donatário não teve condições de tomar conta, deixando-a praticamente inexplorada, dominada pelos índios e frequentada pelos franceses, que, “amigos” dos índios, vinham constantemente buscar pau-brasil.

Enquanto isso, a capitania de Pernambuco, vizinha de Itamaracá, já estava muito próspera devido à grande produção de açúcar. Contudo, os senhores de engenho de Pernambuco sentiam-se incomodados pela vizinhança dos índios que habitavam Itamaracá, alegando que eles invadiam suas terras, destruíam suas lavouras e, instigados pelos franceses, os hostilizavam.

Os franceses, diferentemente dos portugueses, não pretendiam tomar as terras dos *potiguaras* e escravizá-los, seu relacionamento com os índios era “amistoso”. Os potiguaras trabalhavam para os franceses, extraíndo pau-brasil e embarcando-o, em troca de objetos variados.

As hostilidades dos portugueses com os potiguaras se agravaram muito após a chamada “Tragédia de Tracunhaém”.

Esse episódio ocorreu devido ao rapto e posterior desaparecimento de uma índia, filha do cacique potiguar, no Engenho Tracunhaém (PE). Após receber a comitiva constituída pela índia e seus irmãos, vindos de viagem, após resgatar a índia raptada, para pernoite em sua casa, um senhor de engenho, Diogo Dias, provavelmente, escondeu-a, de modo que quando amanheceu o dia a moça havia desaparecido e seus irmãos voltaram para sua tribo sem a índia. Seu pai ainda apelou para as autoridades, enviando emissários a Pernambuco sem o menor sucesso. Os franceses que se encontravam na Paraíba estimularam os potiguaras à luta. Pouco tempo depois, todos os chefes potiguaras se reuniram, movimentaram guerreiros da Paraíba e do Rio Grande do Norte e atacaram o engenho de Diogo Dias. Foram centenas de índios que, arditamente, se acercaram do engenho e realizaram uma verdadeira chacina, a morte de todos que encontraram pela frente: proprietários, colonos e escravos, seguindo-se o incêndio do engenho.

Mediante tal fato e os angustiosos apelos de habitantes de Pernambuco, o rei de Portugal criou a Capitania Real da Paraíba, desmembrando-a da capitania de Itamaracá.

Criada a Capitania Real da Paraíba em 1574, apenas em 1585 efetivou-se sua conquista e ocupação.

Ora, por que tanto tempo? Mais de dez anos de lutas! Quais as dificuldades?

A dificuldade maior era a resistência dos nativos que ocupavam a terra tão cobiçada pelos portugueses, sua combatividade, sua coragem. Apesar de considerados inferiores, lutavam bravamente para impedir a perda de seu território e evitar que fossem escravizados pelos colonos.

Durante mais de dez anos, foram realizadas mais de cinco tentativas de conquista. Não vamos aqui narrar cada uma das expedições. Episódios variados marcam cada investida dos colonizadores. Ataques dos índios e desvios de rota foram os fatos mais frequentes. Ocorreu até um fato inusitado: por conta das más condições da navegação, houve a devolução de uma frota ao porto de origem.

As lutas entre os conquistadores e os índios foram muitas e, frequentemente, os índios levavam vantagem. De início, as expedições eram organizadas apenas por portugueses. Porém, com a dominação da Espanha sobre Portugal, a partir de 1580, alguns espanhóis juntaram-se aos portugueses nas tentativas de conquista da Paraíba.

A associação de portugueses e de espanhóis visando a conquista, ao invés de facilitá-la, dificultou-a muito mais. Os desentendimentos entre eles eram frequentes. Entravam em conflito, concorrendo pelo comando das operações de guerra e da administração do pessoal. Assim, as desavenças entre portugueses e espanhóis contribuíram para retardar mais ainda a conquista.

A conquista definitiva da Paraíba somente foi possível, quando os portugueses conseguiram a adesão dos tabajaras, então em luta contra os potiguaras. Aproveitando-se do desentendimento entre as duas tribos, o ouvidor-geral Martin Leitão enviou emissários a Piragibe (ou Braço de Peixe, cacique tabajara) oferecendo-lhe aliança contra as potiguaras.

Assim, com a ajuda dos tabajaras, os colonizadores conseguiram iniciar a ocupação da terra. Daí em diante, assiste-se a um verdadeiro extermínio: cada vez que os índios resistiam, eram mortos em massa. Tratava-se de fazer a “limpeza do terreno”, como afirmavam os portugueses e nos informa o historiador Horácio de Almeida:

Em fins de janeiro estavam todos de volta ao interior. Agora ia ter começo o povoamento da Paraíba, porque este era o principal objetivo depois das escaramuças militares, que se impunham como *limpeza do terreno* para desenvolvimento da conquista (ALMEIDA, 1978, p. 93).

Os índios que colaboraram com os colonizadores e os que a eles se renderam foram utilizados como mão de obra na lavoura, nos engenhos e na construção de obras para a edificação da cidade de Nossa Sra. das Neves (atual cidade de João Pessoa-PB).

Além dos colonizadores, não podemos esquecer do papel da Igreja nessa conquista. Religiosos de diversas ordens: jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, através das chamadas missões, “domesticavam” os índios, ou seja, “faziam sua cabeça” para a aceitação do domínio do homem branco, para a perda de seu território e de sua própria identidade.

Vejamos como o poeta Luiz Nunes Alves, autor da **História da Paraíba Em Verso**, *escrito em 1984*, relata os fatos ocorridos em 5 de agosto de 1585, com a celebração da paz com os tabajaras:

Dois meses depois da luta
João Tavares conquistou
Pirajibe e sua tribo
E com ele reatou
Relações de amizade,
Que com muita vaidade,
Martin Leitão festejou.

A benfazeja aliança
O inimigo atacava
E o desejo comum
Dia a dia se arraigava
Visando a um só ideal
O núcleo colonial
Que então se iniciava.

E o marco da conquista
Sem dúvida estava ficando
Por soldados, jesuítas
Muito bem testemunhado
Sob as bênçãos de Jesus
A fé ergueu uma cruz
Tudo estava iniciado.

(Luiz Nunes Alves)

Assim, de donos da terra, nossos índios passaram à condição de mão de obra a serviço dos invasores de sua terra, conforme veremos em capítulo posterior.

Revisando e aprendendo

1. Explique como surgiu a Capitania Real da Paraíba.
2. Fale sobre as tribos indígenas que habitavam o litoral da Paraíba na época da conquista pelos portugueses.
3. A conquista do litoral da Paraíba foi difícil, prolongando-se por mais de dez anos. Justifique.
4. Resuma o significado da expressão: “limpeza do terreno”.

RESISTÊNCIA INDÍGENA E DOMINAÇÃO DOS SERTÕES

Eliete de Queiroz Gurjão

Ocupado o litoral, construída a cidade e iniciada a produção açucareira nos engenhos da Paraíba, a colonização portuguesa prossegue a operação *limpeza do terreno* em direção aos sertões.

Antes de mais nada, é importante esclarecer sobre a área que estamos chamando aqui de Sertões. Quando falamos Sertões ou Sertão, não estamos nos referindo apenas ao espaço que atualmente recebe esta dominação. Estamos falando sobre todo o interior da Paraíba, sobre aquelas áreas que, atualmente, denominamos Agreste, Brejo, Cariri e Sertão. Para os portugueses, à época da colonização, todo o território além de vinte léguas da costa era Sertão.

No início da colonização, o território do interior não foi ocupado. Os portugueses, até então se limitaram ao litoral, uma vez que suas terras eram propícias ao plantio da cana-de-açúcar. Aquelas pessoas que queriam vir para o Brasil e tinham recursos requeriam Sesmarias e estabeleciam-se no litoral e na *Zona da Mata*, nos engenhos. Assim, no início do século XVII, na Paraíba, já existiam cerca de duas dezenas de engenhos. Produção de

açúcar e mais açúcar, isto era o que interessava aos portugueses, porque dava bons lucros. O mais não tinha importância. Qualquer outra atividade, somente era estimulada caso fosse útil à produção açucareira.

Assim, as melhores terras eram ocupadas somente pela cana-de-açúcar. E a lavoura de subsistência? Qual sua importância?

A lavoura de subsistência era importante, apenas, como fornecedora de feijão, de milho, de mandioca, enfim, de produtos indispensáveis à alimentação nos engenhos. Para estes produtos, bastavam as terras menos férteis, aquelas áreas impróprias à cana-de-açúcar.

E o gado? Como surgiu? Como a pecuária conseguiu se organizar e ocupar áreas próprias?

Quando as primeiras cabeças de gado foram trazidas para o Brasil, tinham como objetivo auxiliar o trabalho e a alimentação nos engenhos: serviam como tração para as moendas, como meio de transporte e de alimentação.

Porém, à medida que a lavoura da cana foi-se expandindo, a criação de gado dentro dos engenhos foi-se tornando inconveniente por ocupar terras férteis, necessárias à agricultura da cana, que conforme já falamos, era a atividade de exportação e, portanto, a atividade fundamental. Daí, a necessidade de separar as duas atividades. Neste sentido, o rei de Portugal, através da Carta Régia (1701) proibiu a criação de gado até dez léguas da costa.

Ora, muito antes desse decreto, a penetração para o interior já havia começado. Desde os fins do século XVI, duas correntes de povoamento partiram de Pernambuco e da Bahia (que já eram as capitânicas mais ricas, por conta da produção de açúcar) e, através do Rio São Francisco, atingiram o interior, estabelecendo as primeiras fazendas de gado do interior do Nordeste.

Lembremos que as terras do interior já tinham donos! Conforme vimos, os sertões da Paraíba eram habitados pelos Cariris e pelos Tarairiús.

Ora, se as terras do interior já estavam ocupadas pelos Cariris e pelos Tarairiús é claro que sua invasão pelos portugueses, para instalar fazendas de gado gerou conflitos, e conflitos muito sérios.

Os nativos do interior resistiram bravamente ao homem branco. Este, além de tomar suas terras, escravizava-os, tornava-os cativos a seu serviço. Aliás, foi esse o motivo que os levou à luta.

A resistência desses índios do interior foi bem organizada. Uniram-se as várias tribos, empenhando-se por longos anos nas lutas armadas que ficaram conhecidas como “Confederação dos Cariris” ou “Levantes dos Tapuias”, ou, ainda, “Guerra dos Bárbaros”, como a denominavam os documentos oficiais.

Os portugueses recrutaram, inicialmente, 600 homens para enfrentar a “Guerra dos Bárbaros”. Estes, mostraram-se superiores, provocando várias derrotas e deserções nas tropas dos portugueses. Ao longo do período em que se estenderam as lutas, o governo português estimulou os bandeirantes, ou sertanistas (como eram chamados os comandantes das expedições que vinham conquistar o território), a combaterem os índios violentamente.

Assim, alguns sertanistas se destacaram, tornando-se verdadeiros algozes dos índios. Teodósio de Oliveira Ledo e Domingos Jorge Velho são os mais citados, segundo as testemunhas da época, eles cometeram uma verdadeira chacina. Somente por ocasião de uma luta, Domingos Jorge Velho degolou 260 Cariris, recebendo, por isso, congratulações do governador geral do Brasil, nos seguintes termos: “E dou a Vossa Mercê o parabém de um aviso que do Recife me fez o provedor da fazenda, estando para dar à vela a embarcação que o trouxe, de haver Vossa Mercê degolado 260 Tapuiás” (ALMEIDA, 1978, p. 40-41).

É interessante chamar a atenção para o fato de que o autor das congratulações acima foi o arcebispo D. Manuel da Ressurreição que, à época, era governador geral do Brasil. Assim, um representante da própria Igreja, que se dizia defensor dos

índios, manifestava sua pública aprovação às barbaridades cometidas contra eles.

Teodósio de Oliveira é tido como pioneiro da conquista do interior e o maior desbravador do Sertão da Paraíba, percorrendo e ocupando maior quantidade de terras que os outros bandeirantes. Após chegar a Pilar, seguindo o curso do Rio Paraíba, alcançou *Boqueirão, Piranhas e Piancó*. De Piranhas trouxe uma tribo de Cariris, os Ariús, para a aldeia de *Campina Grande*.

Teodósio e alguns parentes, que também percorreram o Sertão, tornaram-se donos de imensas propriedades, legalizadas pela doação das *sesmarias* (no sertão, eram lotes de terra destinadas às fazendas de gado). Porém, esse bandeirante destacou-se principalmente, pela fúria com que atacava e matava os índios que resistiam ao cativo, como fez com parte dos Ariús.

A violência de Teodósio foi tamanha, que preocupou o próprio rei de Portugal. Em carta enviada ao capitão-mor da Paraíba, o rei diz estranhar as atitudes do sertanista. Manifestou seu reconhecimento pelo “*bom sucesso que se teve na campanha com os índios nossos inimigos nos sertões*”. Porém, mais adiante acrescenta:

Me pareceu estranhar mui severamente o que obrou Teodósio de Oliveira Ledo em matar a sangue frio muitos dos índios que tomou na sua guerra, hia ser conveniente uzarce com elles de toda a piedade por q. o exemplo do rigor que com elle executou seria dar occasião a fazer aos mais nossos contrarios vendo a nossa impiedade; sy faz este caso digno de um exemplar castigo (JOFFILY, s\d, p. 349-350).

Assim, o famoso sertanista, apesar de elogiado (em cartas e em outros documentos) pela ocupação de terras e pelo combate aos índios, é advertido para não cometer atos que chamem a atenção, que, enfim, mostrem a verdadeira face de conquista. A face

cruel, que dizimou a maioria esmagadora da população indígena, precisava ser ocultada.

Para isso, os conquistadores, apoiados por Portugal, usavam o pretexto da “Guerra Justa”. Ora, a Coroa Portuguesa determinou! Índio que resistisse à dominação portuguesa podia ser morto; se aprisionado, seria escravo. Do total de índios aprisionados, o governo português exigia um imposto correspondente a um quinto. Portanto, era só pagar o quinto a Portugal e utilizar os prisioneiros como mão de obra gratuita na pecuária e em outras atividades que fossem necessárias.

Revisando e aprendendo

1. Mostre o papel da agricultura de subsistência e da criação de gado no início da colonização.
2. Fale sobre os índios que habitavam os sertões da Paraíba.
3. Resuma a “Confederação dos Cariris”.
4. Fale, resumidamente, sobre a origem da cidade de Campina Grande.
5. Explique o significado da “Guerra Justa”.

DE DONOS DA TERRA A TRABALHADORES CATIVOS: A MÃO DE OBRA INDÍGENA

Eliete de Queiroz Gurjão

Nos textos anteriores, procuramos mostrar por que e como foi ocupado o território do nosso estado. Vimos que a colonização se fez, acima de tudo, em função dos interesses comerciais de Portugal. Acreditamos que ficou claro, que, tratava-se principalmente, de conseguir o máximo de riquezas em mercadorias, de exportá-las e de obter lucros e mais lucros, custasse o que custasse.

Vimos, também, que movido pela ambição e riquezas, os colonizadores não hesitaram em praticar violências contra a população nativa. Esta, maior vítima da colonização, foi perseguida, reduzida ao cativo, massacrada, enfim, principalmente por resistir à sujeição, por querer preservar sua liberdade.

Vejamos agora quais os trabalhos executados pelos nativos a serviço dos portugueses, sua importância e seu significado.

Desde o início da colonização, na área do litoral, assim como nas demais capitânias, os nativos da Paraíba prestaram serviços aos portugueses. Amistosamente, os potiguaras realizavam as tarefas necessárias à extração e embarque do pau-brasil, além de cultivarem alguns produtos de interesse dos colonizadores.

Era a chamada fase do escambo. O índio não recebia pagamento em dinheiro pelos serviços realizados, tampouco, era escravo. Ele trabalhava em troca de diversas mercadorias de seu interesse, tais como ferramentas, missangas e armas.

Até então não havia conflitos entre portugueses e índios. As atividades exercidas pelos índios, nessa fase, não desorganizavam sua vida tribal, não interferiam em seus hábitos e em seus costumes.

Observemos como o historiador Almeida Prado relata o trabalho dos índios, nessa fase:

O potiguara buscava a madeira, cortava-a como o cliente queria, transportava-a até o local de embarque e auxiliava no condicionamento a bordo. Cultivava a pedido do forasteiro, o algodão silvestre e mais espécies de seu interesse. Construía galpões, onde a colheita pudesse ficar sem se deteriorar até o embarque: levantava abrigos para a tripulação repousar em terra; fazia consertos [...] ameaçava provisões em que figurava em primeiro lugar o beijú de mandioca (Cf. MEDEIROS, 1990, p. 5).

Nesta citação, dá para perceber como as atividades executadas pelos índios eram importantes. Vale salientar que eram realizadas de boa vontade não ocorrendo conflitos, portanto, entre potiguaras e portugueses.

Mas, sabemos que, mais adiante, a relação entre esses índios e os portugueses mudou de tal forma, culminando em prolongadas lutas armadas, em violência e morticínio.

Por que essa mudança tão brusca? Será que, de repente, nossos nativos tornaram-se preguiçosos e reagiram contra o trabalho?

É o que dizem por aí! Inclusive com base em informações de historiadores!

Realmente, a explicação de que os nativos não quiseram trabalhar, que eram preguiçosos e que, por isso, foi necessário buscar escravos na África era e, ainda, é muito comum!

Trata-se da versão dos colonizadores! Sabemos que eles qualificavam nossos índios de acordo com sua cosmovisão. Além disto, movidos por sua ganância, exploraram a mão de obra indígena intensivamente. Enquanto isso, o nativo costumava trabalhar apenas o suficiente para a sobrevivência, não conhecia nem entendia as concepções de trabalho do colonizador, jamais aceitaria de bom grado o *sobretabalho* que ele exigia. Ocorreu, assim, o choque entre “*dois mundos*” e criou-se a imagem do índio como um indolente, um preguiçoso, um acomodado, ou seja, uma ideia que, passando de gerações em gerações, perdura até hoje.

Pelo que já sabemos sobre nossos índios, dá para perceber que eles não se comportavam como preguiçosos, indolentes. Pelo contrário, demonstravam-se muito ativos, resistindo bravamente à conquista de suas terras, e, sobretudo, ao cativeiro.

Aí é que está a questão maior! Nosso nativo resistiu, sim, ao trabalho. Só que foi ao trabalho que chamamos de compulsório; ou seja, o trabalho sob sujeição, o cativeiro, enfim. Ele negava-se a ser cativo dos colonizadores! Neste sentido ele organizou a resistência. No litoral, conforme já vimos, foram os potiguaras que lideraram as lutas, inclusive, atrasando a conquista, que somente se completou após quase onze anos de combates, e, somente quando os tabajaras foram para o lado dos portugueses.

A mesma resistência ocorreu no sertão, cuja conquista prolongou-se mais demoradamente, face à Confederação dos Cariris, de que, aliás, já falamos.

Mas, apesar de resistir bravamente, grande parte de nossos índios foram reduzidos à condição de mão de obra para os colonizadores, através da “Guerra Justa” ou quando caçados por predadores de índios, conforme nos informa frei Vicente do Salvador. Neste caso, eles eram atacados de surpresa e violentamente retirados de

suas aldeias e comercializados como “rebanhos de criaturas que vendiam a 800 reis e a mil reis por cabeça que era o preço de um carneiro” (MEDEIROS, 1990, p. 10).

De acordo com o princípio da “Guerra Justa”, os portugueses se davam o direito de matar ou de aprisionar todo aquele índio que reagisse e lutasse contra o dominador. Caso fosse aprisionado, era transformado em escravo.

Retornando a questão da mudança no relacionamento entre índios e portugueses, no início da colonização, fica claro, portanto, que os conflitos sangrentos que se seguiram foram resultado da ganância dos colonizadores. Já não bastava exportar madeira e outras mercadorias de menor importância. A terra tinha de ser trabalhada para produzir cana, para fabricar açúcar, para exportar e para dar lucros.

A agricultura foi implantada. As terras foram divididas, doadas em *sesmarias* a colonos portugueses. A partir de então, o índio é visto como um obstáculo porque ocupa as terras, mas, ao mesmo tempo continua sendo visto como mão de obra. Aliás, a única disponível a curto prazo, até que o tráfico se desenvolvesse e os escravos negros pudessem ser adquiridos em grande quantidade.

Os índios tiveram de colaborar na “obra da colonização” portanto, por **bem** ou por **mal**. Nesse processo de “recrutamento” da mão de obra indígena, os principais agentes foram as ordens religiosas. A pretexto de catequizá-los, foram os religiosos que conseguiram **domesticar** os índios, fazendo-os aliados dos portugueses; deixando-os aptos a exercerem as atividades necessárias à colonização. A professora Maria do Céu Medeiros (1990) chama especial atenção para esse papel representado pelas ordens religiosas na Paraíba. Ela mostra a importância das **Missões**, ou seja, das aldeias, onde os religiosos reuniam os índios para catequese:

O índio se enquadra então numa das categorias: índio aliado, domesticado ou inimigo, conforme se sujeite ou não ao domínio português. O primeiro tem que passar pela missão religiosa. É ela que o destribaliza e o transforma num vassalo de sua Majestade. A missão passa a ser um viveiro de homens de armas que a qualquer momento podem ser convocados para fazerem guerra ao estrangeiro invasor, às tribos inimigas e aos negros quilombados. Ela é ao mesmo tempo uma reserva de mão de obra barata para o Estado e para os colonos que não tinham acesso a outra fonte de trabalho devido ao preço alto do escravo africano.

Em que situações isso ocorre na Paraíba? Não há guerra, na capitania de El-rei, contra os invasores ou tribos em que não entre um contingente de índios numericamente superiores aos brancos e aos negros. Por exemplo, à época de Martin Leitão, na guerra da conquista da Paraíba, em duas situações diferentes: 85 eram brancos; 180, índios; 140 eram negros; 500, índios. A vantagem estava ligada às táticas de guerra do índio: a emboscada e sua capacidade física de fazer longas caminhadas (MEDEIROS, 1990, p. 6).

Entenderam bem? Perceberam a importância dos padres e dos frades domesticando os índios, preparando-os para a submissão ao domínio português?

Observem também como os portugueses utilizavam-se da capacidade de luta dos índios, de suas táticas de guerra e de resistência física para combater seus inimigos. Inimigos estes que, na maioria das vezes, eram também índios, como foi o caso da utilização dos tabajaras para combater os potiguaras e, só assim, efetivar a conquista do litoral da Paraíba.

Além das guerras, outras tarefas eram realizadas pelos índios domesticados. A construção de igrejas e de obras públicas se fazia com a mão de obra deles, em troca de um pagamento insignificante. A professora Maria do Céu Medeiros (1990) nos informa que na construção da fortaleza de Cabedelo os índios recebiam meio tostão por dia.

Em relação ao trabalho na agricultura, na Paraíba, era comum os colonos utilizarem os índios, conforme nos assegura o historiador Horácio de Almeida:

Por toda parte, onde o colono se firmava como proprietário, donos de imensos tratos de terra, procurava reduzir o indígena à condição de escravo. E foi essa, além das doenças contagiosas, uma das causas da mortalidade infinita do natural (Cf. MEDEIROS, 1990, p. 7-8).

Era comum encontrar índios trabalhando nos engenhos da Paraíba. Daí porque era importante que as **missões** religiosas fossem localizadas próximo aos engenhos, que, aliás, era uma preocupação do governo português. Facilitava-se, assim, o fornecimento de mão de obra para os engenhos.

Finalmente, resta-nos lembrar a importância do trabalho do índio na atividade pecuária, onde ele foi peça fundamental.

Sertanistas ou bandeirantes, como eram chamados, em nome da “Guerra Justa”, ou simplesmente atacando índios de surpresa, aprisionaram grande quantidade deles que, naturalmente, serviram como mão de obra nas suas fazendas de gado.

No sertão, como no litoral, mesmo resistindo bravamente, o índio não tinha como escapar à dominação dos colonizadores, conforme nos informa a professora Maria do Céu:

Como se sabe, diante do branco, o índio só tinha três alternativas: fugir, embrenhar-se na mata, opção cuja viabilidade já estava muito limitada na época; ou pegar em armas ou

submeter-se a ele espontaneamente! A última alternativa passa pela conversão à ‘Santa Fé Cristã’: cria a necessidade da missão. Ela garante, não só a “paz” da tribo, mas antes de tudo a dos currais e o sossego dos moradores (MEDEIROS, 1990, p. 12).

Assim, a ação da catequese também no sertão, era o elemento principal na **domesticação** dos índios. Através das missões religiosas, garantiu-se a mão de obra necessária à instalação das fazendas de gado e ao desenvolvimento da pecuária.

Revisando e aprendendo

1. Mostre como eram as relações entre portugueses e índios na fase do *escambo*.
2. Resuma como se criou o *mito do índio preguiçoso*.
3. Fale sobre o trabalho do índio na produção colonial.
4. Identifique a importância da catequese no relacionamento entre índios e portugueses.

- 6 -

“O TRABALHO É COISA DE NEGRO”:
A ESCRAVIDÃO

Leonília Maria de Amorim

*Branco nasceu para mandar
Negro pra trabalhar
Quando negro não trabalha
Do branco deve apanhar!*
(popular)

A estrofe acima mostra quem mandava e quem trabalhava na Paraíba e no Brasil durante mais de 300 anos. O branco era Senhor e o negro era escravo, mão de obra indispensável em quase todos os afazeres da vida rural e urbana, naqueles tempos coloniais e imperiais. Na afirmativa do jesuíta Antonil, os escravos eram “as mãos e os pés” dos senhores de engenhos, proprietários de imensos latifúndios no Nordeste e na Paraíba, consequentemente.

Através de leis e de instituições elaboradas por brancos, a escravidão penetrou na Capitania Real Paraibana, garantida pelo próprio governo. Os negros aqui chegados eram meros objetos de comércio, simples instrumentos de trabalho, “peças” compradas para se transformarem em máquinas que deveriam produzir muito, sem parar e sem quebrar para não trazerem nenhum prejuízo aos seus proprietários.

Os negros escravizados começaram a entrar no Brasil, vindos da África, de diferentes regiões, como Angola, Guiné, Sudão, Moçambique. Pertenciam a tribos distintas para evitar comunicação entre os mesmos, já que falavam dialetos desiguais entre si. Aprisionados por traficantes, eram, depois, engaiolados em navios negreiros, dentro de porões sem espaço, escuros, de calor insuportável, ambiente promíscuo e sujo, sem água potável e sem boa alimentação.

Durante a longa travessia pelo Oceano Atlântico, morriam cerca de 20% a 40% de negros, vítimas dos maus tratos, das péssimas condições de higiene e do *banzo* que acometia aquela população dos *Tumbeiros*.

Quando os negros sobreviventes chegavam aos portos, eram encaminhados para as feiras, mercados, onde eram expostos como animais para serem adquiridos como mão de obra destinadas aos trabalhos *causticantes* nas províncias. Efetuada a compra, a mercadoria era levada ao som do chicote, pelo proprietário, para os engenhos ou para as fazendas de determinada região.

Os compradores das “novas peças” determinavam a vida das mesmas: onde iam morar, trabalhar e, até, com quem iam casar! Os brancos que instituíram a escravidão, achavam isso a coisa mais natural do mundo, porque consideravam a raça negra inferior e, como tal, podiam fazer dela, “pau para toda obra”.

O cotidiano dos negros escravizados era um verdadeiro inferno. Logo ao amanhecer, imensos canaviais os esperavam – neles, plantavam e cortavam a cana que daria açúcar e riqueza ao seu dono; dali, traziam nas costas, os feixes enormes até o pátio do engenho; nestes pátios, serviam de animais para mover as moendas que esmagavam a cana e fabricavam o melaço.

Outros escravos plantavam e colhiam o *tabaco*, que servia de *escambo* para a compra de outros seus semelhantes. Havia, ainda, escravos no eito, para a colheita do algodão, produto útil para suas vestes simples, para comida do gado e, depois, para a exportação.

Os negros eram também carpinteiros, ferreiros, pedreiros, pintores, barbeiros, serventes, oleiros, faxineiros, cozinheiros, amas de leite, lavadeiras, plantadores da agricultura de subsistência...

Os escravos domésticos eram escolhidos “a dedo” para os serviços da Casa Grande: deveriam ser fortes, limpos, altos e bem comportados; as negras teriam que ser bonitas, boas de cama, objetos sexuais de seus senhores. Muitas delas, eram mutiladas pelas senhoras brancas, que tinham ciúmes dos seus maridos com as mesmas.

O cenário rural e urbano na Paraíba era repleto de negros. O destino deles era quase sempre o mesmo: troncos, chicotes, ferros em brasa, formigueiros, navalhadas. Castigos terríveis eram aplicados aos revoltados. O rufar dos tambores anunciava que algum escravo estava amarrado ao tronco para ser chicoteado. Os maus tratos se propagavam pelos quatro cantos dos engenhos.

Os negros não tinham nenhum direito?

Não! Eles só tinham direito aos “três famosos pés”: **pão** necessário ao sustento, **pano** pouco, para cobrir o corpo e **pau**, para andar na linha.

Será que os negros aceitavam a escravidão?

Não. Desde a saída da África, os negros se revoltavam contra a escravidão: muitos se atiravam no mar, num verdadeiro suicídio coletivo; por isso, os brancos inventaram os tumbeiros. Se revoltavam no eito, num trabalho lento, monótono – daí, serem tachados de preguiçosos, *lunduzeiros*.

A chance de liberdade para os negros era muito pouca. Em diversas ocasiões apresentadas, eles fugiam – iam para *quilombos*, que representavam a liberdade, onde podiam viver em paz e de acordo com suas raízes.

A historiadora/pesquisadora, Diana Soares de Galliza, em seu livro “O Declínio da Escravidão na Paraíba”, mostra quão necessário e quanto foi usada a mão de obra de escravos africanos em vários ciclos da economia paraibana, espalhados por municípios, tais como a própria capital Paraíba, Pilar, Guarabira,

Mamanguape, Areia, Bananeiras, São João do Cariri, Pombal, Piancó e até Campina Grande. Neste município, houve grande dificuldade de pesquisa, porque vários documentos sobre a escravidão foram destruídos pela sedição do Quebra-Quilos, em 1874.

Pela tabela encontrada nas pesquisas da autora mencionada, temos uma avaliação da população escrava encontrada por volta do ano de 1872:

População escrava da Paraíba - segundo a idade (ano 1872)

Faixa etária	Nº de escravos Sexo masculino	%	Nº de escravos Sexo feminino	%
0-15	4.759	44,55	4.573	46,16
16-40	3.498	42,11	4.960	45,73
41-60	1.015	9,50	1.011	9,32
+ de 60	359	3,36	291	2,68
Idade Igno- rada	50	0,46	10	0,09
Total	9.681	-	10.845	-

FONTE: Recenseamento da Província da Paraíba, do ano de 1872.

Na Paraíba não há mais escravos. Após a abolição, estudiosos sociais começaram a constatar a herança grandiosa deixada por uma multidão anônima de negros; herança que impregnou todos os aspectos da vida paraibana. As influências negroides podem ser vistas e sentidas:

1. Na alimentação – doces, cocadas, mocotós, acarajés, carurus, farofas, quindins, pés-de-moleque, angus, pamonhas, canjicas, feijoadas, buchadas etc.;
2. Na religião – figuras de Iemanjá, Oxalá, Oxum, Ogum, Omulu; nos candomblés, umbandas etc.;
3. Na música – nos lundus, congadas, maxixes, sambas, atabaques, ganzás, agogôs, berimbaus, cuícas etc.;

4. No vocabulário rico de palavras, como cachaça, chuchu, xingar, caçula, bengala, banana, batuque, macumba, moleque, cachimbo, entre outras.

Tudo isso significa que o grande “inferno dos negros” é presença marcante nas mesas, nas melodias, nos terreiros de santo, nas danças, enfim, na vida real do paraibano.

Revisando e aprendendo

1. Entreviste, com alguns colegas, um líder do movimento negro de sua cidade, para saber a opinião do mesmo sobre o racismo na Paraíba.
2. Organize um vocabulário de palavras herdadas dos negros.
3. Faça uma rápida pesquisa sobre a influência negra na religião.
4. Explique com suas palavras o que o Jesuíta Antonil quis dizer com a afirmativa citada no texto.
5. Pesquise com alguns colegas se há algum reduto negro, ainda, na Paraíba.

A “BAGACEIRA” NA EMPRESA AÇUCAREIRA

Leontília Maria de Amorim

O que será que significa Bagaceira?

No sentido estrito, é o local onde se deposita o bagaço da cana moída.

José Américo de Almeida, paraibano de Areia, ao escrever sua obra-prima, *A Bagaceira*, apresenta-a como um pequeno/grande mundo em miniatura, fechado em si mesmo, que recebia o nome de engenho, local onde se desenrolava todo o processo canavieiro que produzia para exportação.

Outro autor, cristão-novo, Ambrósio Fernandes Brandão, grande proprietário de Engenho na Paraíba, ao escrever *Diálogos das Grandezas do Brasil*, relata conversas entre dois portugueses chamados Alviano e Brandônio, sobre as riquezas da Capitania Real da Paraíba, provenientes das “bagaceiras”, que àquela época, final do século XVI, se espalhavam pelas **sesmarias** doadas pela metrópole.

Na Paraíba Colonial possuir um engenho, uma “bagaceira”, representava muito poder. Por quê?

Porque era no engenho que se plantava a cana-de-açúcar e fabricava-se o açúcar, produto altamente procurado na Europa. O açúcar era uma especiaria caríssima, usada como remédio, como

moeda viva, como herança e até como dote de casamento; ele dava lucros aos produtores e mercadores.

Por que será que o rei de Portugal incentivou o plantio da cana no litoral nordestino?

Porque a equipe do rei comprovou que havia no Nordeste condições ecológicas favoráveis àquele produto tão cobiçado pelos europeus. A costa nordestina, incluindo a capitania da Paraíba, possuía solo de massapê, clima quente, chuvas abundantes e muitas e muitas terras.

Assim, Portugal permitiu aos donatários das capitanias hereditárias, o direito de doar as terras recebidas a sesmeiros que possuíssem cabedal para montar uma bagaceira, um engenho.

Na Paraíba, muitos senhores receberam terras por serviços prestados à Coroa; porém muitos deles não possuíam condições suficientes para montar um engenho, porque, além de possuir a terra, o sesmeiro deveria ter:

- Mão de obra para o trabalho na lavoura, o que significava ter de comprar escravos que se transformariam na “bagaceira”, em seus “pés e suas mãos”;

- Riqueza móvel – dinheiro – para comercializar mudas de cana e montar as instalações próprias à produção.

Por isso, muitos proprietários de terras, começaram a pedir empréstimos aos holandeses, banqueiros ávidos pelo comércio açucareiro do Nordeste. A partir daí, a Holanda entra no negócio altamente lucrativo da “bagaceira”. Firma-se uma empresa que vai possibilitar as nações europeias (estas não produziam o açúcar, porque o mesmo era produto tipicamente tropical) um ganho muito alto de dinheiro com a comercialização do produto agromanufaturado.

Nesta empresa lucrativa, caberia ao senhor de engenho: plantar, colher e produzir o açúcar. Caberia aos senhores do mar, aos batavos: o refino, o transporte e a circulação do produto na Europa.

O açúcar foi o responsável pelo sucesso da Capitania Real da Paraíba. Os senhores de engenho, logo cedo, como relata Ambrósio Brandão, montaram suas “bagaceiras”, que se constituíam:

- 1) de uma Casa Grande – moradia do Senhor e de seus familiares; dela partiam todas as atividades sociais, políticas e econômicas;
- 2) de Senzala – habitação rústica e pobre dos escravos trazidos da África para o trabalho cotidiano na lavoura; era um aglomerado único, miserável, promíscuo; os escravos trabalhavam compulsoriamente e só tinham direito a receber, os três pês: pão, pano e pau;
- 3) uma Capela – centro de reuniões da comunidade rural, onde se realizavam os serviços religiosos. Os sacerdotes estavam sempre ao lado dos senhores de terras;
- 4) uma Casa-de-Engenho ou Bagaceira - onde ficavam as instalações necessárias ao preparo do açúcar; ali estavam: A moenda (moer a cana e extrair o caldo), a fornalha (o caldo era fervido e purificado), a casa de purgar (branquear o açúcar) e os galpões (onde os torrões eram reduzidos a pó);
- 5) um Canavial – onde ficavam os partidos de cana trabalhados pelos escravos;
- 6) a Reserva florestal – era a mata que o senhor reservava para a retirada de lenha e outros produtos necessários ao engenho;
- 7) as Roças de Subsistência – onde trabalhavam os homens livres: moradores, meeiros, foreiros etc.,
- 8) os Currais – para o gado que abastecia o engenho de carnes, leite;
- 9) o Rio – necessário para o escoamento da produção canavieira.

A qualidade de nosso açúcar foi talvez o primeiro sinal de personalização da Paraíba. O rio São Domingos era uma simples região de bugres inimigos em relações servis com os franceses. Cultivada a Várzea pela enxada que o branco dirigia no braço do negro, passamos a ser a terra de uma cana sem par. Os portugueses souberam disso e também o príncipe de Nassau nos galanteou mais tarde com um escudo (MARIZ, 1978, p. III).

Houve um governador da Paraíba, sob o domínio holandês, chamada Elias Herckmans, homem de méritos, que escreveu uma espécie de monografia sobre a Paraíba e os seus arredores, descrevendo-a minuciosamente, deixando importante contribuição sobre os engenhos por ele visitados. Assim, relata Elias Herckmans:

A capitania da Paraíba, como foi larga e particularmente referido acima, tem ao longo de seus rios dezenove engenhos, a saber, nove do lado sul e dez do lado do norte, com mui formosos canaviais, tão belos certamente, quanto os que se vêem em algumas outras regiões do Brasil. As madeiras, que são um dos materiais mais necessários para os engenhos, os habitantes as têm quase todas tão próximas e situadas ao alcance da mão, quanto quaisquer outros engenhos em todo o Brasil (HERCKMANS, 1982, p. 33).

Na Paraíba, os engenhos eram de dois tipos: o trapiche, movido por juntas de bois, e o movido à força d'água. Esses engenhos fabricavam o açúcar com matéria-prima, ora do próprio dono, ora adquirida em terras vizinhas. Como a Paraíba era Capitania Real, ficava sob jurisdição direta da Fazenda do Rei.

O que significava isso?

Significava que todas as Sesmarias eram supervisionadas por funcionários da justiça portuguesa e todo o açúcar produzido nas “bagaceiras”, deveria ser transportado para a “Casa do Passo”, onde se processava a compra e a venda do mesmo.

O que ocorria depois da compra e da venda?

O açúcar era então enviado para o porto de Cabedelo de onde era embarcado para a Europa, auferindo lucros a todos que participavam da empresa.

A “bagaceira” também chamada por Antonil, de “Fábrica do Açúcar”, usava além da mão de obra escrava, outros tipos de trabalhadores que recebiam salário por tarefas prestadas. Assim, nas moendas, os senhores pagavam irrisoriamente, aos chamados “oficiais de soldada”, constituídas de mestres do açúcar, banqueiros, purgadores, caxeiros, feitores-mor.

O mundo da agromanufatura açucareira ficou conhecido como:

Paraíso dos Brancos;

Purgatório dos mulatos;

Inferno dos negros!

Revisando e aprendendo

1. Explique porque o açúcar era um produto tão cobiçado pela Europa.
2. Justifique: “Os escravos eram as mãos e os pés dos senhores de engenho”.
3. Sobre o que trata o romance *A Bagaceira*? Identifique seus principais personagens.
4. Faça uma pesquisa sobre a produção na Paraíba, nos dias atuais.

A GUERRA NA TERRA DO AÇÚCAR: O DOMÍNIO HOLANDÊS

Leonília Maria de Amorim

Portugal apesar de ter sido pioneiro nas navegações marítimas, nos descobrimentos e ter tomado posse do Brasil, não teve capital suficiente para realizar nossa colonização. Foi obrigado a estabelecer uma aliança com os holandeses, conhecidos como “carreteiros do mar”, legítimos mercantilistas que possuíam dinheiro para emprestar aos lusos para a difícil tarefa que era a colonização nos trópicos.

Como colonizar não era levantar feitorias, era necessário muito cabedal para montar um engenho, comprar máquinas na Inglaterra, adquirir escravos, barcos para o transporte e outros apetrechos úteis à empresa açucareira, cujo produto, o açúcar, tinha sido escolhido para auferir altos lucros aos responsáveis pela aliança estabelecida.

Assim, confirmou-se o acordo entre Portugal e Holanda. Caberia aos portugueses defender a terra, plantar, colher, moer e ensacar o açúcar. Os holandeses, transportariam, refinariam e comercializariam pela Europa, nosso produto, especiaria caríssima e bastante procurada no além-mar. A empresa açucareira foi

se tornando um negócio lucrativo, acumulador de capital, favorecendo principalmente a Holanda.

Acontece que, por volta de 1580, Portugal caiu no domínio da Espanha, levando consigo todas as suas colônias da Ásia, da África e da América. A união-ibérica, prejudicou a Holanda, que foi perdendo mercados devido ao bloqueio econômico baixado pela Espanha nos portos portugueses.

Este bloqueio foi adotado por Felipe II, neto de D. Manuel, que tirou o trono português do Cardeal D. Henrique e se autoproclamou Rei das duas Coroas: a espanhola e a portuguesa. O rei Felipe II tomou esta medida do bloqueio, porque nunca perdoou a Holanda ter se libertado do seu domínio. Os flamengos, prejudicados em seus interesses, resolveram sacar o bacamarte para recuperar sua maior fonte de renda, que era o açúcar brasileiro.

Em 1621, a Holanda fundou a famosa WIC, ou seja, a Companhia das Índias Ocidentais administrada por um conselho de 19 batavos que seriam responsáveis diretos pelas ações mercantis e bélicas dirigidas ao litoral nordestino. O objetivo maior desta Companhia era transferir, urgentemente, a renda dos impostos adquiridos com a exportação açucareira que estavam ficando para a união ibérica e para a Igreja.

A Holanda tentou negociar; como não conseguiu, resolveu invadir o centro administrativo da Colônia, a cidade de Salvador, alvo principal da política agressiva da WIC, que com 26 navios, 500 canhões, mais de 3.000 homens, aportou no litoral baiano, causando um “Deus nos acuda”.

O governador Diogo de Mendonça Furtado nada fez na ocasião, mas o Bispo D. Marcos Teixeira deixou de lado “as almas católicas”, preparou a resistência no interior para tentar expulsar o “inimigo infiel”, protestante convicto, que era o holandês. A defesa do bispo devolveu os “infiéis” ao mar, que só se renderam totalmente, com a chegada da esquadra luso/espanhola, comandada por D. Fradique de Toledo Osório.

Contudo, os holandeses não desistiram – desistir seria perder o açúcar. Por isso, prepararam uma nova investida à Colônia. Escolheram desta vez, a capitania de Pernambuco, maior centro produtor de cana do Nordeste. Em 1630, Olinda e Recife foram tomadas; o governador Matias de Albuquerque preparou a resistência no Arraial de Bom Jesus, utilizando a tática de guerrilha. Mas os holandeses não se deixaram abater e conseguiram, entre os habitantes do local, alguns aliados que os ajudaram na difícil conquista.

Um dos aliados mais destacados pela história, foi o mulato Domingos Fernandes Calabar que levou os invasores a alguns pontos estratégicos de Pernambuco para efetuar a conquista. Durante muito tempo, Calabar foi considerado um Judas mas, hoje, ele pode descansar em paz, porque, àquela época, o Brasil não era Nação e estava, inclusive, sob o domínio luso-espanhol; não havia, pois, Estado Nacional, que só foi organizado com a independência, em 1822.

Ao guiar os “invasores-infiéis” Calabar penetrou em áreas camufladas, facilitando paulatinamente o domínio das capitanias vizinhas, como Paraíba, Rio Grande do Norte, Itamaracá, Ceará, Sergipe etc.

Nesta guerra de conquista pelo açúcar, os escravos africanos viram a oportunidade para a fuga contínua e atenderam ao grito de Palmares, indo em massa para o mais famoso quilombo daquela época.

A “Guerra do Açúcar” queimava canaviais, destruía engenhos, invadia fazendas, arruinava proprietários. A rendição foi inevitável e o invasor foi virando amigo de negócios da classe dominante colonial, propondo aos grandes senhores e comerciantes duas coisas fundamentais: paz e dinheiro.

Os holandeses sabiam da importância de se conquistar, também, a Paraíba. Um batavo de nome Adriaen Verdonck escreveu aos seus dirigentes um documento descritivo sobre a situação

dos Fortes aqui existentes, dos núcleos povoados em Filipéia, das condições indígenas, número de defensores e, ainda, indica cifras relativas à produção açucareira, dizendo que a capitania contava entre 18 e 19 engenhos, com produção anual de 150.000 arrobas de açúcar muito bom. O mesmo informante, fala do Forte no Cabedelo, que estaria em mau estado, com 11 ou 12 peças de ferro, que, se arrumando, seria cômodo para muitos navios, como era sabido dos holandeses.

A proposta de paz e de dinheiro veio trazer uma acomodação ao Nordeste Holandês. A Companhia das Índias Ocidentais trouxe para Pernambuco o Conde João Maurício de Nassau, hábil administrador que conseguiu criar um “clima saudável” entre conquistados e conquistador.

Com Nassau, chegaram dezenas de artistas, médicos, astrônomos, matemáticos, naturalistas para juntos estudarem o Nordeste. O Conde logo estabeleceu a tolerância religiosa e política. Os empréstimos concedidos trazem euforia à Colônia. Surge Mauricéia, a cidade de Maurício. O Recife se moderniza e se embeleza; pontes são erguidas; obras sanitárias se espalham. Publica-se um edital, obrigando donos de terras a cultivarem mandioca, base da alimentação escrava. Selada a paz, o Nordeste é holandês.

Tomada a capitania da Paraíba, os holandeses estabelecem suas defesas militares na Fortaleza de Santa Catarina que seria a praça forte, com múltiplas funções: posto de vigilância, ponto de apoio para defesa, arsenal de guerra, prisão militar, palco de torturas, execuções dos traidores, caixa forte batava, refúgio flamengo e sede de governo durante a ocupação. Depois da posse, Maurício de Nassau mandou restaurar o forte, guarnece-lo com um fosso mais fundo e largo e, por cima, uma couraça, dando-lhe um outro nome, o de Margarida, em 1637 quando esteve pessoalmente na Paraíba.

A capital da Paraíba, até então Filipéia, passou a denominar-se Frederica. A administração holandesa foi implantada nesta

cidade, de forma a garantir a dominação e o controle sobre a produção açucareira local.

A Companhia das Índias começou a explorar ao máximo, resolveu, algum tempo depois, aumentar os impostos sobre o açúcar, cobrar altos juros pelo frete e a exigir o pagamento imediato dos empréstimos feitos no período da acomodação. Esta nova política da WIC não encontrou apoio de Nassau, que passou a defender os grandes proprietários e outros componentes da sociedade local.

Maurício de Nassau foi chamado à atenção pelo governo holandês e teve de retornar à sua pátria. Com sua saída, a WIC executou a política agressiva a que se propôs, confiscando fazendas e engenhos, perseguindo católicos, aumentando impostos. Isto acarretou revoltas e sublevação do povo.

O senhor de engenho, João Fernandes Vieira, transforma-se em comandante de um exército de libertação. As três raças se “irmanam”, se “unem”; pretos são liderados por Henrique Dias; índios chefiados por Felipe Camarão. Todos entram na “Guerra do Açúcar”.

A luta se propaga pelos quatro cantos; batalhas são travadas nos Guararapes. O chamado “sentimento nativista” toma conta dos colonos. A vitória foi conseguida e os holandeses, após 24 anos de domínio no Nordeste, foram expulsos.

Depois da derrota, a Holanda foi plantar cana-de-açúcar nas Antilhas; dispondo de mais capital e mais técnica, conseguiu sozinha, superar em pouco tempo a produção nordestina, que passou a enfrentar uma grande crise no mercado europeu. Esta grave crise de açúcar vai contribuir para uma aversão colonial a Portugal, culpado de todas as mazelas que ocorriam no Nordeste. A partir de então, atritos e mais atritos entre as classes dominantes de um lugar e de outro, vão se multiplicando e virando rotina. A rebeldia se propaga e passa a ameaçar o domínio luso sobre a colônia portuguesa.

Revisando e aprendendo

1. Procure fazer ou desenhar um mapa do Brasil; destaque no mesmo as capitanias tomadas pelos holandeses.
2. Explique brevemente porque os holandeses invadiram o Nordeste.
3. Pesquise sobre a situação geral da Capitania da Paraíba, às vésperas da invasão holandesa.
4. Identifique os “benefícios” introduzidos no Nordeste, por Maurício de Nassau.
5. Para você, o que significa “Sentimento Nativista”?
6. Mostre o papel desempenhado por Calabar durante a invasão holandesa.
7. Analise as causas que levaram a expulsão dos holandeses.
8. Dê sua opinião sobre a união das três raças que se juntaram contra a Holanda.
9. O que ocorreu após a saída dos holandeses do Nordeste?

O HOMEM SEGUIU O BOI PELOS SERTÕES: A PECUÁRIA

Leonília Maria de Amorim

Capistrano de Abreu, antigo historiador brasileiro, ao pesquisar o interior nordestino, constatou a utilização marcante do couro de boi em muitos utensílios, tais como: portas e janelas das cabanas, leitos para dormir, bancos e tamboretos de assento, cordas, bornais, alforjes para comida, mochilas para milhar, peias para animais, chicotes, arreios, bruacas, bainhas de faca, surrões, selas, roupas para entrar no mato etc., formando um todo que àquele historiador denominou de “Civilização do Couro”.

Como Capistrano de Abreu criou o termo de “Civilização do Couro”?

Para explicar tal expressão é necessário voltar ao início da colonização nordestina, quando as atividades econômicas desenvolvidas na região, eram voltadas para o mercado externo atendendo às necessidades do comércio metropolitano. Com a pecuária isto não ocorreu, pois houve o desenvolvimento de um mercado interno, quando todos os produtos daquela atividade, juntamente com os seus derivados foram utilizados, em larga escala, nos meios coloniais.

Qual foi o elemento que começou a atividade pecuária na Paraíba?

Foi o boi que representou um significativo elemento de penetração, de conquista e de povoamento do interior. Para o historiador Nelson Werneck Sodré, a pecuária nordestina atravessou três fases bem distintas:

Na primeira fase, nas décadas iniciais da colonização, o gado e o engenho formavam uma só unidade e ambos pertenciam ao mesmo dono - assim, o curral era o quintal do engenho; nesta fase, o gado servia de força tração, e alimentação no engenho;

Na segunda fase, houve necessidade de mais terras para a lavoura canavieira. Esta, foi expulsando a boiada dos limites das áreas agrícolas. As duas atividades se separam, mas continuam pertencendo ao mesmo senhor;

Finalmente, na terceira fase, as duas atividades: gado/lavoura se separam completamente. A pecuária vai penetrar nos sertões paraibanos, quando há um grande aumento dos rebanhos e a necessidade de amplas pastagens. Daí, o dono do engenho não é mais o mesmo dono do gado e as ligações entre o chamado sertão pastoril e o litoral agrícola tornam-se, apenas, periódicas.

Os encontros entre homens e animais passam a ser nas chamadas “Feiras de gado”, onde criadores e produtores passaram a trazer dos Sertões aquilo que tinham e levavam na volta um pouco do que necessitavam em seus domínios; havia trocas efetuadas, quase sempre, em espécie.

De onde partia o gado? Como tudo realmente começou?

Naquele tempo colonial, o gado partia de dois grandes centros de irradiação; estes mesmos núcleos eram também centros da agricultura canavieira nordestina: eram a Bahia e Pernambuco. Destas capitânicas, partiram correntes de penetração pelos chamados “Sertões de Dentro” (corrente baiana) e “Sertões de Fora” (corrente pernambucana); destas correntes resultou a penetração do interior paraibano.

A boiada seguia o conhecido “Rio dos Currais” (São Francisco) e outros como o Rio das Velhas, Rio das Rãs, Rio Vaza-Barris – nos cursos desses rios ou em suas margens, os boiadeiros estabeleceram currais, locais que abrigavam o gado para o devido descanso, depois de longas caminhadas em busca de água e alimento.

A penetração do gado nem sempre foi pacífica, porque o homem branco ao seguir o boi provocou muitos levantes dos verdadeiros donos das terras, os índios, que lutavam bravamente para defender suas posses.

O governo-geral da Colônia passava, então, a contratar bandeirantes, chamados de “Sertanistas de Contrato”, para punir os índios revoltados. Acontece, neste tempo, a “Guerra dos Bárbaros”, que exterminou uma grande quantidade de nativos.

O genocídio praticado pelos brancos foi saudado como vitória. O prêmio dado por Portugal aos “heróis bandeirantes” foi efetuado através da distribuição de *sesmarias*, grandes lotes de terras que tinham pertencido aos índios.

Nestas *sesmarias*, tidas como benefícios da Coroa Portuguesa, começaram a aparecer as “fazendas de gado”, estabelecimentos simples que exigiam pouca mão de obra “livre” para o trabalho.

Depois que a terra era adquirida, o fazendeiro levantava um curral e entregava a responsabilidade da fazenda a um vaqueiro, que passava a administrar os trabalhadores necessários a atividade pecuarista: amansar o gado, ferrar bezerros, tirar leite das vacas parideiras, curar bicheiras, extinguir cobras e morcegos, fazer queimada, conhecer as malhadas escolhidas para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros para os animais.

Na pecuária, a mão de obra era predominantemente livre. Brancos pobres, mamelucos, cafuzos e índios foram aproveitados nesta atividade; estas pessoas se locomoviam com facilidade pelos Sertões, sem vigilância de um patrão ou feitor. Apesar de se propalar que a mão de obra na pecuária era quase sempre livre,

Diana Galliza descobriu em suas pesquisas aqui na Paraíba, através de inventários, mapas e recenseamento de 1872, um número considerável de escravos nos municípios sertanejos; os escravos eram usados em diversas atividades econômicas das regiões paraibanas, principalmente no criatório. A autora descobriu que municípios como Souza, Pombal, Catolé do Rocha usavam muito o braço cativo com aproximação à Pilar, que possuía número alto de negros nos engenhos. Havia, também, no mesmo período, em índice elevado de cativos em Campina Grande, considerada importante centro criatório.

O vaqueiro era presença de destaque e era pago pelo regime de “quarteação”, ou seja, ele recebia um quarto das crias no fim de cinco anos, quando então, já possuía um número de animais suficientes para o seu estabelecimento por conta própria.

Como a pecuária era extensiva (criação de gado à solta) com muitos pastos à disposição, os proprietários dos rebanhos não empregavam nenhuma tecnologia para cuidar das reses, que eram muitas em quantidade, mas que deixavam muito a desejar quanto à qualidade das mesmas.

A vida do sertanejo paraibano não era de fartura; contava na maioria das vezes com leite extraído e carne bovina. Contudo, a vida era mais livre e propiciava uma espécie de lazer no meio rural. Surgiram daí, inúmeros cantadores de viola que lançavam desafios sobre os temas vividos por eles; tocadores de pandeiros; dançarinos de côcos; corredores de vaquejadas, disputadores de argolinhas, foram entre tantas coisas, os maiores divulgadores da pecuária paraibana.

Enfim, a pecuária, que a princípio foi destinada a desempenhar o papel da atividade complementar à economia açucareira, passou a ganhar impulso com a descoberta dos metais na região das Minas Gerais ao final do século XVIII.

Houve a necessidade urgente de abastecer a zona mineira. Os mineiros passaram a recorrer ao gado nordestino. Isto gerou

uma alta no preço da carne bovina, incentivando os criadores a expandir cada vez mais as suas atividades pecuaristas.

Um século depois da penetração homem/boi nos Sertões paraibanos, a pecuária já atingia índices apreciáveis de desenvolvimento, participando das exportações que ocorriam em relação ao couro.

Além do mais, a pecuária paraibana foi responsável pela criação de muitas vilas, freguesias e cidades, como Campina Grande, que evoluiu de uma feira de gado.

Revisando e aprendendo

1. Diferencie a Zona da Mata do Sertão, enfocando a questão da mão de obra.
2. Pesquise sobre alguma cidade que surgiu sobre influência da pecuária e destaque a importância desta atividade na atualidade.
3. Faça uma relação das principais fazendas que surgiram na Paraíba neste período.
4. Pesquise o significado das seguintes palavras: Alforje, Bornais, Bruacas, Cafuso, Feitor, Mameluco e Sesmaria.

REBELDIA NO NORDESTE EM 1817: A REPÚBLICA DE QUASE TODAS AS CLASSES

Leonília Maria de Amorim

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil-Colônia acarretou graves consequências para o Nordeste, porque o Regente D. João concebeu a ideia que a região era uma fonte inesgotável de recursos que dariam para sustentar sua política dispendiosa nas construções suntuosas do Rio de Janeiro, nos faustos da corte e em guerras inconsequentes. Para cobrir tanta despesa, resolveu taxar pesadamente o comércio das províncias que mais exportavam produtos tropicais.

Entre 1816-1817, o Nordeste estava sufocado pela seca devastadora, pelos impostos altos e pelo monopólio imposto por Portugal. Para completar, o açúcar e o algodão, produtos tradicionais nordestinos, estavam passando por momentos de baixa em suas cotações nos centros europeus. A situação era precária, não só para grandes proprietários e comerciantes ligados às exportações, mas, também, para a massa da população que sentia o peso da carestia sob produtos de subsistência, atingidos pela seca de 1816.

A população nordestina estava, pois, sufocada: artesãos, militares, lavradores, padres, classe média, sentiam na pele, os dis-sabores da política joanina. A insatisfação é generalizada. Desta

maneira, diversos segmentos da sociedade local, recebem com euforia as ideias liberais vindas da Europa e divulgadas pelas lojas maçônicas – Restauração, Patriotismo, Paraíso, Pernambuco do Ocidente, Areópago de Itambé e pelos seminários de Olinda e Recife.

Os adeptos do liberalismo político pregavam a “lusofobia” e a “descolonização” fermentando ideias que se alastravam em pontos estratégicos de Pernambuco. Assim, dentro dos moldes coloniais, preparava-se uma revolução.

O governador dos pernambucanos, Caetano Pinto Montenegro, era criticado e ridicularizado pela sociedade. Enquanto isso, os revoltosos imbuídos de liberdade, começaram a tramar secretamente a revolução e se encontravam nas maçônicas, nas academias, nos seminários, em casas particulares, formando focos de rebeldia contra o governo.

Tantas reuniões não passavam despercebidas ao governador, que recebia denúncias sobre as tramas e os seus líderes. Um determinado comerciante português chegou até Caetano Pinto e revelou que ocorreria naquele ano de 1817, uma conspiração séria contra ele e o rei de Portugal. Avisado do fato, o governador ordenou de imediato a prisão dos principais cabeças do levante planejado.

A lenha foi jogada na fogueira. Os militares, que ganhavam pouco, sofriam ainda mais quando reclamavam do soldo, quando viram colegas presos, organizaram um regimento para ajudar os rebeldes presos na Fortaleza de Cinco Pontas, onde se deu uma grande refrega e algumas mortes.

Este episódio precipitou o movimento revolucionário e, em 6 de março de 1817, ruas inteiras de Recife foram invadidas por centenas de revoltosos, entre os quais estavam juízes, padres, militares, comerciantes, proprietários etc. O governador fugiu para o Forte do Brum e os rebeldes tomaram o poder. Provisoriamente, se organiza um “Governo Revolucionário de Todas as Classes”, nos moldes

do Diretório francês de 1795. Era o primeiro governo nacional do Brasil! À frente do mesmo, ficaram: Manuel Correia, agricultor; Domingos José Martins, comerciante; Pe. João Ribeiro, clérigo; José Luís de Mendonça, magistrado; Domingos Teotônio, militar e, ainda, o Pe. Miguelino, bastante querido na província, secretário.

O entusiasmo logo se estendeu e chegou à Paraíba, através de Itabaiana, de Pilar e de Vila Nova da Rainha, hoje Campina Grande. Os líderes paraibanos forneceram armas e munição ao povo que os seguia e marcharam para a capital. No percurso, encontraram proprietários e homens armados que os seguiam como voluntários.

Os revolucionários proclamaram a República na Paraíba em 15 de março e elegeram uma junta constituída de quatro de seus membros. Medidas de caráter revolucionárias foram logo adotadas: aboliu-se as Ouvidorias e as Câmaras portuguesas; os tributos sobre a carne verde; suprimiram as insígnias reais; proibiu-se a remoção do gado para o interior; determinou-se a criação de novas sesmarias; regulou-se a administração dos índios e adotou-se a bandeira da República na Paraíba.

A revolta se alastrou até o Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará, com focos espalhados no litoral e no interior. Muitos aceitaram o governo provisório, mas os revolucionários de “Todas as Classes” não incluíram os escravos em seus propósitos, não planejaram a libertação dos mesmos. A própria República implantada estava longe de ser homogênea: seus representantes estavam divididos entre moderados e radicais, chegando a adotar os termos “patriota” e “vós” como forma de tratamento.

O governo provisório “republicano” criou uma “lei orgânica” para vigorar até que se fizesse uma Constituição. O texto da “lei orgânica” se norteou em princípios básicos, tais como: liberdade de imprensa e de consciência; tolerância religiosa; abolição de impostos; direito de propriedade; uma nova bandeira; preferir mandioca a pão; beber cachaça em vez de vinho etc.

A reação joanina não se fez esperar. Perseguições violentas por terra e por mar foram organizadas pelo Conde de Arcas, que partiu da Bahia e foi bloqueando portos pelo litoral, até chegar em Recife e cercar a cidade. A carnificina foi geral, houve um verdadeiro banho de sangue, festejando a vitória legalista. O saldo da revolta, foi de mais de 100 mortes, 150 feridos gravemente, 26 mortes nos cárceres, 400 homens presos e proscritos, 800 degredados, 2 “suicidados”. Para completar a desgraça, D. João VI mandou publicar um edital, alertando os nordestinos sobre possíveis revoltas. O mesmo dizia:

as penas se executam nos réus, os quais todos depois de mortos, terão cortadas as mãos que se pregarão nos quartéis e serão decepadas as cabeças que se pregarão em postes e nas principais cidades e o resto de seus cadáveres serão ligados a caudas de cavalos e arrastados até o cemitério (MOTA, 1972, p. 62).

A República de 1817 foi, assim, sufocada. Depois desta repressão violenta, as lojas maçônicas foram fechadas, os seminários ameaçados, o areópago perseguido. O governo republicano na Paraíba, implantado em 15 de março foi deposto em 05 de maio, face capitulação dos revolucionários sob promessas de não retaliações. Todavia, logo em seguida, líderes como os paraibanos Amaro Gomes Coutinho, Peregrino de Carvalho, Padre Antônio Pereira, Francisco José da Silveira e Inácio Maranhão tornaram-se mártires, quando foram sumariamente executados, tendo seus cadáveres retalhados e expostos em lugares públicos. Assim, a República Nordestina acabou-se num banho de sangue.

Os requintes de crueldade, porém, não amedrontaram o Nordeste, porque a semente plantada em 1817 vai germinar em 1824, na Confederação do Equador.

Revisando e aprendendo

1. Pesquise o porquê de a Corte Portuguesa ter vindo para o Brasil.
2. Caracterize o Nordeste na primeira metade do século XIX.
3. Analise os motivos que levaram os paraibanos à rebel- dia em 1817.
4. Faça uma pesquisa sobre uma loja maçônica.
5. O que você entende por “ideias liberais”?
6. Para você, qual o significado de uma Revolução?
7. Pesquisa sobre as repressões que ocorreram contra os nordestinos em 1817.
8. Faça um apanhado geral sobre a revolta de 1817 na Paraíba.

HOMENS POBRES E “LIVRES” REBELAM-SE: MOVIMENTOS SOCIAIS NO SÉCULO XIX

Damião de Lima

A historiografia tradicional, ao descrever o século XIX, enfatiza a região Sudeste e esquece, quase que completamente, a região Nordeste. É como se esta região ao perder a supremacia econômica com a crise do açúcar, tivesse deixado de existir. No entanto, sua história continua se desenvolvendo em todos os seus aspectos, e os movimentos sociais até se intensificam, à medida em que a crise econômica aumenta os conflitos.

Ao tratar dos movimentos sociais do século XIX no Nordeste, a historiografia enfoca apenas dois movimentos; a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador, em 1824, isto no início do século, depois passa a apresentar os movimentos do período regencial, com a Sabinada, ocorrida na Bahia, a Balaiada, ocorrida no Maranhão, a Cabanagem, do Pará e a Farroupilha, ocorrida no Sul. Ao abordar a segunda metade do século, a historiografia não trata de nenhum movimento social. É como se o crescimento da economia nacional, com o fortalecimento dos cafeicultores, tivesse resolvido todos os problemas nacionais e reinasse a paz nas demais regiões do país.

No entanto, esta análise é equivocada. Diversos movimentos eclodiram em todo o país. Só para relacionar a região Nordeste, ocorreram insurreições importantes, como a Revolta de 1878 e o movimento conhecido como “Carne sem osso e farinha sem caroço”, ocorridos em Salvador, sem falar no grande massacre de Canudos.

Na segunda metade do século XIX, ocorreram alguns levantes importantes na Paraíba. O Ronco da Abelha, apesar de ter sido iniciado nos estados vizinhos, acabou se difundindo na Paraíba; o movimento de Quebra-Quilos, iniciou-se na Paraíba e espalhou-se para os estados vizinhos. É preciso ficar claro que estes movimentos têm suas especificidades, mas também têm dois fatores em comum: serem movimentos que envolveram, principalmente, homens e mulheres pobres e livres, de áreas em que a concentração de escravos era pequena, tendendo a diminuir, bem como eles terem ocorrido em um período de profunda crise econômica e de descaso por parte da monarquia e de seus representantes, que nada faziam para responder aos problemas gerados pela crise na região.

11.1 O ronco da abelha (1851-1852)

O movimento conhecido como Ronco da Abelha, ocorrido entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852, envolveu vilas e cidades de cinco *províncias* do Nordeste: Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe, sendo mais forte nas duas primeiras províncias.

Na Paraíba, levantaram-se as vilas de Ingá, de Campina Grande, de Fagundes, de Areia, de Alagoa Nova, Alagoa Grande e de Guarabira. Durante os levantes, os engenhos e as vilas foram saqueados, e os grandes proprietários, bem como as autoridades locais, tiveram de se refugiar para não serem linchados pela multidão.

Mas o que significava essa revolta? Por que começou? O estopim da revolta foi o lançamento de dois decretos, em junho de 1851. O primeiro decreto, o 797, tratava do recenseamento da população; o segundo, o decreto 798, tratava do Registro Civil, no caso de nascimento e de óbito, anteriormente feito pela Igreja e que, agora, passaria à responsabilidade de funcionários do Estado. O primeiro decreto relacionado ao censo deveria entrar em vigor no dia 15 de julho de 1852, e o decreto que versava sobre o registro civil de nascimento e de óbitos, no dia 1º de janeiro de 1852.

Declarando-se contrárias ao que chamavam de “Lei do Cativo”, as populações dos citados municípios, armados de cacetes, de pedras, de espingardas e mais o que estivesse ao alcance das mãos e pudesse ser utilizado como arma, partiram para arrebatar das autoridades, os livros de registros, para que os mesmos fossem examinados pelos padres. Tal procedimento leva alguns historiadores a verem neste movimento, bem como no movimento Quebra-Quilos, apenas o aspecto religioso.

Para se ter uma ideia da violência do movimento, vejamos a citação de Irineu Ferreira Pinto, extraída do Relatório do Presidente Sá e Albuquerque de 1952, sobre o ocorrido em um dos locais:

Na vila do Ingá um grupo de mais de 200 populares invadiu a casa do escrivão e apoderou-se de todos os papéis e livros que encontrou, com o fim de obter a lei ou regulamento acerca dos nascimentos e óbitos, e destruir tudo que existisse e dissesse respeito a este negócio. Frustrados nesta tentativa, os rebeldes invadiram a casa do delegado e de “outros distintos cidadãos amigos do governo” onde “estragarão as suas mobílias e praticarão outros actos de estúpida vingança (Cf. HOFFNAGEL, 1990, p. 47).

Aparentemente, esses decretos nada demais teriam a acrescentar que pudessem ser considerados como motivo para tamanha revolta da população. Para entender o que aconteceu ou porque aconteceu, vamos ter de analisar o quadro mais geral da região.

Como já foi colocado, desde o século anterior, a economia nordestina não estava bem, com muitas oscilações no seu principal produto de exportação, ou seja, o açúcar. Na verdade, em meados do século XIX, esta situação agravava-se, principalmente com o aumento das dívidas dos grandes proprietários de terra, que, perdendo seu poderio econômico, perdiam também poder político junto ao poder central.

Com o endividamento, os grandes proprietários se viram obrigados a desfazerem-se de parte do seu capital “móvel”, no caso, os escravos, que foram vendidos para a região Sudeste, gerando outro problema, a falta de mão de obra para a manutenção da grande lavoura de exportação, principalmente o algodão, que, neste período, estava com preços em ascensão. Fazia-se necessário retirar mão de obra da agricultura de subsistência e desviá-la para as plantações de algodão. Era comum a reclamação dos grandes proprietários contra o que os mesmos consideravam como preguiça, “era preciso obrigar estes vadios a trabalhar”.

Justamente um ano antes dos decretos é assinada a Lei que proíbe o tráfico externo de escravos, aumentando o tráfico interno e deixando os trabalhadores livres apreensivos, pois eles eram pobres, mas ainda eram livres e queriam assim permanecer.

As discussões em torno dos motivos que contribuíram para este movimento são inúmeras. O historiador Marc Hoffnagel, por exemplo, destaca como motivo para o movimento, principalmente, a questão econômica, com a ascensão do preço do algodão. Hamilton Monteiro, contrariando Geraldo Joffily, aborda o movimento a partir de fatores externos, como a participação de elementos do partido de oposição, enquanto Geraldo Joffily, aborda os aspectos internos, dando relevância à

organização interna e à visão dos pequenos proprietários, que, segundo o mesmo, percebiam claramente as mudanças ocorridas no período e as perdas que estas mudanças estavam acarretando para eles.

Na verdade, houve influência do partido de oposição ao governo no movimento, bem como de diversos outros fatores, porém o encadeamento das ideias tornava-se lógico para o trabalhador livre da época. Basta fazer a ligação entre a escassez de escravos e o discurso dos grandes proprietários exigindo leis que pusesse fim à resistência ao trabalho e acabasse com a vadiagem, além do aparecimento dos “famosos” decretos.

Estava armado o palco para a transformação dos trabalhadores e dos seus filhos em escravos. Foi com este pensamento que o povo se levantou contra os seus inimigos imediatos, os grandes proprietários e as autoridades locais, representantes diretos do Estado, que, segundo o pensamento reinante no movimento, tencionavam transformá-los em escravos.

Embora esse não fosse o objetivo do Império, ficava difícil convencer o trabalhador do contrário, devido às experiências anteriores. Principalmente após a Guerra do Paraguai, em que a população pobre foi extremamente sacrificada. Com isto, o movimento foi se espalhando, “obrigando” o governo a utilizar um de seus principais mecanismos de “convencimento” à população pobre: a *Repressão*.

Para reprimir o movimento, o governo mobilizou mais de mil soldados da polícia, além da convocação da Guarda Nacional e da utilização de padres Capuchinhos para prometerem a salvação a quem desistisse do movimento e o fogo do inferno a quem não se submetesse.

Apesar da ação enérgica do governo, ficava difícil a repressão, porque não se identificavam os líderes, por isso, o governo resolve “criar” os líderes. Muitas pessoas são acusadas, porém não se conseguem provas. Por fim, em 29 de janeiro de 1852, o governo

imperial edita o decreto 907, que suspende o decreto 797 e 798. A realização do censo só irá ocorrer vinte anos depois, e o registro civil só é implantado com o advento da República, quando ocorre a separação oficial entre Estado e Igreja.

11.2 Quebra-quilos (1874-1875)

No dia 31 de outubro de 1874, tem início na Vila de Fagundes, comarca do Ingá, na Paraíba, durante a feira, uma discussão entre o arrematante de impostos, que cobrava o chamado *imposto de chão* (que consistia em uma taxa de 100 mil réis, cobrada aos comerciantes, sobre qualquer mercadoria exposta no pátio das feiras), e os feirantes. Desta discussão, partiu-se para a violência e estava iniciado o movimento que ficou conhecido como Quebra-Quilos.

Devido às insatisfações de quase todos os setores sociais da região Nordeste, o movimento cresce e espalha-se pela Paraíba, sendo muito forte nas cidades de Campina Grande e de Areia, e ramifica-se para os estados vizinhos, ou seja, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Em Campina Grande, o movimento tem início na feira do sábado 21 de novembro de 1874, em que os revoltosos, receberam as autoridades policiais a pedradas. Neste cenário,

Tomam os sediciosos conta da feira, passam livremente a quebrar as medidas arrebatadas aos comerciantes, a despedaçar as cuias encontradas em mãos dos vendedores retalhistas, a recolher os pesos de todos os tamanhos, atirados em seguida no Açude Velho (ALMEIDA, 1962, p. 147-148).

Isto não significa dizer que foi um movimento único e coeso. Ao contrário, poderia se dizer que o mesmo se espalhou dentro da lógica do chamado efeito dominó, pois em cada semana

o movimento se dava em um determinado local e a participação da população no mesmo também foi bastante diversificada.

Para alguns historiadores, este movimento teve como principal motivo a ignorância e o fanatismo religioso. A título de exemplo, vejamos como o movimento é abordado por Elpídio de Almeida:

Foi um movimento sedicioso sem idealismo, selvático, sem orientadores conhecidos, sem chefes descobertos e responsáveis. Grupos de camponeses ignaros, a que se iam agregando desajustados e criminosos, saíram a invadir povoações, vilas e cidades, soltando presos, perseguindo maçons, tomando dinheiro, ameaçando, destruindo pesos e medidas, incendiando os arquivos públicos (ALMEIDA, 1962, p. 147-148).

E por Horácio de Almeida:

Um exame objetivo das mencionadas causas convence desde logo da improcedência de muitas delas, inclusive subrepticamente no intuito de acobertar o verdadeiro motivo da mazorca. [...] Resta uma das causas apontadas, a do fanatismo religioso, que foi de todas a que influiu decisivamente no ânimo dos rebeldes (ALMEIDA, 1978, p. 150-151).

Embora não haja um consenso sobre o motivo que propiciou o surgimento deste movimento, podemos afirmar que não houve um motivo específico, e sim uma conjugação de fatores que acabaram por desencadeá-lo.

Entre estes fatores podemos citar: a) A centralização administrativa promovida pelo Império, que aumentou os impostos já existentes e criou novos impostos; b) A adoção do sistema métrico decimal uma “novidade” que era vista pelos trabalhadores pobres

como nociva, à medida em que era aproveitada pelos comerciantes para diminuir a quantidade de produtos comprados por estes trabalhadores; c) A mudança na lei do recrutamento militar. Estes fatores, conjugados à grande crise por que passava o Nordeste, foram o estopim para a revolta.

Como eram crescentes as insatisfações, quase todas as camadas sociais da região acabaram se envolvendo no movimento, umas mais ativas que outras, dependendo do local e dos interesses envolvidos. Participaram do movimento os grandes proprietários, os políticos da oposição, parte do clero e os trabalhadores pobres. Obviamente que cada camada social tinha os seus motivos e os seus objetivos, porém uma participação tão ampla fez com que o movimento tivesse maior repercussão que o movimento tratado anteriormente.

Vejamos os interesses de cada camada social envolvida:

1. Os grandes proprietários, quando não participaram diretamente do movimento, omitiram-se no apoio à repressão do mesmo. Isto porque estavam revoltados com o descaso do governo imperial para com a região, bem como discordavam da nova lei de recrutamento militar, que não permitia a substituição do convocado para o serviço militar, por alguém indicado por este.
2. Os políticos da oposição utilizavam-se de todas as armas para desestabilizar os conservadores que estavam no poder. Neste período, já havia sido lançado o Manifesto Republicano, e este movimento poderia muito bem ser utilizado para enfraquecer o governo.
3. O clero estava atravessando uma fase de turbulência com o governo, devido ao avanço da maçonaria e à prisão do bispo D. Vital.
4. Os trabalhadores pobres, que compunham a imensa maioria dos rebeldes, lutavam contra a cobrança exagerada de impostos, o que dificultava ainda mais a sua sobrevivência.

A cobrança de impostos era realmente abusiva, pois, além dos impostos criados pela coroa, existiam os impostos criados pela administração provincial, os da administração municipal e os abusos cometidos pelos cobradores, com o objetivo de aumentar o seu “salário”. Para se ter uma ideia, muitas vezes os impostos cobrados eram maiores que o valor das mercadorias, e, cada vez que o vendedor mudasse de lugar, teria de pagar novo imposto.

Em quase todos os locais ocorreram fatos semelhantes, ou seja, a invasão das feiras com quebra de pesos e de medidas do novo sistema métrico decimal, a destruição dos arquivos das câmaras municipais, das coletorias, dos cartórios civis e criminais, e até dos papéis dos correios.

Embora, como já foi citado, diversos setores da sociedade tenham participado do movimento, a repressão, como sempre, acabou caindo sobre os trabalhadores pobres. É interessante perceber as contradições no discurso do historiador Elpídio de Almeida, facilitando a identificação de sua posição de classe. No início do seu texto sobre o movimento, o historiador declara que “foi um movimento sem chefes descobertos e responsáveis”. Em seguida, no mesmo texto, para justificar a repressão ocorrida, ele afirma:

O cabeça dessa selvageria foi João Vieira da Silva, vulgo João Carga d'Água. A frente de seu grupo, o mais numeroso, dirigiu-se no dia 26 primeiramente à coletoria das Rendas Gerais, repartição do governo provincial, depois ao cartório do tabelião Pedro Américo de Almeida, em seguida à casa da Câmara Municipal, por fim à agência do correio. [...]. Na Paraíba, quem mais exaltado se torna é padre Calisto da Nóbrega, vigário de Campina Grande (ALMEIDA, 1962, p. 147-151).

Para acabar com o movimento, o governo da Paraíba, já que não conta com o auxílio dos grandes proprietários de terras, pede auxílio do Império e também dos governos vizinhos,

Pernambuco e Rio Grande do Norte, e é atendido. A colaboração do Presidente da Província de Pernambuco, Henrique Pereira de Lucena, causa revolta na oposição liberal, que o acusa de traidor do povo, já que o mesmo lutara na Revolta Praieira, reprimida pelos conservadores, e agora enviava tropas para reprimir o movimento de Quebra-Quilos aliando-se aos conservadores.

A repressão ao movimento foi violenta. A ação das tropas foi de verdadeira selvageria, aplicada cegamente contra culpados ou inocentes, como mostra José Américo de Almeida, em seu livro *A Paraíba e seus problemas*, transcrevendo o depoimento do Deputado João Florentino em 1879:

Fizeram-se prisões em massa, velhos e moços, solteiros, casados e viúvos, todos acorrentados e alguns metidos em coletes de couro, eram remetidos para a capital. Alguns desses infelizes, cruelmente comprimidos e quase asfixiados, caíam sem sentidos pelas estradas, deitando sangue pela boca (APUD. MONTEIRO, 1981, p. 71).

A repressão aos movimentos populares de forma violenta nunca foi novidade na região. A novidade desta feita ficou por conta da invenção de um novo instrumento de tortura, que, segundo consta, fora inventado pelo Capitão Longuinho, comandante de uma das colunas que seguiu para combater o movimento no interior: o **colete de couro**.

O colete de couro, que levou à morte João Carga d'Água,

consistia em costurar-se ao tórax dos presos, muitos inculcados, uma faixa de couro cru, previamente molhada durante horas. À medida que o couro secava ia comprimindo o peito da vítima, causando-lhe muitas vezes morte torturante por asfixia (ALMEIDA, 1962, p. 157).

Durante todo o império e até os dias atuais, continuaram e continuam ocorrendo conflitos relacionados aos problemas centrais que originaram estes movimentos, ou seja, descaso das autoridades e privação de qualquer forma de interferência das camadas populares na vida do país. Somente utilizando a Repressão é que os governantes conseguiram e vem conseguindo manter a população à margem das decisões políticas e econômicas do Brasil.

Revisando e aprendendo

1. Comente a situação do Nordeste e da região Sudeste no período em questão, enfocando os aspectos econômicos
2. Diferencie os dois movimentos, partindo de suas especificidades.
3. Trace um perfil dos participantes do movimento Quebra-Quilos.
4. Realize uma pesquisa sobre as pessoas que foram presas envolvidas em um dos movimentos.

UM PANORAMA DA PROVÍNCIA DA PARAHYBA

Eliete de Queiroz Gurjão

A Paraíba manifestara-se contra a dominação portuguesa em 1817, quando, a exemplo de Pernambuco, um grupo de revolucionários paraibanos, conforme visto anteriormente, proclamou a independência e implantou a República. O governo de D. João VI, mandou reprimir o movimento, prender e executar seus líderes.

A independência do Brasil foi realizada de forma conservadora, como sabemos, pelo próprio príncipe regente, assegurando, assim, a implantação de um governo monárquico.

O sonho liberal e republicano de 1817 manifestou-se novamente durante o Primeiro Reinado. Foi no clima de insatisfação, dominante neste período, que a Paraíba, mais uma vez, acompanhou Pernambuco na chamada Confederação do Equador, ocorrida em 1824. D. Pedro I combateu violentamente essa rebelião, e mais uma vez as lideranças foram executadas.

Ao curto reinado de D. Pedro I (1822-1831), seguiu-se a fase regencial, marcada pela instabilidade e pelos vários conflitos armados ocorridos de norte a sul do país.

Tendo sua maioria antecipada por decreto, D. Pedro II assumiu o governo em 1840, mantendo-se no poder até a

proclamação da República. Em 1848, a Paraíba acompanhou Pernambuco no último movimento republicano, iniciado durante o Segundo Reinado. Tratou-se da Revolução Praieira, esta também prontamente reprimida.

O quadro político do Segundo Reinado na Paraíba tem como destaque os movimentos sociais já estudados, conhecidos como *Ronco da Abelha e Quebra-Quilos*. Tais rebeliões, de caráter popular, iniciadas na década de cinquenta do século XIX, se situam no contexto de crise que atravessava a Paraíba, como parte da crise mais geral que atingia, principalmente, o Norte e o Nordeste do país.

No início da segunda metade do século XIX já se manifestavam alguns sintomas dessa crise. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre passa a se impor. A Inglaterra, movida por interesses comerciais, pela política em prol da expansão de seus mercados, pressiona o Brasil, no sentido de abolir a escravidão. Os escravocratas brasileiros resistem à abolição e, entrincheirados na Câmara e no Senado, aprovam leis cujo objetivo foi apenas protelatório. Nada de abolir a escravidão, e, assim, através de leis abolicionistas ineficientes, conseguiram conservar o trabalho escravo durante, praticamente, o restante do Império.

A partir da abolição do tráfico de escravos, em 1850, a mão de obra escrava foi se tornando escassa em algumas áreas do país. Com a lei de 1850, o tráfico foi abolido. Ocorria, porém, que a necessidade de mão de obra aumentava crescentemente, à medida que o café se tornava o principal produto de exportação e se expandia do vale do rio Paraíba para o oeste de São Paulo.

Na Paraíba, como aliás no Nordeste, a situação econômica era bem outra! A produção açucareira, tradicional sustentáculo da economia, que já vinha sofrendo a concorrência da produção cubana, porto-riquenha e filipina, teve sua situação agravada em face da significativa redução do mercado consumidor, mediante a fabricação do açúcar de beterraba na Europa. Assim mesmo, o

açúcar ainda se manteve como principal produto de exportação da Paraíba até 1864. No ano seguinte, o algodão ocupa essa posição e se mantém nela, passando o açúcar para o segundo lugar.

O impulso maior para a expansão da lavoura algodoeira nordestina, nessa fase, foi a Guerra Civil nos Estados Unidos, que praticamente paralisou a produção americana, estimulando a alta do preço e a busca de novos mercados. Na Paraíba, a lavoura de algodão se expandiu associando-se à pecuária, em vastas áreas do sertão, do cariri e do agreste.

Diferentemente do ocorrido no Sudeste, em que a expansão do café acarretara a necessidade de buscar mão de obra fora, inclusive de imigrantes, no Nordeste açucareiro sobravam escravos. Face a queda da lavoura de açúcar, a quantidade de escravos necessários para o trabalho nos engenhos reduzira-se consideravelmente. Assim sendo, e mediante o aumento de preço do escravo, muitos proprietários nordestinos venderam seus escravos excedentes para as fazendas de café do Sudeste. Enquanto isso, o algodão se expandia nas fazendas de gado do interior nordestino, utilizando, sobretudo, a mão de obra de “moradores”, de “meeiros”, assalariados e pequenos proprietários, além de considerável número de escravos.

Podemos afirmar, portanto, que na Paraíba a crise e abolição do trabalho escravo não implicou na predominância do trabalho assalariado. Segundo o historiador paraibano Celso Mariz, os ex-escravos, em sua maioria, permaneceram nas propriedades de seus senhores. Estes que ficaram, evidentemente, juntaram-se aos *agregados*, ou seja, aos “moradores”, “meeiros” e outros, que apesar de não serem escravos já trabalhavam em regime de “sujeição”.

Além das condições favoráveis ao comércio do algodão, no período já referido, convém lembrar que o crescimento inicial de sua lavoura se deveu às suas próprias características. Planta nativa, portanto, de fácil cultivo, espalhando-se nas terras das fazendas de gado, requeria pouco investimento de capital e complementava

a atividade pecuária, uma vez que o restolho da lavoura servia de alimento para o gado.

O algodão também se adaptou e dinamizou o comércio já existente nas áreas agropastoris. As tropas de burros que conduziam couros, peles e produtos da lavoura de subsistência às feiras, passam a comercializar também com o algodão. A relativa facilidade de seu beneficiamento fez surgir esta nova atividade, aliás, bastante rentável, acrescida de outras como a corretagem, a classificação e a exportação. Assim, pode-se deduzir que realmente o algodão proporcionou um novo impulso à sociedade agropastoril do interior da Paraíba, possibilitando o enriquecimento de alguns produtores. Logo, o algodão tornou-se o “ouro branco”, a nova riqueza que permitia certa ascensão social. Contudo, as possibilidades oferecidas pela economia algodoeira não proporcionaram melhores condições sociais aos pequenos proprietários, nem tampouco aos trabalhadores. A ganância dos grandes proprietários ocasionou maior concentração de terras e a monopolização do comércio e beneficiamento do produto.

Apesar dos lucros trazidos pela expansão do comércio algodoeiro, na década de sessenta de século XIX, a situação econômico-financeira da Paraíba continuava precária. Esta fragilidade da economia paraibana devia-se, sobretudo, à sua subordinação ao comércio de Recife. Este problema foi uma constante na história da Paraíba. Desde o início, suas exportações eram feitas por Recife, porque a Paraíba não dispunha de portos e barcos suficientes para fazê-las. A partir de 1755, com a anexação da Paraíba à Pernambuco, e mais ainda após 1759, com a criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, Recife centralizou efetivamente o comércio das capitânicas vizinhas. Os produtos da Paraíba escoavam em grande quantidade pelo porto de Recife, provocando uma verdadeira sangria de suas rendas. Ao fim do século XVIII, a Paraíba separa-se de Pernambuco, porém, suas exportações continuaram sendo desviadas para Recife, prolongando-se, assim, o prejuízo para o comércio paraibano.

Na segunda metade do século XIX, o incremento da produção algodoeira, a modernização das técnicas de beneficiamento e a expansão do comércio estimulou a evolução urbana e modificou a posição ocupada por antigas cidades. Mamanguape e Areia, antigas cidades de maior importância após a capital, perdem esta colocação, face ao traçado das vias férreas então construídas, que privilegiavam a ligação entre os centros urbanos que atraíam e comercializavam a produção algodoeira do Estado. Nesta perspectiva, Guarabira e Alagoa Grande foram beneficiadas, porque foram transformadas em “pontas de trilho”, como receptoras da produção do cariri e do sertão.

No início do século XX, o prolongamento das ferrovias para os Estados vizinhos (Pernambuco e Rio Grande do Norte) favoreceu Itabaiana e, principalmente, Campina Grande, cujo desenvolvimento, acelerado a partir de então, transformou-a no principal centro comercial do interior do Nordeste.

A crise do trabalho escravo foi apenas um dos aspectos da crise geral que abalou o Império e proporcionou as condições para a proclamação da República. Em meio às mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais surgem alguns conflitos entre a monarquia e alguns setores da sociedade, cujas manifestações recebem a denominação de questões: federativa, militar, religiosa e escrava. Parte da própria elite dominante, agora, se opõe ao poder centralizado do velho regime e luta pela implantação de um governo federativo. A queda do Império e a proclamação da República foi, assim, resultante de pressões internas, do inter-relacionamento entre as questões acima citadas.

Revisando e aprendendo

1. Enumere todos os movimentos e as rebeliões ocorridas na Paraíba no século XIX.
2. Fale sobre a produção açucareira da Paraíba na segunda metade do século XIX.

3. Na segunda metade do século XIX, o algodão passou a ser o principal produto da economia paraibana. Justifique.
4. Mostre como a crise do trabalho escravo se manifestou na Paraíba.
5. Explique como se deu a substituição do trabalho escravo na Paraíba.
6. Identifique as características da lavoura algodoeira e sua importância socioeconômica.
7. Resuma a situação financeira da Paraíba na segunda metade do século XIX.
8. Fale sobre as modificações urbanas na Paraíba no período acima referido.

- 13 -

A REPÚBLICA DOS “CORONÉIS”

Eliete de Queiroz Gurjão

Na Paraíba, a notícia da proclamação da República foi recebida com indiferença pela população, como, aliás, ocorreu na maior parte das províncias do país. A exemplo destas, na Paraíba não existia um partido republicano, nem mesmo qualquer movimento organizado com este objetivo. Alguns paraibanos, como Aristides Lobo, Maciel Pinheiro e Albino Meira militavam em fileiras republicanas, porém, em províncias onde a campanha republicana era forte.

Na então província da Parahyba, apenas algumas vezes isoladas defenderam publicamente os ideais republicanos, e somente através da imprensa. Apenas dois jornais locais publicaram matérias favoráveis à república: A Gazeta do Sertão, em Campina Grande, e A Gazeta da Parahyba, na capital. Os demais jornais eram francamente monarquistas, e O Jornal da Parahyba, órgão oficial do Partido Conservador, liderava uma acirrada campanha antirrepublicana.

Todavia, no dia 16 de novembro quando chegou à Paraíba a notícia da mudança do regime, grupos políticos locais, radicalmente aderiram à República, inclusive, um dos jornais antirrepublicanos, neste dia, já se intitulava de “*órgão republicano*”.

Os representantes dos partidos políticos herdados do Império, *liberais e conservadores*, deixam de lado suas desavenças e unem-se numa junta governativa. Esta foi logo substituída por Venâncio Neiva, conhecido monarquista, indicado, porém, como presidente do Estado devido às suas estreitas ligações de família e de amizade com o grupo militar que liderou a proclamação da república.

O primeiro presidente republicano da Paraíba governou apenas dois anos. Neste curto período, exerceu seu mandato de forma tipicamente **oligárquica**, plenamente de acordo com os métodos do **coronelismo**. Assim, utilizou a máquina do Estado de forma **nepotista** e **clientelista**, ocupando os cargos mais importantes com seus familiares, realizando negociatas, perseguindo adversários e protegendo correligionários. Conseguiu estruturar, assim, a oligarquia *venancista*.

Com a queda de Deodoro da Fonseca e a ascensão de Floriano Peixoto, logo se efetivou a substituição dos presidentes estaduais. Venâncio Neiva foi deposto e Álvaro Machado, major do Exército e sobrinho de um amigo de Floriano foi indicado para o governo da Paraíba.

Assumindo o poder Álvaro Machado, inicia-se o predomínio da oligarquia *alvarista*, que se prolongou por vinte anos, até sua morte, em 1912. Durante este período, Álvaro Machado obteve dois mandatos no governo do Estado, revezando-se constantemente com seu vice, o monsenhor Walfredo Leal (que, aliás, governou durante mais tempo que Álvaro), foi senador e, desde que assumiu a presidência do Estado, fundou o *Partido Republicano da Paraíba*. Também enfrentou a oposição do *Partido Autonomista*, criado por Venâncio Neiva, que tinha Epitácio Pessoa como principal aliado. Demonstrou, ainda, grande habilidade no jogo da política oligárquica, através dos cambalachos característicos da Primeira República (1889-1930); conseguiu, inclusive, conciliar-se com antigos *venancistas*, que se aglutinaram ao *alvarismo*.

No período 1912-1915 ocorre a transição do *alvarismo* para o *epitacismo*. Nesta fase, Epitácio Pessoa e Walfredo Leal dividiam a liderança do *Partido Republicano Conservador*, através de acordo firmado em 1911. A atuação de Walfredo ficou, assim, restrita ao poder local, enquanto Epitácio, que já gozava de grande prestígio junto ao governo federal, passou a dominar o partido, cabendo-lhe sempre a última palavra.

Às vésperas da eleição de 1915, quando se disputava o controle do governo estadual, ocorreu o rompimento entre Epitácio e Walfredo, dividindo o *Partido Republicano Conservador* em duas facções: a *epitacista* e a *walfredista*.

Apuradas as urnas e eleitos todos os candidatos *epitacistas*, garantiu-se a consolidação do poder de Epitácio. Daí, até 1930 todas as decisões da política paraibana passaram a ser ditas por ele, estivesse onde estivesse, e de forma absolutamente incontestável.

O *epitacismo* alcançou o apogeu no período em que a Paraíba era governada por Solon de Lucena, devido a presença de Epitácio Pessoa na presidência da República, permitindo-lhe aplicar grande quantidade de verbas nas obras contra as secas e na construção do porto do Varadouro, no rio Sanhauá, projeto este tecnicamente inviável. Além disto, os recursos do Estado aumentaram bastante com o crescimento das exportações, sobretudo de algodão. Portanto, recursos não faltaram e foram usados perdulariamente, beneficiando as oligarquias e reforçando seu poder.

Mas, por que as oligarquias tinham tanto poder? Como “coronéis” e oligarcas exerciam seus poderes? É claro que este poder não lhes foi dado naturalmente, nem de repente, a partir da implantação da República, e, sim, resultante do processo histórico brasileiro, desde seus primórdios.

Mediante a necessidade de administrar o imenso território do Brasil, sabemos que o governo português o dividiu em capitânicas hereditárias. Nestas, por sua vez, ocorreu a distribuição de

lotes de terra, as chamadas sesmarias, doadas com objetivo de estimular a produção e proporcionar lucros à Portugal. Próximo às áreas produtivas (engenhos e fazendas) foram crescendo núcleos populacionais, transformados em vilas, onde se concentrava a administração local. Diante das dificuldades e da desorganização da máquina administrativa, e tendo em conta que não interessava ao governo português custear a administração, e sim arrecadar o máximo de impostos, outorgou-se poderes a proprietários de sesmarias, de senhores de engenho e de fazendeiros, para assumirem cargos na administração local. As *câmaras municipais* foram, assim, o maior reduto político dos proprietários rurais, seguidas das *ordenanças*.

Em cada vila, o Senado da Câmara exercia as funções: executiva, legislativa e judiciária. Era composta pelos “homens bons”, identificados, à época, pela riqueza. As ordenanças eram tropas auxiliares comandadas pela elite local.

A elite rural, portanto, desde o início de nossa história, ocupa posições de mando, dispondo, assim, de instrumento de controle da classe subalterna, criando-se, dessa forma, o *mandonismo* local, base do poder dos futuros “coronéis”.

Durante o Império, a elite rural foi integrada ao poder monárquico na condição de comandantes da, então criada, **Guarda Nacional**. Nesta, a patente de coronel correspondia a um comando municipal que era concedido, em geral, ao chefe político local. O coronel reunia em seu batalhão pessoas de sua **parentela**. Assim, se organizou uma das bases de sustentação do poder da elite rural: a solidariedade e a lealdade entre os membros da parentela, mesclada por conflitos internos e por violência resumidos na expressão:

“Para os amigos, tudo; para os inimigos o rigor da lei.”

O poder do “coronel” se afirmou, mais ainda, com o advento da República. O federalismo, então implantado, deu ampla liberdade aos estados para procederem de forma autônoma. Isto favoreceu, sobretudo, os chefes políticos e reforçou a

dominação dos grupos que comandavam a política local, ou seja, das oligarquias.

Nos municípios, sede do poder local, a autoridade do “coronel” se afirma na liderança efetiva por ele exercida como chefe político, na sua capacidade de “arrebancar” e de manter o **eleitorado de “cabresto”**. A atuação do “coronel” é permanente e abrange diversos serviços de assistência, executados como favores que acarretam a **penhora do voto**. A maior ou a menor capacidade de fazer favores (dar emprego, ceder terras, proteção policial, assistência médica, remédios etc.) e aplicar atos de violência sempre que julgar necessário e ficar impune, determina o grau de prestígio do “coronel”.

Esse esquema de dominação beneficia grupos familiares, ou seja, oligarquias que disputam entre si o controle da política de cada município, destacando-se uma delas, em função de monopolizar os cargos e de exercer o **empreguismo** e o **clientelismo** em geral.

Na Paraíba, durante a Primeira República, as lutas entre famílias foram constantes e marcadas pela corrupção e pela violência. Em seus municípios, situacionistas e oposicionistas agrediam-se frequentemente. Era comum “coronéis” mandarem seus **“cabras”** emboscar e agredir adversários, quando não se articulavam com bandos de cangaceiros para maior eficiência do “serviço”.

Às vésperas e durante as eleições ocorria uma verdadeira batalha. Recrutamento e alistamento de eleitores realizados clandestinamente, eram completados pelo falseamento do voto, uma vez que legislação eleitoral permitia aos “coronéis” exercer o controle sobre as eleições.

A historiadora Linda Lewin, em seu estudo sobre as parentelas na política da Paraíba, publicado em 1987, afirma que durante a República Velha cerca de três dúzias delas, distribuídas por vários municípios concentravam o poder. Citando apenas algumas delas temos: os Dantas, em Teixeira;

os Suassuna, em Catolé do Rocha; os Cunha Lima, em Areia; os Pessoa, em Umbuzeiro; os Sátiro, em Patos; os Pereira, em Princesa Isabel; os Cavalcanti de Albuquerque/Lauritzen, em Campina Grande.

Revisando e aprendendo

1. Faça uma pesquisa e resuma o significado das palavras e das expressões em negrito.
2. Mostre como foi recebida a notícia da proclamação da República na Paraíba.
3. Elabore um quadro demonstrativo enumerando as oligarquias no poder na Paraíba durante a Primeira República e seus períodos de dominação.
4. Resuma os principais meios utilizados pelos “coronéis” para impor sua dominação.
5. Faça uma comparação entre o coronelismo da Primeira República e o sistema político atual.

PERREPISTAS E LIBERAIS DISPUTAM O PODER EM 1930

Eliete de Queiroz Gurjão

A república dos “coronéis” e das *oligarquias*, conforme visto anteriormente, teve seu apogeu no período conhecido como *República Velha*, período assim denominado pelos seus opositores, que denunciavam publicamente suas mazelas e pregavam a necessidade de derrubá-la, para substituí-la por uma *República Nova*, livre dos males, da corrupção daquele sistema dominado pelos “coronéis”, pelos chefes políticos “carcomidos”.

Em outubro de 1930, os referidos opositores tomam o poder através do movimento armado que ficou conhecido como a “*Revolução de 1930*” e anunciam aos quatro cantos do Brasil a instalação de “*um novo regime*”, “*a renovação completa da política nacional*”. Da forma como foi divulgado e as promessas que ele trazia, este discurso foi recebido como uma nova esperança para muitos daqueles que se sentiam injustiçados e oprimidos. Acreditava-se, assim, na “*República Nova*”, que então se iniciava, na sua capacidade de acabar com a velha política das oligarquias, conforme alardeavam as novas lideranças políticas do país.

No capítulo seguinte analisaremos essa “*República Nova*”, observando até que ponto ela se caracterizou, realmente, como

nova. Vejamos, agora, por que e como ocorreu a “*Revolução de 1930*” na Paraíba.

Para que possamos entender a rebelião de 1930 na Paraíba, é necessário situá-la no contexto mais geral do Brasil. No fim da década de vinte, o Brasil passava por uma grande crise, cujas manifestações eram mais visíveis no campo econômico e político.

Do ponto de vista econômico, o café que vinha em ascensão e representava o principal suporte da economia brasileira atingia plena produtividade. Todavia, o mercado consumidor encontrava-se extremamente reduzido, face à crise internacional de 1929, a “Grande Depressão”, iniciada com a queda da bolsa de valores de Nova York e que repercutiu por todo o mundo capitalista. Sobrava, então, grande quantidade de café, que, costumeiramente, era absorvido pelo mercado exterior, sobretudo pelos Estados Unidos, nosso principal comprador. Tratava-se, assim, do problema da superprodução que acarretava queda do preço e acúmulo de estoques invendáveis.

Em outras ocasiões, mediante o risco de tais perdas, o governo intervinha através da política de “valorização” do café (compra e estocagem da produção excedente, com recursos provenientes de empréstimos ao capital financeiro internacional). Neste momento, porém, face à “Grande Depressão”, tal política tornou-se inviável. Assim, o presidente em exercício, Washington Luís, não evitou a espetacular queda de preço do café, provocando, portanto, o descontentamento de muitos cafeicultores de São Paulo.

O cenário político da República Velha, embora dominado pelo esquema café com leite (revezamento nos principais cargos políticos, de representantes das oligarquias paulistas e mineiras), enfrentava oposição crescente, em virtude das mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira. Greves operárias, movimentos de esquerda e rebeliões militares, conhecidas como “tenentismo” marcavam presença, desde 1917 ao fim da década de vinte.

A situação se agrava com as articulações realizadas em prol da sucessão de Washington Luís, que representava a oligarquia paulista. Ora, de acordo com o esquema café com leite, esperava-se a indicação do mineiro Antônio Carlos, mas tal fato não ocorreu. O indicado foi outro representante dos paulistas: Júlio Prestes, rompendo-se, assim, o pacto entre paulistas e mineiros. Como consequência, os mineiros, liderados por Antonio Carlos, unem-se às lideranças gaúchas e formam o núcleo da Aliança Liberal, grupo de oposição.

Esse agrupamento partidário lança como candidato à presidência da república o gaúcho Getúlio Vargas. Para compor a chapa como candidato a vice-presidente, convidam o governador de Pernambuco Estácio Coimbra e o senador Paulo Frontim. Mediante a recusa de ambos, após consulta e aprovação de Epitácio Pessoa, convidam seu sobrinho, o governador da Paraíba, João Pessoa, que prontamente aceitou a indicação, completando-se, assim, a chapa da Aliança Liberal. Mediante a aceitação de sua candidatura na chapa oposicionista, o governador da Paraíba (à época, denominava-se *presidente*), evidentemente, viu-se obrigado a romper com a candidatura oficial. Não poderia ser de outra forma. No dia 29/07/1929, já informado através de telegrama do seu tio Epitácio, da consulta que lhe fora feita por Antônio Carlos e do seu consentimento para inclusão de seu nome na chapa da Aliança Liberal, João Pessoa reuniu o diretório do Partido Republicano da Paraíba (PRP) e expediu telegrama posicionando-se contra a candidatura situacionista. Tal fato, divulgado intensamente, passou à história como ato de extrema bravura, de heroísmo, como se fora o grito de emancipação da Paraíba. Daí porque o dia 29/07/1929, passou a ser denominado dia do “NEGO”, palavra esta, mais adiante, inscrita na bandeira da Paraíba.

Durante a campanha para a sucessão presidencial, a Paraíba destacou-se não só pela sua participação na Aliança Liberal, mas também pela intensidade dos conflitos político-partidários. Aliás,

o clima político neste estado já vinha em ritmo de crescente eferescência, desde 1928, a partir do início da administração de João Pessoa.

Mas, o que fizera João Pessoa para provocar tantos desentendimentos? Afinal de contas, ele era um *epitacista*, um membro da oligarquia dominante, como podemos entender a oposição contra ele na Paraíba?

A administração de João Pessoa concentrou esforços em duas metas principais: a tentativa de depurar o coronelismo, impondo-lhe a autoridade governamental e a concentração do comércio paraibano na capital, através de medidas que desviassem as transações comerciais do porto de Recife, que praticamente monopolizava o comércio da Paraíba.

No que se refere às medidas para controle do coronelismo, podemos citar: substituição das chefias municipais; subordinação dos agentes fiscais, da polícia e da justiça diretamente às suas ordens; eliminação do acúmulo de cargos; desarmamento dos “coronéis” e administração direta das obras públicas.

Quanto às medidas de caráter comercial, podem ser agrupadas na chamada reforma tributária. Através da lei 673 (de 17/11/1928), João Pessoa criou novo imposto de incorporação, chamado de “barreira”, que regulava a saída e entrada de mercadorias da Paraíba para outros mercados. Ele também impôs taxas diferentes para o comércio através da capital e do interior.

Assim, as importações (como era chamada a entrada de mercadorias vindas de outros estados) feitas na capital pagavam um imposto que correspondia, em média, a um quarto do que era cobrado sobre as mercadorias importadas pelas cidades do interior, diretamente dos estados vizinhos.

Dessa forma, os comerciantes das cidades do interior da Paraíba que compravam e vendiam a comerciantes de Pernambuco através de suas fronteiras pagavam, portanto, impostos muito altos. Estas medidas, conhecidas como “reforma tributária” visavam,

assim, estimular o comércio na capital e neutralizar as facilidades comerciais existentes entre as cidades do interior e os estados vizinhos, sobretudo com o porto de Recife.

A “reforma tributária” provocou imediata reação de comerciantes do interior da Paraíba, do Ceará e, principalmente, de Pernambuco. Houve intensa campanha pela revogação dos novos impostos, apelando-se até para o presidente da República. A liderança maior dessa campanha coube aos irmãos Pessoa de Queiroz (primos de João Pessoa), comerciantes radicados em Pernambuco e proprietários do *Jornal do Comércio*.

Neste sentido, esse jornal manteve acirrada luta contra o governo da Paraíba, cuja defesa se fazia através de *A UNIÃO* (jornal do governo da Paraíba), travando-se, então, a chamada “guerra tributária”.

O rompimento definitivo da oligarquia epitacista somente efetivou-se após o golpe dado por João Pessoa durante a escolha dos candidatos a deputados federais, ocasião em que, obedecendo ordem de Epitácio, excluiu da chapa um antigo e, tido como certo, candidato (João Suassuna) para favorecer um parente seu. Poucos dias depois, José Pereira (“coronel”, chefe político da cidade de Princesa) aliado de Suassuna, transferiu-se para a oposição, portanto, para o *Partido Republicano da Paraíba*, iniciando-se, a partir de então, a batalha política entre liberais e perrepistas que evoluiu para a luta armada de Princesa e para o movimento de outubro de 1930.

A Revolta de Princesa foi liderada pelo coronel José Pereira, que, comandando um contingente de homens armados, combateu batalhões da polícia militar da Paraíba. Tais confrontos se prolongaram de fevereiro a julho de 1930. Tudo indica que esse conflito teve como maior impulso as insatisfações acarretadas pela reforma tributária. A cidade de Princesa, localizada no sertão da Paraíba, limita-se com vários municípios pernambucanos. Esta localização favoreceu-lhe o intercâmbio comercial com Pernambuco,

enquanto que a longa distância e a ausência de vias de comunicação dificultavam o comércio com a capital da Paraíba.

Assim, as altas taxas impostas ao comércio realizado pelo interior prejudicou o comércio de Princesa, ao mesmo tempo que atingia os comerciantes de Pernambuco, cujo intercâmbio com Princesa era-lhes favorável, uma vez que esta cidade era um centro produtor e distribuidor de algodão e importante mercado consumidor dos produtos por eles trazidos. Alguns historiadores afirmam, inclusive, que os irmãos Pessoa de Queiroz instigaram José Pereira à rebelião, bem como contribuíram financeiramente.

Além dessas lutas armadas, os conflitos políticos também se manifestavam através de verdadeiras batalhas na imprensa, em linguagem agressiva, chegando frequentemente às ofensas pessoais, conforme pode-se comprovar pela leitura dos jornais locais deste período.

João Duarte Dantas, perrepista, portanto adversário político de João Pessoa, contra quem fazia campanha na capital do Estado, teve sua casa invadida pela polícia, que, cumprindo ordens de sua chefia, arrombou o cofre de João Dantas e apreendeu seus documentos, suas armas e sua correspondência. Entre esta, encontravam-se cartas íntimas, consideradas “comprometedoras”, que foram anunciadas pelo jornal oficial de forma sensacionalista e expostas à observação do público. Em represália, João Dantas assassinou o presidente João Pessoa que, na ocasião, encontrava-se em Recife, precipitando os fatos que impulsionaram a luta armada de 1930.

A Aliança Liberal perdera a eleição. Júlio Prestes deveria assumir a presidência da República. Os militares rebeldes (os tenentes) que se aliaram à Aliança Liberal, já impacientes face a indecisão dos políticos nela reunidos, finalmente puderam organizar o movimento armado. O impacto da morte de João Pessoa motivou a oposição à luta, cujo desfecho se deu com a tomada do poder e a implantação da “*República Nova*” com Getúlio Vargas na presidência.

Revisando e aprendendo

1. Resuma os fatores da crise do café nos fins da década de vinte.
2. Mostre como surgiu a Aliança Liberal e sua composição.
3. Explique a origem da palavra “Nego”.
4. Relacione os aspectos da política de João Pessoa que provocaram descontentamento.
5. Identifique o significado da “guerra tributária”.
6. Resuma o significado da Revolta de Princesa. Mostre a relação entre o assassinato de João Pessoa e a Revolução de 1930.

Trabalhando em grupo

- Procurar em arquivos locais jornais de 1930 e fazer um resumo de notícias políticas;
- Montar um jornal-mural, criando manchetes e pequenos textos sobre o assunto estudado;
- Pesquisar um aspecto da Revolta de Princesa que mais lhe chamou a atenção;
- Fazer pequenas entrevistas com pessoas que viveram na Paraíba em 1930, preferencialmente, ex-perrepeistas e ex-liberais e apresentar os resultados à classe;
- Assistir ao filme “Parahyba Mulher Macho” e debatê-lo em sala de aula;
- Ler o livro *Tempo de Vingança*, de Virginio da Gama e Melo, apresentá-lo e discuti-lo com os colegas.

A PARAHYBA RENOVADA!?

Eliete de Queiroz Gurjão

Vitoriosa a rebelião de outubro de 1930, o editorial do jornal oficial da Paraíba, A UNIÃO, entusiasticamente anunciava o raiar dos novos tempos, o início da “*renovação completa da política nacional*”.

Será que houve renovação mesmo? Como? O que mudou? Tais questões somente a história pode responder. Assim, busquemos na história respostas a estas indagações. Porém, tenhamos cuidado, pois existem histórias e histórias, dependendo do olhar do historiador, das questões por ele colocadas e da leitura que ele faz das fontes pesquisadas.

À falta de outros testemunhos, procuremos resposta às indagações acima em diversas manifestações da própria elite política local: em seus discursos, em suas declarações na imprensa, em seus conflitos e confrontos com as camadas populares e nos seus conflitos e disputas internas.

Em primeiro lugar, é necessário salientar que o programa da Aliança Liberal nada tinha de *revolucionário*, limitando-se ao *reformismo*. Algumas declarações de suas lideranças, deixam clara a preocupação em evitar que a rebelião avance no sentido da participação popular, conforme declarou Antônio Carlos a Getúlio Vargas:

revolta sim, reforma sim, mas longe do grave risco de perder o domínio sobre as massas suscetíveis de seduzirem-se por amantes inesperados e impetuosos. Nada de tocar nos alicerces sobre que repousa a estrutura social (APUD GURJÃO, 1979, p. 83).

João Pessoa também demonstrou igual preocupação. Em meio às lutas que travava contra seus opositores na Paraíba e seu compromisso como candidato a vice presidente pela Aliança Liberal, consultado por um representante dos tenentes sobre seu apoio ao encaminhamento da rebelião armada, agitou-se e declarou prontamente: “Prefiro mil vezes Júlio Prestes a uma revolução” (IDEM, p. 81).

Vitorioso o movimento de 1930, a Paraíba passa a ter prestígio no cenário político nacional. Afinal, foram os últimos acontecimentos políticos da Paraíba que deram impulso à luta pela tomada do poder. Por conseguinte, as lideranças locais participantes desse movimento permaneceram no controle da política local e, logicamente, com seu poder reforçado.

Logo após a vitória do movimento armado, José Américo de Almeida (conhecido escritor, principal auxiliar da administração de João Pessoa e articulador do movimento de 1930 na Paraíba) foi nomeado *interventor* da Paraíba. Elevado, assim, ao principal cargo político do Estado, como uma homenagem que os líderes nacionais de 1930 prestavam à memória de João Pessoa, José Américo passou, então, à condição de herdeiro político do ex-presidente e principal líder político da Paraíba. Após curto espaço de tempo na interventoria do Estado (04/10 a 25/11/1930), foi nomeado ministro da Viação e Obras Públicas.

Em 1932 o Nordeste foi atingido por uma das piores secas de sua história. O ministro paraibano teve oportunidade, então, de aumentar seu prestígio através de sua atuação na política de obras contra as secas. Vale salientar a importância desta

política, no sentido de beneficiar os grandes proprietários de terras e de reforçar o clientelismo. Outro efeito das obras contra as secas deste período, que, aliás, quase não é percebido, foi o de garantir os novos ocupantes do poder, de construir para eles uma imagem altamente positiva, que lhes proporcionou crescente prestígio.

Dessa forma, Getúlio Vargas aparece como o “*Grande benfeitor do Nordeste*” e José Américo como “*O ministro das secas*”. Aliás, o papel representado pelas obras contra as secas, no período inicial do governo de Vargas, foi de fundamental importância para a legitimação do próprio movimento de 1930.

O jornalista Orris Barbosa que visitou a região das secas em 1932, ao mesmo tempo que descreve o drama dos flagelados, mostra os investimentos do governo federal e o empenho de José Américo para a realização das obras e conclui que:

Do desespero de massas do Nordeste a Revolução de Outubro tirou o que podia tirar para alimentar a sua vitória” [...] Por fim das contas, as obras contra as secas são, efetivamente, a página humana do outubrimo. Talvez a única (BARBOSA, 1935, p. 191 e 197).

Na Paraíba, a imagem criada em torno da rebelião de 1930 foi ainda mais forte. Ainda hoje pode-se perceber a força desta imagem, cujas manifestações mais evidentes são: o nome da capital, mudado de Parahyba para João Pessoa e a bandeira do estado, também trocada, cujas cores, preto e vermelho e o lema “NEGO” constituem homenagens ao ex-presidente e a todos que participaram do movimento de 1930 na Paraíba. Inclusive, é interessante observar que, ao mesmo tempo que se criavam as imagens de “herói” e de “mártir”, cria-se também a imagem da “Parahyba pequenina e forte”.

Assim, a Paraíba passa a se confundir com o símbolo da resistência de suas oligarquias.

Enquanto isto, as manifestações de resistência das camadas populares são tratadas como fatos estranhos e inaceitáveis, conforme ocorreu durante as greves operárias da Paraíba nos períodos de 1917 a 1928 e 1934 a 1936.

Mediante o crescimento das lutas operárias, por ocasião da *Velha* como da *Nova República* as oligarquias no poder reagiram imediatamente, em duas frentes. Através da imprensa, divulgando apelos para o retorno ao trabalho e alardeando o “*despreparo*” e a tradição de “*cordura e patriotismo*” dos trabalhadores paraibanos.

Assim, criam a imagem de um trabalhador pacífico, cordial, ordeiro, cuja rebeldia ora manifestada é fruto da influência de “*elementos perturbadores da ordem... vindos de fora*”, de “comunistas”. A igreja católica também atuou neste sentido, utilizando seu jornal, *A Imprensa*, para reforçar essa imagem “acomodada” do nosso trabalhador.

Ao mesmo tempo, as autoridades governamentais reprimem as greves, através da atuação ostensiva da polícia, no sentido de “manter a ordem”. A repressão foi intensificada após o fracassado levante militar ocorrido em novembro de 1935. Conhecido como “Intentona Comunista”, porque foi organizado pelo Partido Comunista, este movimento motivou sistemática repressão às lideranças de esquerda no estado. A pretexto da existência de um plano para eclosão do movimento na Paraíba, inclusive publicado na imprensa, desencadeou-se numa verdadeira caçada ao comunismo e às oposições em geral, acusados todos de representarem “*o perigo vermelho*”, “*a besta apocalíptica*”.

A repressão “preventiva” inviabilizou a participação da Paraíba no levante de 1935. Situada entre Pernambuco e Rio Grande do Norte, estados cujas capitais se rebelaram, a Paraíba funcionou como verdadeira barreira à articulação entre ambos e provável expansão do movimento. Além disto, a Paraíba exerceu um papel significativo no combate às rebeliões vizinhas, através do envio de forças militares, bem como de destacamentos provisórios

organizados e enviados por “coronéis” que habitavam nas fronteiras com Natal e Recife.

Debeladas as rebeliões de Recife e de Natal, a ação repressiva na Paraíba efetivou-se de tal forma agressiva, como se a Paraíba tivesse participado também no movimento. Segundo relatório da Delegacia de Ordem Política e Social, havia um plano de participação da Paraíba, contendo, inclusive, os nomes das pessoas a quem caberia executá-lo. Com este pretexto, muitos trabalhadores e intelectuais foram presos, e alguns prestaram depoimento sob “ameaças, violências e espancamentos”, conforme dito por Horácio de Almeida em seu requerimento de “habeas corpus”.

Decretado o estado de guerra, a repressão tornou-se mais rigorosa e sistemática.

Em outubro de 1937 já se encontravam instalados, e em pleno funcionamento na capital do Estado, comissões responsáveis pela fiscalização, propaganda e doutrinação anticomunista, contando com apoio da Assembleia Legislativa e a colaboração da Igreja Católica.

Como resultado de todo este aparato repressivo, a classe trabalhadora paraibana foi amordaçada, desde 1935. Suas entidades, tais como associações e sindicatos que vinham caminhando no sentido da organização da classe, foram desviadas, passando muito mais a desorganizá-la, atuando como legitimadoras da ordem vigente. Conseqüentemente, a presença operária na cena política da Paraíba foi redirecionada, limitando-se, por muito tempo, a apoiar os candidatos das oligarquias dominantes.

As disputas entre as oligarquias no poder e aquelas que ficaram fora dele a partir de 1930, são constantes e demonstrativas da continuação da política tradicional, da sobrevivência dos velhos métodos de fazer política. Logo após a vitória de 1930, o grupo no poder enfrentou a oposição de ex-correligionários, insatisfeitos com a distribuição de cargos e de privilégios.

Ao mesmo tempo, a ascensão de José Américo passa a incomodar. O argumento mais utilizado por ambas as facções era “o sacrifício do grande presidente”, a herança política do assassinato de João Pessoa. Os que assumiram o governo, declaravam-se continuadores da obra de João Pessoa, enquanto seus opositores, evocavam a memória de João Pessoa para lamentar os rumos tomados pelo movimento de 1930.

Durante a campanha eleitoral de 1933, as disputas entre a elite política da Paraíba foram acirradas. As facções oligárquicas organizadas em seus respectivos partidos (PP e PRL), utilizaram a velha máquina dos “coronéis”, concorrendo pelo interesse de controlar a distribuição de cargos e favores.

Revisando e aprendendo

1. Identifique os grupos em disputa pela sucessão presidencial e sua composição.
2. Mostre a importância da política de obras contra as secas para o grupo no poder em 1930.
3. Fale sobre os símbolos herdados de 1930 de maior evidência na Paraíba.
4. Resuma os confrontos entre oligarquias e movimento operário: suas manifestações e reações.
5. Comente a expressão: “a classe trabalhadora paraibana foi amordaçada, desde 1935.”

Trabalhando em grupo

- Pesquisar as greves operárias ocorridas na Paraíba nos períodos de 1917 a 1928 e de 1934 a 1936 e montar um jornal mural, criando manchetes e pequenos textos sobre elas;

- Conversar com pessoas idosas sobre suas lembranças, quanto à repressão e à doutrinação durante o governo Argemiro de Figueiredo através da “Comissão executora do estado de guerra na Paraíba” e da “Comissão Nacional de Propaganda contra o Comunismo”. Apresentar os resultados em classe;
- Pesquisar em jornais da época sobre a campanha eleitoral de 1933 e apresentar em classe alguns episódios considerados mais interessantes.

- 16 -

O RETORNO DA DEMOCRACIA!?! (1945-1964)

Martha Lúcia Ribeiro Araújo

Para uma melhor compreensão das transformações políticas ocorridas na Paraíba neste período (1945-1964), vamos analisá-lo por etapas.

1ª - A redemocratização (1945-1954)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Paraíba enfrenta uma crise econômica. Os seus produtos, que eram vendidos para o exterior, não encontram mais compradores, diante da recuperação dos países antes envolvidos no conflito.

Por outro lado, a indústria nacional, localizada principalmente em São Paulo, possibilita que muitos trabalhadores emigrem para lá, procurando melhores condições de vida.

As antigas elites políticas, que tinham o seu poder baseado na posse da terra e no “voto de cabresto” são obrigadas a utilizar novas formas de fazer política e procurar outros meios para dominar o eleitorado. Nesta fase, que poderíamos chamar de modernizadora-conservadora, muda a forma, mas o processo de dominação continua o mesmo. A presença cada vez mais marcante de setores das “classes médias” urbanas é característica definitiva, que se reflete na formação dos partidos políticos.

No PSD, agrupam-se os indivíduos que permaneceram fiéis ao interventor Rui Carneiro. Apresenta-se como o partido que vai contar com o maior número de representantes da burguesia industrial e comercial, embora o apoio dos grandes proprietários rurais seja importante para as suas vitórias.

Na UDN, os seus representantes mais ilustres estariam ligados aos produtores e aos exportadores de algodão, sendo muito grande a sua base rural. Inicialmente, reuniu a maior força eleitoral do estado, ao congregar os dois maiores líderes paraibanos: José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo.

Outros partidos, como o PSB e o PTB, vão contar entre seus filiados com um número expressivo de profissionais liberais: médicos, professores, advogados, como também de comerciantes e industriais.

Este período marca as mudanças que estão se processando. Numerosos grupos de pessoas e conseqüentemente de eleitores chegavam de outros estados sem nenhum compromisso com os políticos locais. O título eleitoral passa a ser valorizado como documento de identificação e como instrumento de conquista de favores. O aumento de eleitores alfabetizados dificulta o trabalho dos cabos eleitorais e obriga os “políticos” a utilizarem novos discursos, e a compra do voto para manter a sua hegemonia.

A disputa entre José Américo e Argemiro de Figueiredo pelo governo do estado em 1950 demonstra a quebra de decisões políticas que se limitavam ao estado. José Américo, neste período, representa *o novo*, à medida em que, recebendo apoio do governo federal, promove uma interdependência maior entre os poderes: municipal, estadual e nacional. O localismo e, principalmente, o isolamento político começavam a ser superados. Estava-se na fase da organização de um Estado Nacional Unificado. As classes políticas cada vez mais exigem decisões que dependem do Poder Central.

2ª - Organização da ordem burguesa (1954-1959)

Neste período, para conseguir que os seus objetivos econômicos sejam atendidos, as classes no poder esquecem-se das antigas disputas, dizendo atender aos apelos do povo por mais empregos e procuram introduzir uma política de desenvolvimento e de industrialização.

Antes de deixar o governo do estado, José Américo providencia a escolha de seu sucessor, promovendo a “concordia geral” entre os diversos partidos. A fórmula encontrada foi o PSD lançar o candidato da UDN, Flávio Ribeiro, tendo como vice Pedro Gondim dos quadros pessedistas. Desta forma, as classes políticas, asseguram ardidamente o controle político do processo, impedindo a participação popular na escolha de seu representante.

Estabelecendo-se a “pacificação”, começaram a ser efetuadas as obras de infraestrutura, que permitiriam uma maior participação do Estado na política desenvolvimentista nacional. Aprofunda-se a política de compromisso com o poder federal.

Os políticos tradicionais, passam a depender cada vez mais das verbas federais para obras de infraestrutura e para controle da oferta de empregos, necessários à manutenção do seu “status quo”, ou seja, para a permanência nos seus cargos.

Agora, não só os chefes locais detêm o poder de distribuir benefícios, mas estes também podem ser conseguidos diretamente das instâncias centrais do poder.

As mudanças em curso foram acompanhadas por alterações no campo e nas cidades. À medida em que moradores, parceiros e arrendatários vão se transformar em assalariados, deixam as propriedades e se transferem para os arruados ou para as periferias das cidades.

São encontrados novos meios de controle. Os sistemas de crédito, por exemplo, ou os benefícios e os empregos, conseguidos através das autarquias federais, passam a ser utilizados com

este objetivo. A partir deste momento, consolida-se a perspectiva governamental de uma intervenção mais efetiva do governo federal na economia do estado, criando-se a SUDENE, que atuaria em todo o Nordeste.

O processo eleitoral de 1958 representa um reflexo de toda essa situação. Neste ano, seriam realizadas eleições para o Senado, para a Câmara e para a Assembleia Legislativa. A indicação do nome de José Américo, por uma ala da UDN, para disputar uma cadeira no Senado, acaba por afastar Argemiro de Figueredo, que passa a integrar os quadros do PTB.

O PSD e o PTB há muito eram aliados na Paraíba. Com o reforço do argemirismo, foi lançada a candidatura de Rui Carneiro para o Senado. José Américo, considerado por muitos como invencível, perdeu para Rui Carneiro por uma diferença superior a vinte e cinco mil votos.

A vitória de Rui Carneiro, que espantou a tantos, foi decorrente da organização de uma nova estrutura de poder, quando os interesses dos vários setores burgueses, ou seja, industriais, comerciantes, grandes proprietários etc. esquecem as divergências e se unem em torno de um objetivo comum, por exemplo, a aliança com Argemiro Figueredo foi importante, porque, através dela, Rui Carneiro pôde contar com o auxílio de velhos coronéis. Por outro lado, o apoio do governo do estado permitiu que ele contasse com órgãos do governo, como o DNER, que lhe conferia influência e prestígio.

A imposição de uma política modernizante contribuiu para que as classes capitalistas, de uma forma geral, ganhassem com o processo. Por outro lado, as práticas do empreguismo e do voto pago ajudaram a manter a estruturação do poder local.

3ª - Crise e estabilização (1959-1964)

Neste período, acentua-se a crise no estado da Paraíba, quer no setor agrícola, quer no industrial. Os setores mais penalizados

com este processo, como os trabalhadores rurais e pequenos arrendatários, vão contestar, através de ações mais ou menos organizadas, de que as *Ligas Camponesas* são um exemplo. As forças políticas tradicionais procuram novas formas de se legitimarem no poder.

Em 1959, por exemplo, na disputa para a prefeitura de João Pessoa, uma das alas da UDN apoia o nome de João Santa Cruz, conhecido comunista e militante. Apesar de derrotado, a escolha de seu nome por uma facção do partido considerado o mais conservador do Estado evidenciava que os antigos métodos de controle coronelístico não eram suficientes para garantir o processo eleitoral.

Nas eleições de 1962, o governador interino, Pedro Gondim, que, desde 1958, governava o Estado, já que o governador eleito Flávio Ribeiro Coutinho tinha se licenciado, deseja concorrer pelo seu partido, o PSD. Entretanto, o nome de Janduhi Carneiro foi o preferido.

Pedro Gondim resolveu enfrentar a máquina política tradicional do PSD. Filia-se à UDN, através de uma composição política, e consegue voltar ao governo do Estado. Durante o período de governo interino, ele desenvolveu um estilo próprio de administrar, propiciando inúmeras nomeações sem utilizar a mediação dos chefes pedessistas locais, como era o costume. Decisivo para a vitória, foi Gondim apresentar-se como o candidato capaz de promover mudanças. O slogan utilizado, “Está com medo ou está com Pedro”, aparece como um grito de rebeldia contra as elites tradicionais.

Essa fase de transição na forma de exercer o poder possibilitou uma brecha no sistema de dominação vigente, já que as antigas formas se encontravam superadas e as novas ainda não conseguiam se impor.

No campo, a concentração fundiária leva ao aumento da pressão sobre a terra. Organizam-se as *Ligas Camponesas*,

tornando-se mais frequentes os confrontos entre os seus membros e os jagunços dos coronéis.

Nas cidades, as categorias mais organizadas utilizam a greve como forma de organização.

As classes políticas preferem não se arriscar em disputas, optando por se unir diante da possibilidade do crescimento das reivindicações dos trabalhadores.

Com o golpe de 1964, são privilegiados os setores mais atrasados da burguesia e das práticas políticas mais discriminatórias. Consolida-se o pacto das elites.

Revisando e aprendendo

1. O período de redemocratização foi importante não só para a Paraíba, como também para o Brasil e para o mundo. Com o auxílio de livros de História do Brasil e de História Geral, procure responder as seguintes questões:
 - a) Quais as mais significativas mudanças, que você apontaria em nível mundial.
 - b) O que caracteriza o Brasil do pós-guerra?
 - c) Como está se organizando o novo sistema partidário no Brasil?
2. O texto nos fala das várias fases de redemocratização na Paraíba. Qual é, para você, a característica mais importante de cada uma das fases?
3. O texto enfatiza a importância dos líderes paraibanos: José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo. Estabeleça a trajetória política dos mesmos, mostrando não só os aspectos positivos, como também os negativos.
4. O texto faz referências ao Golpe Militar de 1964. Faça uma pesquisa, entreviste pessoas, para saber as razões do mesmo e sua repercussão na Paraíba.

OS CAMPONESES SE REBELAM E LUTAM PELA REFORMA AGRÁRIA

Maria Santana de Souza Silva

O que é Liga Camponesa?

Todos nós já ouvimos falar de *Ligas Camponesas*, da questão da terra, da reforma agrária, da expulsão dos trabalhadores do campo, do cambão, do latifúndio, do foro, da exploração dos camponeses, da organização dos camponeses em associação para lutar pelos seus direitos, que é terra para trabalhar, para produzir e para viver com sua família.

Passemos a estudar e saber um pouco sobre **Ligas Camponesas**.

Desde a libertação dos escravos, os latifundiários consentiram que os camponeses vivessem em suas terras como moradores. A partir dos anos 50, com a valorização do açúcar e, mais tarde, da pecuária no mercado nacional e internacional, constataram-se mudanças profundas no interior do latifúndio, quando os engenhos começaram a ficar de ‘fogo morto’, surgindo então as usinas e a necessidade de mais terras para as plantações da cana-de-açúcar.

A partir daí, os camponeses começaram a ser expulsos das terras em que viviam, trabalhavam e mantinham uma produção familiar de culturas de subsistência, isto é, feijão, mandioca, milho, inhame, verduras e criações de galinhas, de cabras, de porcos para

seu consumo, e, o que sobrava, eles vendiam nas feiras livres das cidades, ajudando, assim, a completar sua renda.

Era, assim, o mundo no interior do latifúndio. O camponês trabalhava, produzia e gerava lucro para o latifundiário.

Cezar Benevides, no seu livro “Camponeses em Marcha”, afirma:

Na Paraíba, o aumento progressivo das pastagens e o crescimento do cultivo da cana-de-açúcar na Zona da Mata e no Agreste, impuseram a redução e, posteriormente, a completa extinção dos estoques de terras ocupadas pelas culturas de subsistência do campesinato (BENEVIDES, 1985).

A exploração familiar dos sítios e dos roçados foram eliminados. O camponês foi transformado num trabalhador para o capital, sua força de trabalho equivalendo a qualquer mercadoria que pode ser adquirida em troca de um salário. Foram destruídos os vínculos pessoais no relacionamento patrão-empregado e os camponeses foram expropriados definitivamente dos meios de produção. Ainda assim, os camponeses não ficaram de braços cruzados, eles resistiram, gerando clima de tensão e de conflitos em todo o Nordeste, particularmente na Paraíba. Esta resistência está presente também na cultura, como mostra as estrofes desta música:

E a morte, o destino tudo
Estava fora do lugar
Eu vivo prá consertar.
[...] Até que um dia
acordei então não pude
seguir valente, lugar tenente
de dono de gado e gente
porque gado a gente marca
tange, ferra, engorda e mata
mas com gente é diferente.
(Trecho da música “Disparada”, de Geraldo Vandré)

A luta pela terra no Brasil não é recente, sempre existiram movimentos sociais, e a resposta recebida pelos trabalhadores que se envolviam no processo de luta sempre foi a repressão. Nos campos paraibanos, vigoravam o silêncio agrário, traduzido com a tranquilidade dos coronéis, protegidos pelo aparelho repressivo do estado – polícia, jagunços e vigias.

Na Paraíba, a organização do campesinato foi uma projeção das ideias de Pernambuco, principalmente com a vitória dos camponeses no Engenho da Galileia, que conseguiram a expropriação das terras, daí, servir de estímulo para se organizarem e denunciarem as arbitrariedades, as ameaças, as perseguições, os devastamentos de suas plantações, tocaias e assassinatos.

O movimento camponês cresceu, surgindo várias *Ligas*: Sapé, Mamanguape e Santa Rita, em forma de associações, pois os camponeses não tinham o direito de se sindicalizarem como outros trabalhadores urbanos.

Não podemos esquecer o papel do Partido Comunista Brasileiro na organização das *Ligas Camponesas*, pois alguns participantes eram vinculados ao Partido Comunista, mas a iniciativa da formação das *Ligas*, foi dos próprios camponeses. A ideia do Partido Comunista era implantar a aliança operária-camponesa, uma maneira de unir e de solidificar, construindo um movimento centralizado contra o latifúndio e o imperialismo.

O movimento camponês despertou com força total e conseguiu, pela primeira vez, questionar o monopólio das terras, pois a terra pertencia a uma só pessoa ou a uma família. A Paraíba, antes esquecida, vítima da seca, da miséria, da fome, de políticos oportunistas, do latifúndio, levanta-se exigindo medidas urgentes para a questão agrária.

A resposta dos latifundiários (na Paraíba, destaca-se o Grupo da Várzea) foi a violência, como única forma de exercer o controle do campesinato. Eles acreditavam que silenciando vozes, eliminando fisicamente as pessoas, destruíam o ideal de libertação

dos camponeses, mas, estavam enganados, pois mal desaparecia um líder camponês, imediatamente despertava outro.

A Paraíba assistiu, estarecida, entre o impacto e a revolta ao crime que vitimou a maior liderança do campesinato paraibano na época – João Pedro Teixeira, assassinado a 2 de abril de 1962, com 5 tiros, na estrada de Sapé-Café do Vento, em direção ao sítio Sono das Antas, onde morava.

Raimundo Ásfora, em seu discurso “Assim Falei”, transmite o impacto causado à população com a morte de João Pedro Teixeira:

Um tiro franziu o azul da tarde e ensanguentou o peito de um camponês.

Foi assim que João Pedro morreu.

[...] Idealista, ele não compreendia nunca na sua inteligência ágil e no seu raciocínio acertado, como todas as terras da Várzea da Paraíba pertenciam apenas à proprietários que poderiam ser contados nos dedos de uma mão. E tantos homens sem terra, e tantos homens aflitos, e tantos homens com fome.

[...] A vida vem dos campos, sem o suor, sem a fadiga dos camponeses, jamais alcançaremos a fartura do povo e a pobreza será cada vez mais infeliz e desamparada.

Os latifundiários, todavia, na sua ganância fingem desconhecer essa verdade, e na sua cupidez e egolatria negam aos pobres até o direito de ter fome...

[...] São tão mesquinhos, no seu egoísmo, que, na expressão de um ironista, deixariam o universo às escuras se fossem proprietários do sol.

[...] Acuso, perante o governo e a Paraíba que há um Sindicato da Morte implantado na Várzea para ceifar a vida dos homens do campo.

Vinte e um ano depois, no dia 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves, líder camponesa, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores de Alagoa Grande é assassinada com um tiro no rosto.

Funeral de um Lavrador
Esta cova em que estás
Com palmos medida
É a conta menor que
tiraste em vida...
(*Morte e Vida Severina*,
João Cabral de M. Neto, 1980)

Nesses anos todos, vários assassinatos foram cometidos e ficaram impunes, tendo como vítimas camponeses, líderes sindicais, advogados de trabalhadores rurais e pessoas comprometidas com os direitos humanos no Nordeste.

A organização dos camponeses, com a morte dos seus líderes, não foi destruída, ao contrário, serviu de estímulo para lutar e para reivindicar seus direitos. As *Ligas Camponesas* representaram importante papel na redefinição da questão agrária brasileira, e questionou o papel dos latifundiários, o campesinato conquistou sua posição de classe e trouxe a reforma agrária para o debate público.

Os trabalhadores rurais sem terra lutam por uma reforma agrária que acabe com a concentração de terras nas mãos de poucos. Mas, o que é reforma agrária? Significa, em primeiro lugar, dar terras aos camponeses para que eles possam trabalhar, sustentar sua família e também vender os produtos que sobram para alimentar outros brasileiros que vivem nas cidades. A reforma agrária seria uma das maneiras de acabar com os conflitos no campo e resolver o problema da fome de milhões de brasileiros.

Para que a reforma agrária funcione, é necessário que o governo dê recursos e assistência técnica aos camponeses, colocando à sua disposição máquinas agrícolas e técnicos para que eles

possam produzir mais. Mas, reforma agrária não significa tomar as terras de quem trabalha nelas, e sim distribuir entre os trabalhadores do campo as terras que não estão cumprindo sua função social, ou seja, não estão produzindo bens necessários, não proporcionam benefícios ao povo.

Apesar de várias tentativas, até hoje o Brasil não conseguiu fazer a reforma agrária. O presidente João Goulart tentou, mas foi derrubado pelos militares com o apoio dos latifundiários. Em 1964, o presidente Castelo Branco assinou o *Estatuto da Terra*, que permitia fazer a reforma agrária, mas essa lei nunca foi cumprida. Por pressão da União Democrática Ruralista (UDR), representado pelos grandes proprietários rurais, a Constituição de 1988 proibiu a desapropriação de terras consideradas produtivas.

Cresceu, em todo o país, o *Movimento dos Sem-Terra (MST)*, que no 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, em Curitiba em 1985, fizeram a exigência ao governo, com relação à distribuição e uso das terras, dentre eles:

- Que a terra seja de quem nela trabalhe;
- Que a reforma agrária seja feita sob o controle dos trabalhadores;
- Que o governo legalize todas as terras que foram ocupadas;
- Que o Estado garanta todas as condições de produção e de assistência nas terras distribuídas.

A reforma agrária foi a bandeira de luta de todos os movimentos sociais no campo, mas até hoje não foi realizada. Continuam os latifúndios improdutivo. O camponês migra para as cidades e a injustiça social predomina nos campos e também nas cidades.

Revisando e aprendendo

1. O texto fala dos camponeses e de sua luta pela terra. Para uma melhor compreensão, realize as atividades abaixo:
 - a) Conceitue: cambão, latifúndio, foro, “fogo morto”.
 - b) Tendo como referência a música de Geraldo Vandré, “Disparada”, estabeleça uma relação entre a mesma e a vida do trabalhador nordestino.
 - c) Tendo como base, livros sobre as Ligas Camponesas, procure detectar as divergências, dentro do movimento, que contribuíram para o seu fim.
2. Pesquise em revistas e em jornais evidências sobre violência contra os trabalhadores rurais, hoje.
3. Com ajuda de livros, revistas e entrevistas, escreva uma peça teatral, junto aos seus colegas, sobre a luta dos trabalhadores rurais e apresentem-na em classe.

TEMPOS DE CRISE E DECADÊNCIA NA ECONOMIA PARAIBANA (1945-1964)

Martha Lúcia Ribeiro Araújo

Em decorrência do processo de modernização da economia brasileira, neste período (1945-1964), verifica-se a participação mais efetiva da Paraíba no processo de acumulação capitalista. Aprofundam-se, então, as contradições das relações de propriedade e as desigualdades sociais.

A construção de novas estradas contribui para o aumento da concentração fundiária (concentração de terras nas mãos de poucas pessoas) e para o aumento dos preços de algumas mercadorias. Em contraposição, verifica-se uma baixa nos principais gêneros agrícolas, como o agave, o algodão e a mandioca. Assim, muitos pequenos proprietários que não puderam manter as suas condições de produção são obrigados a vender as suas terras e a emigrar para outras áreas do Nordeste e de outras regiões.

A cultura do algodão, a mais importante do estado, não consegue acompanhar as mudanças que estão se processando no Centro-Sul. Mantendo técnicas atrasadas de plantio e de colheita, não há aumento na produção. Além disso, firmas como a SANBRA e a CLAYTON, financiavam os pequenos produtores, porém, após a colheita, determinavam os preços, em detrimento dos produtores, desestimulando, assim, a produção. Essas firmas

sofreram a crise do comércio de algodão do estado e aos poucos foram se retirando do mercado paraibano.

Nesse período, Campina Grande começa a perder a sua função de cidade organizadora do espaço estadual. João Pessoa cresce, assumindo a função de integração da economia do Estado ao espaço nacional. Para esta situação, contribuiu a construção da BR-230, que, ligando diretamente o sertão ao litoral, vai permitir o escoamento de toda a produção para polos como Recife e João Pessoa.

A política desenvolvimentista, tendo como base a industrialização que começa a se instalar em todo o país, encontra defensores na Paraíba. No entanto, o incentivo à industrialização (1945-1956), tendo como base o capital nacional, chega ao fim. A associação ao capital internacional é cada vez mais defendida pelas classes políticas.

Na Paraíba, apesar das indústrias tradicionais (algodão, sisal, couro etc.) continuarem sendo o setor de maior peso, apresentavam-se em crise, ocasionando desemprego.

As atividades metalúrgicas e mecânicas, apesar de um crescimento relativo, não apresentavam maior desenvolvimento, pois o pequeno capital empregado só permitia o estabelecimento de empresas de pequeno porte. A indústria de transformação, por depender do mercado local, pobre e descapitalizado, não conseguia crescer. O setor de bens intermediários apresentava rápido crescimento, o que revela o caráter acentuadamente complementar da economia do estado.

Nessa fase (1956-1964), com a criação da SUDENE, as indústrias tradicionais não apresentavam um crescimento maior, já que os incentivos são para indústrias que têm sua sede em outras áreas do país. Neste contexto, são criados os distritos industriais de Campina Grande e da capital.

As indústrias que se instalam em Campina Grande, atraídas pelo 34/18 (incentivo que permitia às indústrias que se localizam

no Nordeste passarem 10 anos sem pagar impostos), como Wallig Nordeste (1967). Por sua falta de vínculos com a produção e o mercado locais, terminado o período de isenção, resolvem não mais operar na região, ocasionando desemprego em massa, em período posterior (1979).

Verificou-se uma tendência no crescimento do parque industrial de João Pessoa, que passou a oferecer mais atrativos para os capitais que desejavam investir na região, por situar-se próxima ao porto de Cabedelo e da cidade de Recife, já que, das novas indústrias que tendiam a se estabelecer na região, poucas são as que se propunham a explorar as fontes de matérias-primas locais.

O período que estamos analisando se constituiu de transição no estado, quando as velhas indústrias estão sendo substituídas pelas novas, o que permitia uma participação, pelo menos quantitativa, do operariado no processo produtivo.

As particularidades do processo histórico paraibano condicionavam uma fraca possibilidade de organização das classes trabalhadoras, o que tornava particularmente difícil as suas condições de vida, agravadas pelos péssimos salários. A dificuldade maior referia-se à criação, à organização e ao desenvolvimento dos sindicatos. As indústrias de beneficiamento de algodão e de sisal, em razão da própria dinâmica do processo produtivo, utilizavam uma alta rotatividade de mão de obra, o que dificultava o processo de organização.

Além disso, muitas indústrias não ultrapassavam a estrutura de manufaturas, sendo as relações entre patrões e operários mediatizadas pelo paternalismo. O empregador sempre ficava a par do que se passava nas reuniões dos sindicatos, e a maioria dos patrões não queria que seus empregados se sindicalizassem. O empregado agarrava-se ao emprego como uma tábua de salvação – as suas “melhoras” procurava junto ao patrão.

As condições de exploração sobre os trabalhadores escondiam-se atrás da aparente solicitude do patrão em resolver os seus

problemas. Desta forma, os benefícios assegurados por lei, já precários, muitas vezes não eram obedecidos, podendo-se dizer que os operários eram duplamente explorados.

O associado dos sindicatos, de uma maneira geral, só procurava o sindicato para a consulta médica, o remédio, o auxílio funerário e, mais raramente, quando brigava com o patrão. Os movimentos reivindicatórios mais decisivos, como as greves, eram pouco utilizados, sendo as grandes questões resolvidas por dissídio coletivo.

No período de Jânio (1961) e depois no de Jango (1961-1964), houve uma tentativa de participação maior, por parte das direções sindicais, no processo político-nacional. Até então, mantinham relações com os políticos locais, apoiando ou não as candidaturas aos pleitos estaduais e municipais. O contato com os trabalhadores mais organizados poderia ser o ponto de partida para uma conscientização maior de sua condição de operário. O golpe de 1964 impediu esse processo.

As péssimas condições de trabalho e a grande exploração a que estavam submetidos obrigavam os trabalhadores a procurarem atividades autônomas como forma de sobreviverem. As pequenas atividades econômicas eram uma tradição do estado. Com o desenvolvimento da industrialização no Brasil e, principalmente, da indústria automobilística, outras atividades vão surgir, como as oficinas de consertos de automóveis.

Outras profissões, até então não existentes, passam a contribuir para a expansão do setor informal. É o caso dos lavadores de carro, borracheiros, carregadores e descarregadores de caminhões, oficinas de consertos em geral (relógios, rádios, sombrinhas, guarda-chuvas, sapatos, joias, móveis etc.).

Além disso, pequenos negócios começam a proliferar por todas as cidades, como barracas, fiteiros, bares, pequenas mercearias etc. Estas atividades paralelas serviam de válvulas de escape para as tensões sociais. Mesmo com o aumento do desemprego,

em razão da crise do sistema produtivo, desde que não lhes fossem tiradas as condições mínimas de sobrevivência, os movimentos populares poderiam ser melhor controlados.

O processo político do estado reflete as particularidades da política desenvolvimentista do país, sendo o resultado da conciliação dos interesses dos diversos setores burgueses com o objetivo de impor o seu sistema político e econômico.

Revisando e aprendendo

1. Este capítulo fala das transformações na economia da Paraíba a partir de 1945. Para melhor compreensão do texto, procure identificar:
 - a) As razões da baixa dos preços dos principais gêneros agrícolas da região.
 - b) As transformações no parque industrial do estado.
 - c) As dificuldades dos trabalhadores das indústrias para se organizarem.
2. Procure conceituar o que seja economia informal e pesquise sobre este setor, hoje.
3. Tendo como base livros de História do Brasil, pesquise sobre:
 - a) A consolidação da indústria automobilística no país.
 - b) O processo de criação da SUDENE no Nordeste.

A RESISTÊNCIA DOS HOMENS POBRES: SEM SONHOS E SEM TERRA

Martha Lúcia Ribeiro Araújo

Os conflitos pela posse da terra, que hoje se multiplicam em todo o território paraibano, envolvendo milhares de trabalhadores, não podem ser entendidos fora do processo mais geral da acumulação capitalista e de proletarianização do homem do campo, que vem gerando a transformação de pequenos proprietários e de moradores das grandes propriedades em boias-frias, assalariados desprovidos de quaisquer benefícios da legislação trabalhista.

A realidade agrária brasileira, principalmente após o Golpe Militar de 1964, tem demonstrado uma tendência desenfreada à concentração da propriedade da terra, obedecendo à lógica do capital, como um todo articulado, a isto não sendo estranha a participação do capital estrangeiro, associado ou não ao nacional, mas nas grandes explorações agropecuárias.

É da concentração da propriedade e posse da terra que tem derivado a expulsão de suas glebas de milhares de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros, que passavam a habitar a beira das estradas, formando verdadeiras favelas, as “pontas de rua”, de que o *Cajá*, é um exemplo. Localidade existente

entre Campina Grande e João Pessoa, o Cajá era inicialmente habitado por pessoas que tiveram de abandonar as terras em que viviam e trabalhavam. O dono da terra precisou do lugar deles para plantar capim e colocar o boi. Isto se observa em muitos lugares ao longo das rodovias e ferrovias, em derredor de cidades como João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Guarabira etc.

A partir das décadas de 50/60, em algumas destas localidades, foram as grandes plantações de cana-de-açúcar que obrigaram trabalhadores do campo a buscarem refúgio e a construir barcos à margem das estradas.

A luta pela terra, no estado remonta à época das *Ligas Camponesas*. Na década de 70, os conflitos ressurgiram com força diante do processo de concentração de terra, que o capitalismo determinava. Mata-de-Vara, Limoeiro e Alagamar são exemplos de resistência dos trabalhadores, que, depois de toda uma existência, recusaram a abandonar a terra que garantia o seu sustento e o dos seus filhos.

Os trabalhadores contaram com o auxílio da Igreja, dos organismos representativos de sua classe, de partidos políticos. Entretanto, ficara claro para os envolvidos na luta que somente a intervenção de órgãos competentes, como o INCRA e o Ministério do Trabalho, poderia assegurar aos trabalhadores a permanência na terra que cultivavam e da qual dependia sua sobrevivência. Desta forma, poderia ser superada a violência que se instaurou e que, ainda hoje, é responsável por inúmeras mortes de trabalhadores.

A *reforma agrária* passa a ser sonhada como capaz de resolver definitivamente o problema da terra. De tema debatido por intelectuais, surgia como uma necessidade dos explorados do campo, momento de luta por transformações das bases do sistema agrário brasileiro.

A legislação já existe. O Estatuto da Terra já determina que “as desapropriações a serem realizadas pelo poder público, nas

áreas prioritárias, recairão sobre [...] as áreas que apresentam elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros (Art. 20, V). Falta, entretanto, vontade política para fazê-la. Isto exige uma nova orientação da política agrária, dando prioridade à produção de alimentos. Mas essa nova orientação contraria os interesses dos poderosos. Ela só se fará quando os trabalhadores se movimentarem para exigir a sua concretidade.

O que é importante reter é que a coexistência de pequenos produtores e de empresas capitalistas em uma estrutura agrária permeada pela presença de latifundiários, implicaria, sem dúvida, numa multiplicidade de contradições na luta pela Reforma Agrária.

A reforma desejada teria de ser integral, não apenas de divisão de terras, mas do condicionamento humano, de todos os aspectos da vida rural.

Sem segurança alguma, os trabalhadores rurais vivem sujeitos a tal servidão pessoal, que qualquer participação na vida social e política lhes é negada. Além de terra e de melhor remuneração, o trabalhador exige melhores condições de trabalho, segurança no emprego e ter tempo para sonhar.

O *Movimento dos Sem-Terra MST*) aparece, hoje, como alternativa para a construção de uma vida mais digna para os trabalhadores rurais. A união e a organização do movimento oferecem possibilidades para que seus integrantes repensem as relações de dependência e lutem contra uma estrutura agrária discriminatória e decadente.

Revisando e aprendendo

- 1 - Com auxílio de livros, de revistas e de jornais, procure responder às seguintes questões sobre a estrutura agrária as Paraíba:

- a) Quais as principais culturas e qual a importância delas para a economia do Estado?
 - b) De que forma é organizado o sistema produtivo? (isto é, quem cultiva a terra, que instrumentos utiliza, quem fica com os lucros etc.).
 - c) Como se organizaram as principais fazendas no estado? Que modificação você apontaria hoje?
2. Escreva um pequeno texto sobre o que você entende por Reforma Agrária.
 3. Com a ajuda da professora, estude o *Estatuto da Terra*, procurando os itens que beneficiam o trabalhador.
 4. Procure informações em livros e em jornais sobre o *Movimento dos Sem-Terra (MST)* e responda quais seriam os objetivos do mesmo.

TEMPOS DE DESENVOLVIMENTO E DE CRISE NA ECONOMIA CAMPINENSE

Damião de Lima

A industrialização da Paraíba, como em outras regiões do país, passa a ter uma maior expressão a partir dos anos 1930. Assim como em outros estados da federação, é na capital que se concentram as primeiras indústrias. Este crescimento é seguido de perto e posteriormente superado pelo município de Campina Grande.

Campina Grande, localizada no interior do estado da Paraíba, destacou-se no cenário nordestino, desde a sua origem, como um importante entreposto comercial e como um elo entre o interior e a capital da Paraíba e também de Pernambuco. O comércio sempre ocupou lugar de destaque entre as atividades econômicas do município. Entre as atividades comerciais, destacava-se o algodão, ou o “ouro branco”, como era conhecido no ápice da cultura algodoeira no estado. Com a comercialização do algodão, a cidade ficou conhecida internacionalmente e tornou-se o centro comercial de toda a região que compõe o compartimento da Borborema.

Foi com base nesse produto que surgiram as primeiras indústrias na cidade, no início do século XX. Essas indústrias

pioneiras beneficiavam e prensavam o algodão, e até a década de quarenta se constituíam nas principais e quase únicas indústrias, exceção feita a pequenas “fábricas” domésticas sem grande expressão.

De 1940 a 1960, ocorre na cidade um crescimento considerável no número de estabelecimentos industriais, como também no número de operários, chegando a superar, nestes dois aspectos, a capital do estado, João Pessoa. Em 1940, a capital tinha números superiores, porém não consegue manter a mesma taxa de crescimento alcançada por Campina Grande, principalmente entre os anos cinquenta, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 01: Estado da Paraíba – Número de estabelecimentos industriais e de operários (1940/50/60)

Municípios	N° de Estabelecimentos			Diferença em (%)		N° de Operários		Diferença em (%)
	1940	1950	1960	1950/40	1960/50	1950	1960	1960/50
Campina Grande	87	93	212	6,8%	127%	1.202	2.588	115,3%
João Pessoa	96	111	186	15,6%	67,5%	2.396	1.446	-39,64%

Fonte: IBGE. Censo Industrial do Estado da Paraíba - 1939, 1940, 1959...

Durante os anos quarenta, a cidade vê surgir novas indústrias ligadas a atividades têxtil, ao couro, a alimentos etc. Entre 1950 e 1960, o município cresce em importância na região, devido ao seu acelerado processo de industrialização e à abrangência do comércio com as cidades circunvizinhas, e até com outras regiões do Nordeste.

Em 1955, a cidade já contava com 71 estabelecimentos com mais de 5 operários, totalizando nestes estabelecimentos 1.970 operários. Destacava-se a indústria têxtil com 8 estabelecimentos, 693 operários e 45% do valor total da produção, tendo como principal sub-ramo o beneficiamento de algodão e a fabricação de redes, de sacos-redes de fios etc.

O capital investido nessas fábricas, era oriundo da própria cidade, ou das cidades circunvizinhas, como Cajazeiras, Guarabira, Patos ou até mesmo Recife. Em sua maioria, eram empresas que dispunham de pouco capital e conseqüentemente empregavam poucos operários, com exceção das duas grandes indústrias, SANBRA e Anderson Clayton, que eram constituídas por capital exterior ao Nordeste.

No final dos anos 50 e início dos anos 60, com o acirramento da discussão em torno dos desequilíbrios regionais, é na cidade de Campina Grande que ocorre o I Encontro dos Bispos do Nordeste. Deste encontro, surge o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que acaba por originar a SUDENE e, conseqüentemente, irá marcar uma nova fase na atuação do governo federal na região, criando um projeto de incentivo à industrialização. É grande a efervescência na cidade e a esperança é de que, com o fim dos desequilíbrios regionais, a cidade seja uma das mais beneficiadas devido a sua importância.

Pode-se afirmar que Campina Grande preparou-se para absorver o projeto de industrialização proposto pela SUDENE, pois, como vimos, a cidade participou da preparação do projeto de industrialização, desde as primeiras discussões sobre a mudança na política oficial para a região Nordeste, e já se destacava no estado. Campina Grande é a única cidade do interior do Brasil, não capital de estado, que se tornou sede de um órgão de liderança do processo de industrialização do país, a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP).

Antes mesmo da criação da SUDENE, o município já incentivava suas indústrias e lutava por uma política de incentivos para industrializar a região. É claro que esta luta não era encabeçada por todos os setores da sociedade local, mas, por um setor bem representativo e que consegue, inclusive, lançar candidatos com esta plataforma, como ocorreu em 1959, com o lançamento da candidatura do empresário Newton Rique.

Com a criação da SUDENE, a cidade destaca-se pelo número de projetos enviados a este órgão, como também pelas facilidades criadas para instalação de indústrias no município. É desenvolvida toda uma estratégia de atração de indústrias, que, aqui instaladas, receberiam algumas vantagens não oferecidas em outras cidades.

Na iniciativa privada, porém, o papel mais importante no campo dos incentivos vai ser desempenhado por um grupo de intelectuais da cidade, influenciados pela ideologia desenvolvimentista. Estes intelectuais, liderados por Edvaldo de Souza do Ó e por José Lopes de Andrade, criam a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), entidade de caráter privado, criada pela Lei municipal N° 48, de 28 de dezembro de 1957.

A FUNDACT, servia de guia para os industriais locais e de outras regiões que desejassem investir na região. A criação desta fundação fazia parte dos planos de um setor da sociedade, que acreditava que a industrialização seria a redenção para a cidade, resolvendo todos os problemas sociais, e a Fundação seria o órgão que direcionaria esta etapa de desenvolvimento.

Durante o período em que esteve em funcionamento, a Fundação desenvolveu um papel de suma importância na orientação aos empresários do município, bem como servia de cartão de visita da cidade aos novos industriais que desejassem instalar suas fábricas no município e no estado.

A FUNDACT, além destas atividades ligadas diretamente à indústria, ainda mantinha a Faculdade de Filosofia de Campina Grande, onde se formava uma nova geração de intelectuais, e fundou a Escola Industrial de Campina Grande, com o objetivo de fornecer técnicos para a indústria em expansão.

Até 1965, conforme levantamento feito pela SUDENE, Campina Grande se situou na quarta posição entre as cinco cidades nordestinas mais beneficiadas com projetos de implantação ou

de ampliação de fábricas, superando todas as capitais de estados e principais cidades da região, exceto Recife, Salvador e Fortaleza.

De 1961 a 1965, foram aprovados pela SUDENE, para Campina Grande, 9 projetos, sendo 5 de implantação de novas indústrias e 4 de modernização das indústrias já existentes. Entre estes projetos, dois merecem destaque: o projeto de implantação da Campina Grande Industrial Ltda. (CANDE), produtora de tubos plásticos e, principalmente, o projeto de implantação da Wallig Nordeste S/A, empresa de grande porte, produtora de fogões a gás liquefeito.

Para se aferir à importância da Wallig, basta dizer que, tendo iniciado suas operações em 1967, inaugurada festivamente pelo então Presidente da República, General Costa e Silva, já em 1968, a empresa foi responsável por 12,22% do valor da produção industrial do estado. O item “fogões não elétricos” alcançou o 4º lugar, abaixo de tecidos de algodão, de farinha de trigo e de cimento Portland. O objetivo da Wallig era abastecer todo o mercado de fogões do Nordeste e do Norte do país.

A instalação da Wallig deveria servir de exemplo para que outras indústrias de grande porte também se instalassem na cidade. Foi grande a euforia da população com a notícia da instalação desta fábrica, e isto serviu de incentivo para novos investimentos públicos, visando à industrialização.

A cidade desenvolvia-se a passos largos. Segundo dados do SESI, em 1965, a indústria campinense já empregava mais que o comércio, tendo aquelas 16.425 pessoas empregadas, enquanto este empregava 14.733 pessoas e os projetos para a industrialização na cidade continuavam sendo aprovados pela SUDENE.

De 1961 a 1970, foram aprovados para Campina Grande 26 projetos industriais. Destes, 11 projetos foram de instalação de indústrias, 10 de ampliação e/ou modernização e 5 de reformulação financeira. As indústrias de minerais não metálicos tiveram 8 projetos aprovados; a indústria metalúrgica, 6; a têxtil, 4; produtos

alimentares, 3; e papel/papelão, beneficiamento de lixo urbano, material elétrico, borracha e extrativismo vegetal, um projeto aprovado para cada indústria. Três empresas tiveram 3 projetos aprovados: minerais não metálicos, metalurgia (Wallig) e plásticos (CANDE). Outras 5 tiveram 2 projetos aprovados: têxtil, minerais não metálicos, metalurgia e produtos alimentares.

O período de maior aprovação de projetos para a cidade se deu exatamente entre 1965/67, quando tivemos 15 projetos aprovados, predominando neste período os minerais não metálicos e metalurgia.

De 1971 a 1980, o que se percebe é uma retração na aprovação de projetos para o município, já que neste período apenas 14 projetos foram aprovados, sendo 2 de reformulação financeira, 9 de ampliação e modernização, e apenas 3 projetos de implantação de novas indústrias.

Em uma primeira análise dos números sobre a industrialização de Campina Grande, pode-se afirmar que a cidade foi muito beneficiada com a instalação de novas indústrias, bem como com a modernização das indústrias novas, ou das já existentes antes da implantação da SUDENE.

Nos 20 anos, de 1960 a 1980, em que os incentivos à industrialização do Nordeste foram patrocinados de forma intensiva pelo governo federal através da SUDENE e de seus mecanismos, Campina Grande teve 40 projetos aprovados, sendo 7 de reformulação financeira, 19 de ampliação e de modernização das indústrias e, nada menos, que 14 novas instalações.

Apesar destes números, o que se percebe é que a economia do município vem atravessando uma séria crise desde os anos 70 e que tem se agravado nos últimos anos. Um primeiro ponto a ser esclarecido para se entender esta crise é o seguinte:

- 1) O tão sonhado desenvolvimento industrial não foi suficiente para resolver problemas como o do desemprego, ao contrário. Tornando-se polo de desenvolvimento

- através da industrialização, a cidade torna-se também polo de atração de levas de pessoas da zona rural, que sonham com uma oportunidade de emprego na cidade;
- 2) As principais indústrias que se instalam no município além de absorver pouca mão de obra, não utilizam a matéria-prima e também não produzem para o mercado local ou regional;
 - 3) As indústrias, antes já instaladas no município, que utilizavam mão de obra e matéria-prima local e produziam para o mercado local e regional não conseguem se beneficiar da política governamental, que era excludente e só beneficiava os grandes grupos econômicos do Sudeste e até do exterior, deixando de fora os setores que poderiam impulsionar a economia do município;
 - 4) A mudança na política tributária adotada pelo regime militar após 1965, que passa a adotar uma política centralizadora privilegiando as capitais em detrimento das cidades de porte médio como Campina Grande.

O novo sistema tributário adotado a partir de 1965 concentrou os recursos públicos nas mãos da União, deixando pouca mobilidade aos municípios, no tocante aos investimentos próprios. No caso de Campina Grande, a receita mal era suficiente para cobertura dos gastos com o funcionalismo e com a manutenção dos serviços públicos existentes.

Dois dados espelham, com propriedade, a situação: a) Já no primeiro ano de vigência da reforma (1967), a arrecadação municipal caía de forma assustadora, e a lenta recuperação nos seis anos seguintes, de modo algum, compensou a perda de receita nesse período. Observa-se, por exemplo, que somente seis anos após a vigência da Reforma Tributária (1972), a receita própria do município atingiu o mesmo nível de arrecadação de 1966, a valores constantes e; b) A capacidade de investimento da municipalidade,

que antes da reforma era de 34% (trinta e quatro por cento) da receita total (excluídos empréstimos e convênios), caiu, após a reforma, para 16% (dezesesseis por cento), aproximadamente.

Com essa reforma, as finanças municipais perderam sua principal fonte de renda: o imposto da indústria e profissão, passando a receber, como compensação, uma irrisória participação no recém-criado Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Em contrapartida, às capitais, foi dada uma parcela maior no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além de lhes serem destinados vultosos investimentos em infraestrutura urbana e administrativa.

Destas mudanças, nasceu o descompasso entre os municípios do interior e das capitais. Entre 1967/68, ocorre um grande crescimento na economia de João Pessoa; Campina Grande vai sendo colocada em segundo plano. Estes fatores são o ponto de partida para a crise da economia campinense, como um todo, e da indústria, em particular.

Aliado a esses fatores, com o recrudescimento do regime militar as lideranças políticas da cidade foram perseguidas. Muitas delas tiveram de deixar a política e a cidade e, em alguns casos, até o estado. Consequentemente, permaneceram na política municipal apenas os políticos que se submetiam ao comando dos militares.

Dessa forma, a cidade que sonhou com um grande desenvolvimento econômico, e teve, principalmente nos anos 60, uma grande efervescência política, foi mergulhada no marasmo de onde ainda não conseguiu sair. Mesmo com o fim do regime militar e com o retorno de algumas lideranças políticas, anteriormente exiladas não se vive mais na cidade um clima de esperança como em décadas anteriores.

No início dos anos 80, com a abertura política, o grupo político liderado pelo ex-prefeito cassado durante o regime militar; Ronaldo Cunha Lima, assume os destinos da cidade derrotando

as forças que tinham se acomodado no poder durante a ditadura militar. Criou-se, nesse período, houve uma grande expectativa em torno da retomada de importância da cidade, o que, infelizmente, acabou não ocorrendo.

A cidade vive, nesse final de século, uma situação muito delicada, à medida em que os políticos profissionais da situação não dispõem de um projeto de desenvolvimento e ficam dependendo de medidas emergenciais e de “favores” do governo estadual e federal. Quanto à oposição, pode-se dizer que se não é inexistente, é inoperante e incapaz de apresentar um projeto político e econômico capaz de angariar as simpatias da população.

O que se conclui, é que todo o desenvolvimento alcançado pelo município no período do auge da industrialização, não foi suficiente para solucionar os problemas que já eram sentidos no início do processo. Ao contrário, os problemas sociais estão cada vez mais presentes, exigindo soluções urgentes por parte das autoridades, que pouco têm feito no sentido de resolvê-los, ficando a cidade entregue à própria sorte e tendendo a enfraquecer cada vez mais, já que não dispõe de um projeto alternativo no campo político, econômico e muito menos social.

Revisando e aprendendo

1. Faça um perfil da economia do seu município.
2. Pesquise sobre um projeto que tenha sido financiado em seu município e discutam, em sala de aula, a importância deste projeto.
3. Realize uma pesquisa sobre o papel da SUDENE na sua criação e compare com a atuação do órgão na atualidade.

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Maria Santana Souza da Silva

As cidades brasileiras vêm experimentando, ao longo dos anos, um processo de crescimento desordenado, sem qualquer infraestrutura, levando centenas de migrantes dos campos para as cidades.

Mas, por que eles estão saindo do campo para as cidades? Ora, vários são os motivos deste êxodo. Na Paraíba, os motivos mais evidentes são: as dificuldades encontradas nos campos, como a expulsão pelos latifundiários, a falta de recursos e de apoio do governo e período prolongado de estiagem. Por outro lado, tem a atração da cidade grande, com suas indústrias, suas lojas, a ilusão do trabalho fácil e dos salários elevados. Mas, os problemas, em vez de diminuir, em muitos casos, aumentam.

A chegada do migrante à cidade grande é um momento de choque e de desilusão: acostumados à vida pacata e sossegada do campo, eles encontram muitas dificuldades para se adaptarem à agitação, ao ruído e às longas distâncias. As dificuldades são enormes e quase nunca acabam. Primeiro é encontrar um lugar para morar, depois um trabalho (vale lembrar que a maioria não constitui mão de obra especializada, isto é, não tem uma profissão definida), em seguida, os baixos salários e os altos preços do alimento, do vestuário, da energia elétrica, da saúde etc.

Inicialmente, tentam o sul do país, o chamado “sul maravilhosa”, sonho dourado de quase todos os migrantes nordestinos.

Com a desilusão do sul, àqueles que retornam à Paraíba se concentram em João Pessoa e em Campina Grande. Daí o crescimento urbano acelerado, marcado principalmente por uma super concentração populacional não-empregada, que se “aloja” nos centros, ocorrendo a expansão das favelas e dos cortiços. Assim, processo de favelização e a “inchação” das cidades, juntando às deficiências de infraestrutura nos conjuntos habitacionais e nos bairros populares fazem surgir uma série de problemas urbanos. Este quadro de carências estruturais culmina com diversos conflitos, colocando como antagonistas de um lado o estado e, do outro, os trabalhadores.

A favelização de João Pessoa, com a Beira-Rio, Gauchinha, Ernani Sátiro, Vila da Palha etc., e em Campina Grande, com o Pedregal, Jeremias etc., demonstra carência de uma política habitacional voltada para a classe trabalhadora de baixa renda. Assim, passam a viver embaixo de pontes, viadutos, ruas e praças. A desigualdade social, em vez de diminuir, cresce, e os ricos ficam sempre mais ricos e os pobres mais pobres.

O crescimento urbano acelerado manifesta-se numa série de problemas em João Pessoa e em Campina Grande: falta de habilitação, água encanada, energia elétrica, saneamento, creches, escolas, transporte coletivo, hospitais.

O surgimento das ocupações urbanas, as conhecidas, “invasões”, sempre indicou a existência de uma parcela da população sem acesso a uma renda que permitisse garantir as suas necessidades básicas, principalmente em relação à habitação.

Novos atores surgem em busca de seu novo espaço na vida e nesse processo, o trabalho e a moradia constituem elementos básicos para a sua reprodução. Essa parcela da população, trabalhadores assalariados, operários, funcionários públicos, biscateiros passaram a resolver o problema da moradia com suas próprias

mãos, ou seja, partem para a ocupação de terrenos e de conjuntos habitacionais desocupados.

Assim, foram projetadas formas organizadas de ação coletiva que se expressaram através de Movimentos Sociais, cuja eficácia tem relação com resultados práticos e imediatos e, ainda, o atendimento das reivindicações urbanas, juntamente com o desenvolvimento de uma nova força social e política na vida da cidade.

As ocupações urbanas em João Pessoa e em Campina Grande concentraram-se nos anos de 1979/1986, nos governos Tarcísio Burity e de Wilson Braga, respectivamente, quando então o governo se preocupava em expandir as atividades produtivas e, apesar de se dizer “sensibilizado”, pelos problemas sociais urbanos, como: moradia, transportes coletivos, educação, na verdade, fazia “vistas grossas” às necessidades mais urgentes da maioria da população.

Não tendo outra alternativa, essa população carente partiu então para a ocupação. Em Campina Grande ocuparam os terrenos da Ramadinha I e II, construíram barracos, depois as casas e ocuparam o conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio. As Malvinas foi a maior ocupação coletiva registrada na Paraíba. Mais de 3.000 famílias ocuparam o conjunto e resistiram à pressão do estado, que enviou tropas policiais para intimidá-los, mas não surtiu efeito. Hoje, Malvinas constitui um dos bairros mais habitados de Campina Grande, e seus moradores conseguiram, através de muita luta, os serviços de infraestrutura: saneamento, energia elétrica, postos de saúde e policial, transporte coletivo, escolas. Esta foi a única alternativa habitacional que restou à população, pela falta de uma eficiente política habitacional do estado. São as camadas populares reagindo à exploração, ao descaso das autoridades governamentais e às condições precárias que estão vivenciando.

Em João Pessoa, as associações do bairro da favela Beira Rio desenvolveu práticas internas de mobilização, reuniões, pedidos

de audiência, assembleia popular, mas, o estado não reconheceu a associação dos moradores, representante legítimo da população, e os problemas continuaram.

O governo estadual reconhece a presença dos setores populares no cenário político e o crescimento das reivindicações. Cria-se alguns órgãos, como: PROMORAR, que propõe uma mudança na forma de tratar o problema da favelização, mas não resolve. Depois, a Fundação Social do Trabalho (FUNSAT), cujo objetivo específico é o atendimento aos setores populares.

Além dos programas de urbanização das favelas, a FUNSAT atuou na área de trabalho, em que foram criadas cooperativas gerenciais pela FUNSAT, como: Fábrica de Rede de Mandacaru, a Fábrica de Doces e outros. Todas essas cooperativas foram criadas a partir da Associação de moradores envolvendo as associações com as cooperativas.

O governo procura dar uma resposta aos problemas que afligem a população, aqueles mais urgentes, mas não resolve a situação. Continua o problema da habitação, sem uma política habitacional que atenda realmente aos trabalhadores de baixa renda; somando-se a outros problemas também importantes e urgentes, como: saúde, discriminação social e racial, crianças, jovens, alimentação, escolas.

Quem mais sofre com as desigualdades sociais e a injustiça existente no Brasil, são os trabalhadores rurais e urbanos. São os filhos dos trabalhadores e dos desempregados os que mais morrem de fome, não têm assistência médica, não frequentam escolas, enfim, os excluídos da sociedade.

Os trabalhadores brasileiros sempre lutaram por melhores condições de vida e de trabalho. As mudanças até ocorrem, mas a maioria em proveito de uma parcela da população rica e poderosa. As mudanças não acontecem para melhorar a situação da classe trabalhadora, ela continua carente e excluída da melhoria de vida da sociedade.

Revisando e aprendendo

1. Para uma melhor compreensão do texto:
 - a) Procure saber o que significa a expressão *êxodo rural* e identifique as razões do mesmo, nas últimas décadas na Paraíba.
 - b) Identifique os principais problemas decorrentes do inchaço das cidades.
 - c) Enumere as principais favelas e cortiços de sua cidade, hoje.
2. Através de pesquisa em livros, em jornais e em entrevistas procure identificar as formas organizativas dos movimentos urbanos e os seus objetivos.
3. Procure visitar uma área “ocupada” de sua cidade, e verifique como vivem as pessoas que promoveram a ocupação.
4. Através de uma consulta aos arquivos sobre urbanização da prefeitura de sua cidade, verifique se existem planos ou projetos que atendam ao problema habitacional.

LAMPEJOS DA CULTURA PARAIBANA

Damião de Lima

Falar de cultura é uma tarefa das mais difíceis, devido à complexidade do tema. Vejamos como a cultura está definida em dois tópicos do verbete encontrado no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda: Cultura: “Conjunto de características humanas que não são inatas, e que se criam e se preservam ou aprimoram através da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade” e, ainda, “A parte ou aspecto da vida coletiva, relacionados à produção e transmissão de conhecimentos, à criação intelectual e artística” (AURÉLIO, 1993, p. 318). Além desta diversidade, ainda temos que nos defrontar com os diversos conceitos de cultura, tais como: cultura popular, cultura erudita, cultura dominante, cultura de resistência etc.

Por isso, este capítulo, que trata da cultura paraibana, se constituiu em um dos mais difíceis de elaboração. Por outro lado, tornou-se extremante instigante, porque nos colocou diante de um sem número de manifestações artísticas, inúmeras manifestações de folclore, e um sem número de estilos musicais que são oriundos ou adaptados e desenvolvidos em nosso estado. Tal fato mostra o quanto o nosso povo é criativo e consegue transmitir esta criatividade das mais diversas formas e, o mais importante,

sem se preocupar com as diversas rotulações e camisas de força impostas pela suposta intelectualidade.

Baseados nesta diversidade, ficamos diante de um dilema sobre o que falar que possa retratar a cultura paraibana. Como já foi dito, qualquer escolha feita tornaria esta análise apenas a ponta de um *iceberg* da riqueza das manifestações culturais de nosso povo. Dito isto, resolvemos apenas apresentar um rápido panorama sobre algumas formas de manifestação artístico-cultural.

Quando se fala em cultura, a primeira imagem que nos vem à cabeça está relacionada às letras, daí porque iniciamos com a questão da imprensa na Paraíba.

Em relação à imprensa, tivemos na Paraíba diversos jornais desde o início do século XIX. Já em 16 de fevereiro de 1826, fundou-se o primeiro jornal, denominado: *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte*. O segundo jornal fundado na Paraíba foi: *A Gazeta Parahybana*, este circulou entre 1828 e 1829. Durante a Monarquia, circularam na Paraíba mais de 50 jornais, a maioria deles na capital e, quase todos, defendendo interesses partidários.

No campo da imprensa de cunho religioso, destacamos a existência do jornal *A Imprensa*, que começou a circular no dia 27 de maio de 1897 e, como todos os jornais, passou por muitas dificuldades, inclusive o seu fechamento durante o período do Estado Novo, por ordem de Ruy Carneiro, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Este jornal destacou-se também por contar com a participação feminina no seu quadro de colaboradores, sob a coordenação de um grupo de moças da Associação Católica da Capital, que escreviam sobre religião, artes, literatura, moda etc. Entre estas colaboradoras, destacaram-se figuras como: Daura Santiago Rangel, Argentina Pereira Gomes, Eurídice de Salles, Eudésia Vieira, Laura Jacobina Laconte, além de outras, que se encobriam por trás de pseudônimos.

No interior, os jornais começaram a aparecer ao final do século XIX. Na cidade de Campina Grande, destacamos:

A Gazeta do Sertão, de 01 de setembro de 1888, e *O Rebate*, fundado em 1932, e que circulou até princípios da década de 60. Na cidade de Areia, tivemos *O Areense*, fundado em 1877 e *A Verdade* de 1888; em Guarabira tivemos *O Astro*, *O Correio Guarabirense*, *O Correio do Interior*, *O Jornal da Luz* e *O Município*. Ainda tivemos jornais em Alagoa Grande, Mamanguape, Itabaiana e Monteiro.

Nesse final de século, temos cinco grandes jornais diários circulando no estado, sendo três da capital: o jornal *A União*, fundado em 02 de fevereiro de 1893; o *Norte*, de 07 de maio de 1908, e o *Correio da Paraíba*, de 05 de agosto de 1953. Há também dois de Campina Grande: o *Diário da Borborema*, fundado em 02 de outubro de 1957, e o *Jornal da Paraíba*, de 05 de setembro de 1971.

E a Arquitetura?

Como diz o artista Chico Pereira: “As artes plásticas na Paraíba são fruto da mesma árvore cultural europeia do legado greco-romano” (*A União*, 1997, p. 08). Os principais responsáveis pelas primeiras obras no campo da arquitetura em nosso estado foram as ordens religiosas: os beneditinos, os jesuítas, os franciscanos e os carmelitas. Estas ordens construíram diversos monumentos arquitetônicos que ainda hoje podem ser apreciados, principalmente na capital do estado.

Entre estas obras, destacamos o Mosteiro e a Igreja de São Bento, o conjunto Santo Antônio e São Francisco, a Igreja da Misericórdia, as Igrejas conjugadas de Nossa Senhora do Carmo e Santa Terezinha, o Palácio da Redenção e a Faculdade de Direito, que se originaram de construções jesuíticas, e a Igreja de Nossa Senhora da Guia no município de Lucena. Vinculados à defesa do território paraibano, temos dois importantes monumentos: a Casa da Pólvora, na parte antiga de João Pessoa, e a fortaleza de Santa Catarina, no município de Cabedelo.

Além destes monumentos de inspiração e de estilo definidos, a capital dispõe ainda de alguns monumentos, que, segundo Chico Pereira: “são lembranças de vários estilos de inspiração europeia, condensados na paisagem do cotidiano” (op. Cit., p. 11). Entre estes monumentos de vários estilos destacamos: o Teatro Santa Roza, os edifícios que abrigam o comando geral e o batalhão da Polícia Militar, o coreto da Praça Pedro Américo, o Palácio da Justiça, o Pavilhão do Chá, o Palácio da Arquidiocese e o edifício dos Correios e Telégrafos.

Do auge do período açucareiro, podemos observar alguns engenhos existentes na região do brejo, e que ainda mantêm toda sua estrutura, ou seja, o engenho em si, a casa grande, a capela e a senzala. Podemos ver ainda as fachadas das residências dos municípios de Areia, de Alagoa Grande, de Bananeiras, de Pilões, de Serraria, de Alagoa Nova, entre outras, que guardam aspectos originais da arquitetura dos séculos XVII, XVIII e XIX.

A partir do século XX percebemos a forte influência francesa na arquitetura urbana, tanto na capital como em algumas cidades do interior. Encontramos hoje algumas fachadas no estilo Art-Nouveau e Art-Decó. Como exemplo da Art-Decó na capital, podemos observar o Prédio do Liceu Paraibano.

A influência da Art-Decó foi muito forte nas construções das residências do centro da cidade de Campina Grande. No final dos anos 1990, foi realizado um trabalho de revitalização do centro da cidade quanto à limpeza e à conservação das fachadas dos edifícios que guardam estas características.

Temos de destacar que, embora a influência europeia seja predominante, as artes visuais na Paraíba remontam aos primeiros habitantes, pois não podemos esquecer as inúmeras pinturas rupestres existentes nas dezenas de sítios arqueológicos espalhados por quase todo o estado.

A pintura, como a conhecemos, só tomou corpo e importância, no estado, no início do século passado. Foi em 1913 que

se inaugurou o primeiro museu ou galeria de retratos do pintor Aurélio de Figueiredo, que veio à Paraíba a convite do então presidente Castro Pinto.

E as outras Artes?

Quanto às outras artes, como cinema, música e teatro, embora tivéssemos inúmeras manifestações, durante todo o século passado, foi só nos anos 60 que estes setores se tornaram verdadeiramente atuantes e organizados no estado. Este *boom* artístico ocorreu, principalmente, com a popularização ou massificação do conhecimento, patrocinado através da federalização da Universidade Federal da Paraíba e da criação da Universidade Regional do Nordeste, hoje Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

A partir de então, tivemos não apenas o aumento das diversas manifestações artístico-culturais na capital, como também a interiorização deste movimento, com destaque para a cidade de Campina Grande. Despontaram, neste período, na capital, grandes artistas vinculados ao Departamento Cultural da UFPB, ao Grupo Tomás Santa Roza e ao Centro de Artes Plásticas.

Em Campina Grande, os artistas estavam ligados a diversos movimentos liderados por pessoas vinculadas à cultura, como a equipe 3 (José Anacleto, Eladio Barbosa e Chico Pereira), além de outras pessoas que começaram a despontar no movimento cultural da cidade, como o diretor do Teatro Municipal, o teatrólogo Wilson Maux, além de duas figuras que ainda hoje podem ser consideradas como patronas da cultura campinense: Elizabeth Marinheiro e Eneida Agra. Os novos artistas congregavam-se em torno do Teatro Municipal e do recém-criado Museu de Artes Assis Chateaubriand, inaugurado em outubro de 1967. Não podemos esquecer a influência dos programas de auditório da Rádio Borborema que revelou inúmeros talentos.

No cinema, a Paraíba tem se destacado com diversos filmes e documentários sobre o estado. Entre os mais conhecidos, destacam-se o filme dirigido por Tizuka Yamazaki: *Paraíba Mulher Macho*, que conta a história do movimento de 30 no estado, e a produção da Rede Globo: *O Auto da Compadecida*, do livro de Ariano Suassuna, que foi adaptado para o cinema. Mesmo assim, tivemos, no século passado, inúmeros filmes e destacados cineastas, como Walfredo Rodrigues (considerado o pai do cinema paraibano), que fez o célebre *Sob o Céu Nordestino*, e Linduarte Noronha, que inaugurou uma nova forma de fazer cinema na Paraíba, em que a realidade deixa de ser apenas mostrada e passa a ser estudada. Esta nova forma de fazer cinema pode ser apreciada no clássico documentário produzido no início dos anos 60, com o título de *Aruanda*, e no documentário que foi interrompido pela Ditadura Militar e só retomado ao final desta: *Cabra Marcado para Morrer*, dirigido por Eduardo Coutinho, que conta a história das ligas camponesas no estado.

Hoje o cinema e o teatro paraibanos passam por uma fase de revitalização e, embora os incentivos sejam mínimos, os artistas estão conseguindo realizar filmes e montar peças interessantes que alcançam destaque na mídia nacional, como o recente espetáculo teatral: *Vau da Sarapalha*. Outros artistas paraibanos também ganham destaque nacional, tais como: Marcélia Cartaxo, que atuou no filme *Nasce uma Estrela*, e Soia Lira, que atuou no filme *Central do Brasil*. Destacamos, ainda, o filme: *Eu, Tu, Eles*, dirigido por Carlos Vasconcelos.

No campo musical, a Paraíba tem tido grande destaque e sempre está presente nos diversos movimentos musicais e com grandes talentos. É da Paraíba a grande Orquestra Tabajara, que encantou e encanta gerações de românticos brasileiros, e a Orquestra Sinfônica, que sem dúvida é uma das melhores do Brasil.

Na música popular brasileira, temos grandes nomes, como Geraldo Vandré, Sivuca, Glorinha Gadelha, Cátia de França, Zé

Ramalho, Roberta Miranda, Elba Ramalho, além dos novos talentos que começam a despontar, como Emerson Uray, Paulo Ró, Adeildo Vieira, Júnior Rangel, Paulinho de Tarso, Capilé, Gera Brito, Pedro Osmar, Totonho, Renata Arruda, entre outros. Merece destaque, também, o grupo Jaguaribe Carne considerado um celeiro de bons músicos na capital. Deste grupo, saíram muitos dos novos talentos acima citados, entre eles o cantor e compositor Chico César.

Em termos de inovação musical a Paraíba deu ao Brasil e ao mundo um dos maiores criadores de ritmos já conhecidos: o grande Jackson do Pandeiro, figura de difícil classificação em termos musicais, porque passeava por todos os ritmos, reinventando-os e adaptando-os às suas músicas. Hoje, Jackson tem admiradores no mundo inteiro, e seu estilo irreverente e ao mesmo tempo profundamente identificado com suas origens vem sendo seguido por diversos artistas. No estado, são seguidores do estilo Jackson: Biliu de Campina, Fuba de Taperoá, Manuelzinho Silva e as bandas Cabruêra e Tocaia. Esta reinvenção de ritmos e resgate da cultura é hoje um movimento que ganha dimensão nacional.

E a Cultura Popular?

No que se convencionou chamar de *cultura popular*, como sendo a cultura que é feita e difundida pela maioria da população, podemos afirmar que a Paraíba é muito rica e tem revelado inúmeros talentos. Começemos pela música.

Conforme já falamos anteriormente, a nossa contribuição musical é bastante variada e, embora o forró seja o estilo mais característico, devido ao espaço que alcançou na mídia ultimamente, temos diversas outras formas e estilos musicais, variando de acordo com a região, com o clima e com a origem dos moradores e de suas atividades laborais.

Assim, no litoral, temos o coco de roda e as cirandas, estilo de música e dança oriundos do período colonial, que muda de

acordo com o local de origem dos cantores e dos dançarinos. Os pescadores dançam e cantam o coco de uma forma, já os cortadores de cana cantam e dançam de outra forma, mudando os temas das músicas de acordo com a realidade de cada categoria e o seu mundo. No agreste e no sertão, temos uma grande influência dos violeiros, ou repentistas, como também são conhecidos e, de um outro tipo de coco que é conhecido como coco de embolada – estilo este bem diferente do coco de roda do litoral. Em novembro de 2000, o Laboratório de Estudos da Oralidade (LEO) lançou um CD com cocos de roda, intitulado: *COCOS: Alegria e Devoção*.

Um outro estilo musical muito difundido é o aboio e a música entoada pelos *aboiadores*, como são conhecidos os cantores deste estilo musical. O aboio é a forma de identificação entre o vaqueiro e a “sua” boiada. Em geral, para não deixar que o gado se perdesse nas caatingas, os vaqueiros soltavam uma espécie de grito que fazia com que os animais se pusessem em marcha acompanhando o restante do rebanho. Como cada vaqueiro tinha um estilo diferente de tocar sua boiada, estes gritos eram apresentados pelos vaqueiros nas festas de apartação e, posteriormente, nas vaquejadas. Aos poucos, os gritos ou toadas, como eles preferem chamar, foram ganhando letra e transformando-se em música, que, em sua maioria, falam de cavalo, de mulher e de gado – três coisas sagradas para os vaqueiros, principalmente o gado e o cavalo.

Outro filão, em termos de riqueza cultural, é a nossa poesia. Temos duas vertentes da poesia: uma erudita, encabeçada por Augusto dos Anjos, figura de destaque a nível nacional, eleito como *o paraibano do século* e que tem seus seguidores no estado, e a poesia matuta, conhecida também como literatura de cordel. É nesta segunda que nos deteremos um pouco.

A literatura de cordel é uma adaptação da trova medieval. Embora não se possa precisar seu surgimento, este estilo está

presente em toda a região Nordeste. Na Paraíba, o cordel acabou influenciando outros tipos de manifestações artísticas de caráter mais popular, como o coco de embolada, a poesia matuta, os cantadores de viola e até o forró.

Neste tipo de literatura, tivemos grandes cordelistas, o pioneiro desta arte, no estado, foi Leandro Gomes de Barros, autor e editor de folhetos no final do século XIX e no início do século passado; paraibano de Pombal, migrou para Recife onde editava as obras e veio falecer em 1918. Tivemos também o poeta repórter Apolônio Alves, que deixou mais de 300 folhetos de cordel, retratando os acontecimentos de sua época. É preciso que se diga que o cordel servia como jornal dos acontecimentos para as populações pobres, lidos nas feiras das mais diversas freguesias. Ainda hoje, podemos encontrar pessoas que sobrevivem da feitura do cordel. E, nos anos 80, um filme fez grande sucesso contando a história de um cordelista: *O Homem que virou suco*.

Além do cordel, temos no estado grandes expressões artísticas nos diversos ramos, todos englobados como poetas populares. Esta denominação se dá pelo fato de que estes artistas em geral passeiam entre um gênero e outro da poesia, ou seja, os poetas populares, em geral, recitam e cantam, outros, tocam e embolam ou tocam, cantam e recitam.

Dentre os destaques da poesia temos originalmente a família de Agustinho Nunes da Costa, oriundo da região de Teixeira. Tanto Agustinho, que migrou, como seus filhos, que já nasceram na região de São João do Sabugi, Huguinho e Nicandro, são poetas populares. Desta família, surgiu ainda uma terceira geração de poetas, que são os filhos de Nicandro: Dimas e Batista.

No campo da poesia matuta e da cantoria de viola, temos Ivanildo Vila Nova, Pinto de Monteiro, Otacílio Batista, José Laurentino, entre outros tantos. Não podemos esquecer das mulheres violeiras que fazem sucesso em todo o país: Maria Soledade e Minervina.

Atualmente, este estilo de cordel está exercendo uma forte influência no forró, e assim podemos ver alguns cantores se destacando, mesclando poesia matuta, cordel e forró. Neste campo, estão os poetas: Ton Oliveira e Amazan.

Como foi colocado no início deste texto, falar sobre cultura é uma tarefa difícil, devido à diversidade do tema e a riqueza da cultura paraibana. Por isso, aproveitamos para pedir desculpas aos artistas que se sentirem excluídos por sua forma de manifestação não ter sido citada nesta obra. Mas, como o próprio título coloca, isto aqui é um pequeno lampejo da cultura paraibana.

Revisando e aprendendo

1. Em sua opinião o que significa o termo *cultura popular*?
2. Escolha um tema relacionado à cultura popular e pesquise-o em um dos jornais locais.
3. Entreviste um artista, ou uma pessoa ligada às artes na década de 60, sobre a importância daquele momento histórico.
4. Tente identificar a influência da literatura de cordel em alguma música recente.
5. Monte uma pequena peça teatral seguindo o roteiro de um folheto de cordel.

A PARAÍBA NO NOVO MILÊNIO

Damião de Lima

O estado da Paraíba, neste início de século e de milênio, vive uma fase de recuperação econômica em alguns setores de sua economia, embora outros setores ainda apresentem um quadro de crise, sobretudo os setores mais tradicionais.

O setor industrial demonstra sinais de recuperação, com a implantação de algumas grandes fábricas nos principais polos econômicos: grande João Pessoa (que inclui Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Conde, além, obviamente, da própria capital) e o município de Campina Grande.

Apesar da cidade de Campina Grande ter recebido algumas fábricas, é necessário dizer que o município está muito distante de sair da crise em que se encontra, em virtude do desaquecimento do setor industrial na cidade. Esse processo de encolhimento teve início no final dos anos 1960 e agravou-se nas décadas posteriores. Em contrapartida, fica visível o crescimento do setor informal, especialmente no tocante ao comércio de produtos importados e aos pequenos empreendimentos no ramo alimentício, com destaques para pequenas mercearias, bares e restaurantes.

Ainda sobre Campina Grande, segunda maior cidade do estado, do ponto de vista da ação estatal, destaca-se no município

o incentivo ao turismo de eventos, com destaque para duas grandes festas: a Micarande, uma espécie de carnaval fora de época, que acontece, geralmente, no mês de março ou de abril, e o “Maior São João de Mundo”, outra festa que se tornou tradicional e ocorre durante todo o mês de junho.

Na capital, João Pessoa, o cenário apresenta características distintas do interior. O crescimento urbano e industrial, alavancado pela centralização econômica durante os governos militares, foi responsável por um significativo crescimento econômico, mas acarretou uma série de problemas e de desafios que os governantes não estão conseguindo resolver.

O crescimento econômico acelerado, decorrente da criação de empresas públicas e da oferta de melhores condições tributárias para as empresas privadas, ocasionou a transferência de pequenas e de médias empresas do interior do estado em direção à capital, entretanto, o número de pessoas que fez o mesmo percurso foi bem superior à capacidade de absorção dessas empresas. Como consequência disso, cresceu consideravelmente o desemprego e todas as mazelas dele decorrentes.

Destarte, durante o governo dos militares (1964-1985), ao contrário do que ocorria no período anterior, quando a cidade de Campina Grande era o centro da economia do estado, a capital tornou-se a cidade mais importante, do ponto de vista urbanístico e econômico. Surgiram, ali, novos bairros e diversas empresas públicas e privadas. Em contrapartida, o que pode parecer um paradoxo, a capital, João Pessoa, passou a concentrar, também, os maiores problemas no tocante à falta de moradia e de empregos.

Em relação às demais regiões do estado, embora a ação governamental, tanto estadual quanto federal possa ser considerada permanente, falta planejamento. Por exemplo, existe na Paraíba um problema que há séculos perdura sem solução: trata-se da seca e das formas de convivência com este flagelo natural

que assola o semiárido paraibano, área que ocupa 77% do território estadual e que nela vive 40% da população do estado.

O semiárido é a região que sofre a maior escassez de recursos naturais e onde as condições econômicas e sociais são mais difíceis. Encontrar meios de convivência capazes de melhorar as condições de vida da população desta área é o grande desafio colocado para o governo e para toda a sociedade paraibana. E, até esse início de milênio, as ações tem sido apenas pontuais. Com isso, o êxodo em direção à Campina Grande e João Pessoa tem sido constante e aumenta a cada período de estiagem.

Visando melhorar as condições de vida no sertão, o governo do estado construiu um canal ligando o açude de Coremas à Mãe D'água, conhecido como o "Canal da Redenção". Como o nome indica, este canal pretende contribuir para a melhoria das condições de vida da população, que sofre há séculos com os efeitos das secas periódicas que assolam aquela região, inviabilizando seu desenvolvimento.

Embora esta obra tenha grande importância para a região do sertão, o problema da seca não será resolvido, pois apenas uma parcela da população será beneficiada. Esta obra deveria ser o primeiro passo para um projeto de maior porte, que é o da transposição das águas do rio São Francisco, beneficiando não apenas a Paraíba, como outros estados vizinhos.

Apesar de parte do orçamento para a transposição do rio São Francisco já ter sido liberada, a obra encontra resistências dos parlamentares e dos governos dos estados nordestinos banhados por este rio. Eles afirmam que a obra não resolverá o problema dos estados carentes de água, como Ceará e Paraíba, e ainda criará problemas para os estados que hoje utilizam a água dele. As resistências são maiores dos governantes e dos parlamentares de Sergipe e da Bahia.

Conforme afirmamos no início deste texto, enquanto uns problemas são resolvidos ou estão sendo discutidos na busca de

solução, outros parecem esquecidos pelas autoridades governamentais. Em decorrência dessa falta de ação, as regiões em que os problemas não são enfrentados continuam mergulhadas na crise e em franca desaceleração econômica. Um exemplo desta desaceleração pode ser sentido de forma bastante evidente na região do Curimataú. Esta área, antes grande produtora de sisal, hoje vive praticamente da agricultura de subsistência, dependendo das intempéries da natureza e, conseqüentemente, arrasada pela seca, fenômeno comum na região, já que se encontra localizada no semiárido.

Outra região que passa por sérias dificuldades é a Zona da Mata, que depende da produção de açúcar. Nos últimos anos, o que se vê é o fechamento de inúmeros engenhos produtores de rapadura, de aguardente e de outros derivados da cana-de-açúcar, e até o fechamento de algumas usinas importantes, diminuindo drasticamente a produção de açúcar e de álcool.

Ainda na Zona da Mata, destacava-se o município de Sapé como primeiro no ranking nacional na produção de abacaxi. Entretanto, hoje ele passa por uma profunda crise, devido a problemas naturais, como a seca, mas principalmente devido à falta de apoio dos órgãos governamentais, à alta taxaço das exportações no estado e à pouca visão empresarial dos produtores locais, que não se modernizaram e acabaram perdendo essa liderança para outros municípios, sobretudo da região Sudeste.

No entanto, ao contrário da região do Curimataú, praticamente abandonada pelos sucessivos governos, as regiões produtoras de algodão, sertão e cariri, e a região produtora de abacaxi, têm recebido atenção dos órgãos governamentais, visando à recuperação das culturas que já obtiveram destaque na economia paraibana.

No final dos anos 1990, o governo do estado voltou a incentivar a produção de abacaxi na região de Sapé e, em parceria com a Embrapa, está desenvolvendo o algodão colorido, no cariri, que

é ecologicamente correto e está com grande aceitação no mercado europeu. No sertão, conforme já citado, está sendo construído o canal da redenção.

Analisando as medidas mais gerais, merecem destaque os projetos de captação de águas e abastecimento em diversos municípios, como é o caso da barragem de Acauã, que visa resolver o problema de abastecimento de Campina Grande e da região circunvizinha. Outro projeto que merece destaque e que conta com financiamento do governo federal é a duplicação da BR-230, que liga Campina Grande a João Pessoa e que irá contribuir para o desenvolvimento do comércio entre o litoral e o sertão do estado, já que o município de Campina Grande fica em uma região de entroncamento rodoviário e serve de elo entre diversas regiões do estado.

Vale destacar que qualquer projeto de desenvolvimento passa, necessariamente, por investimentos em ciência e em tecnologia. A Paraíba está bem servida nessa área, pois dispõe de duas grandes universidades públicas: a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Embora ainda não exista uma articulação capaz de fomentar o desenvolvimento de forma planejada entre o governo e essas instituições, existem algumas ações, das universidades, que muito têm contribuído para a superação das dificuldades sociais e econômicas.

As duas universidades têm colaborado nas discussões e nas ações acerca do desenvolvimento sustentável do estado. Nos últimos anos, elas vêm colocando seus projetos de pesquisa, desde os de iniciação científica, passando pelos de mestrados e pelos de doutorados, na perspectiva de contribuir com este tão almejado desenvolvimento. Reforçando essas afirmativas, a cidade de Campina Grande tem se tornado um importante centro de informática, com reconhecimento internacional. Esse destaque é oriundo do trabalho que vem sendo desenvolvido no parque tecnológico

vinculado à UFPB. Além da pesquisa, os projetos de extensão, das duas instituições, também estão voltados para estes objetivos.

O ensino é outro ponto forte, ao contrário do que ocorre em outros estados, as universidades paraibanas têm como principal clientela os alunos da rede pública, ou seja, a população mais carente. Para dimensionar essa importância, basta observar a quantidade de municípios que enviam seus alunos para as instituições, na busca de capacitação profissional.

Destarte, é muito importante que os governantes passem a buscar nestas instituições o suporte técnico-científico e humanístico para seus planos de desenvolvimento, afinal, as universidades podem e desejam contribuir com o desenvolvimento local e regional.

Um dos entraves ao desenvolvimento paraibano continua sendo a política oligárquica. Com a redemocratização e a perda de importância da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista que dava sustentação aos militares, O estado passou a ser governado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Esse partido congregou as forças de oposição aos governos militares. No entanto, ao assumir o poder no estado, as forças que o integram se constituíram em novas oligarquias, muito semelhantes às que existiram durante o período anterior. Temos muitas semelhanças entre essas novas oligarquias e as que operavam na chamada República Velha e que foram derrotadas no movimento de 1930.

Deste modo, nesse início de século, as disputas se dão no seio desses grupos que se digladiam e se recompõem, evitando, assim, o surgimento de uma oposição mais consistente. Por outro lado, sem espaço para avançar e descrente da própria força, algumas lideranças de “esquerda” acabam cooptadas, optando por apoiar um ou outro grupo dissidente do núcleo dominante.

Em síntese, o que se percebe é que a situação do povo paraibano, salvo algumas exceções, não é fácil. A busca por saídas para

a crise passa por mudanças na concepção econômica e política dos governantes e pelo crescimento dos movimentos sociais, de modo que a pauta de prioridades das políticas públicas seja alterada, em benefício da população mais carente. Assim, faz-se necessário, também, o questionamento à política do governo federal, que é de total submissão ao grande capital internacional.

Temos capacidade e potencial técnico e científico para empreendermos mudanças significativas no cenário econômico, além de um povo criativo e curtido nas dificuldades, capaz de transformar qualquer cenário adverso, falta-nos, entretanto, exercitarmos a democracia direta e estabelecermos as prioridades de acordo com os interesses mais gerais da população. Esta discussão deverá incluir toda a sociedade, o que só será feito quando alcançarmos um estágio de maturidade política e social mais avançado do que o que vivenciamos. Esse é o nosso cenário na entrada do novo milênio.

Revisando e aprendendo

1. Descreva as principais atividades econômicas da sua região.
2. Que políticas governamentais foram desenvolvidas na sua região ou na sua cidade e quais os efeitos práticos dessas políticas na melhoria de vida da população?
3. Como você analisa o papel da universidade pública para seu crescimento pessoal e profissional?
4. Que movimento(s) social(is) você participa ou conhece e qual sua opinião sobre ele(s)?
5. Estabeleça um paralelo entre os grupos políticos parai-banos que atuavam na primeira metade do século XX e os que atuam nesse início de milênio, destacando semelhanças e diferenças.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCAR, Francisco de et al. *História da Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

ALVES, Marcio Moreira. *A Força do Povo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1962.

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 1978.

ALMEIDA, Horácio de. *Brejo de Areia*. 2 ed., João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 1980.

ALMEIDA, José Américo de. *O ano do Nego (Memórias)*. João Pessoa: SEC/A UNIÃO, 1978.

ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 3 ed. revista. João Pessoa: SEC/A UNIÃO, 1980.

ALVES, Luiz Nunes. *História da Paraíba em verso*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil em suas Drogas e Minas*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. *Campina Grande: poder local e mudança nacional (1945-1964)*. UFPB, 1985. (Dissertação de Mestrado).

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARBOSA, Orris. *Secca de 32 (Impressões sobre a crise nordestina)*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, 1935.

BARBOSA, Sebastião. *A Mão Armada do Latifúndio - Margarida, Quantas ainda Morrerão?* João Pessoa: A União Ed., 1984.

BENEVIDES, César. *Camponeses em marcha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BLONDEL, Jean. *As condições da vida política no estado da Paraíba*. 2 ed., Assembléia Legislativa, A União Ed., 1994.

CARVALHO, Álvaro de. *Nas vésperas da revolução*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1932.

CAVALCANTI, Arquimedes. *A Paraíba na Revolução de 1817*. João Pessoa: A União Ed., s/d.

COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. *Poder, alegria dos homens*. João Pessoa: Gráfica A Imprensa, 1965.

DANTAS, Manuel Duarte. *Agora, a verdade sobre os fatos de 1930*. João Pessoa: SEC/A União, 1979.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1975.

DIEGUES, Jr. Manuel. *População e Açúcar no Nordeste*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1954.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1993.

GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1979.

GUEDES, Nonato (org.). *O jogo da verdade*. João Pessoa: A UNIÃO Ed., 1994.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das oligarquias - Paraíba 1889-1945*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1994.

HERCKMANS, Elias. *Descrição geral da capitania da Paraíba*. João Pessoa: A União Ed., 1982.

HOFFNAGEL, Marc. *O Trabalho livre, marginalização e manifestações políticas: O homem livre pobre na sociedade paraibana*. In: Revista Ciência Histórica. João Pessoa: DH/UFPB, 1990.

INOJOSA, Joaquim. *República de Princesa (José Pereira x João Pessoa-1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

JOFFILY, Irinêo. *Notas sobre a Paraíba*. 2 ed. Brasília: Thesaurus Ed., s/d.

JOFFILY, José. *Revolta e revolução: cinquenta anos depois*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JOFFILY, José. *Porto político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

KOVARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEAL, José. *Itinerário da História (Imagem da Paraíba entre 1518 e 1965)*. João Pessoa: Gráfica Comercial Ltda, 1965.

LEITE, Glacira. *A Insurreição Pernambucana de 1817*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Damião de. *O Processo de Industrialização via Incentivos Fiscais: Expansão e Crise em Campina Grande*. Campina Grande: 1996. (Dissertação de Mestrado).

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro-1930*. Rio de Janeiro: Onitas, 1933.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*. 2 ed., João Pessoa: UFPB, 1980.

MAIA, Sabiniano. *Flávio Ribeiro Coutinho: História de uma vida e de uma época (1882-1963)*. João Pessoa: União Ed., 1977.

MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. 2 ed. João Pessoa: UFPB, 1980.

MARIZ, Celso. *Evolução econômica da Paraíba*. João Pessoa: A UNIÃO Ed., 1978.

MEDEIROS, Maria do Céu. *Relação de trabalho: a mão de obra indígena na Paraíba (Período colonial)*. In: Revista Ciência Histórica, Ed. Especial, no. 3, 1990.

MELO, José Antônio Gonçalves de. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 2 ed., Recife: Imprensa Universitária, 1966.

MELLO, José Octávio de Arruda. *João Pessoa perante a História: textos básicos e estudos críticos*. João Pessoa: A UNIÃO Ed., 1978.

MELLO, José Octávio de Arruda. *A revolução estatizada*. João Pessoa: A UNIÃO Ed., 1983.

MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistência*. 2 ed., João Pessoa: Ed. Universitária, 1995.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente (1850-1890)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

MONTEIRO, Vilma dos Santos. *Pequena História da Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1980.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NÓBREGA, Apolônio. *História republicana da Paraíba*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1950.

NOVAIS, Fernando. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial, *In: Brasil em Perspectiva*, obra conjunta (Org.) Carlos Guilherme Mota, São Paulo: Difel, 1969.

OLIVEIRA, Elza Régis de. *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

PIMENTEL, Cristino. *Pedaços da História da Paraíba*. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.

PINTO, Irineu. *Datas e notas para a História da Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1977.

PINTO, Luís. *Fundamentos da História e do desenvolvimento da Paraíba*. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1973.

PONTES DA SILVA, Francisco et alli. *Poder e política na Paraíba - uma análise das lideranças-1960 a 1990*. João Pessoa: API / A UNIÃO, 1993.

PORTO, Waldice Mendonça. *Paraíba em preto e branco*. João Pessoa: A UNIÃO Ed., s/d.

QUEIROGA, Ana Maria e SILVA, Maria Santana Souza da. *Movimentos Sociais Urbanos em Campina Grande*, In: *Jornal Historiando*. Campina Grande: 1994.

EIROGA, Ana Maria; SILVA, Maria Santana Souza da. *Dominação e Espoliação*, In: *Jornal Historiando*. Campina Grande: n°2, 1992.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba 1930)*. João Pessoa: SEC/A UNIÃO Ed., 1978.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *Agangorra do poder (Paraíba 1889-1930)*. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB/ 1989.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

SILVA, Maria Santana Souza da. *A questão agrária no Nordeste: um estudo de caso - Mamanguape-PB 1955-1964*, UFPE, 1988. (Dissertação de Mestrado).

SYLVESTRE, Josué. *Da revolução de 1930 à queda do Estado Novo: fatos e personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*, Brasília: Senado Federal, 1993.

SYLVESTRE, Josué. *Lutas de Vida e de Morte: fatos e personagens da história de Campina Grande (1945- 1953)*. Brasília: Senado Federal, 1982.

SYLVESTRE, Josué. *Nacionalismo e coronelismo: fatos e personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964)*. Brasília: Senado Federal, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUSA, Francisco de Assis Lemos. *NORDESTE: o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o golpe de 64*. Londrina: Ed. Luel / Ed. UFPB, 1996.

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a História territorial da Parahyba*. Ed. fac-similar, Mossoró: Coleção Mossoroense, 1982.

VIDAL, Ademar. *João Pessoa e a revolução de 30*. Rio de Janeiro: Ed. GRAAL, 1978.

AUTORES

DAMIÃO DE LIMA – Graduado em História e Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba, Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Ex-Professor Titular do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Autor do livro: *Campina Grande sob intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho nacional desenvolvimentista*.

ELIETE DE QUEIROZ GURJÃO – Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora aposentada do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Autora do Livro: *Morte e Vida das Oligarquias Paraibanas (Paraíba – 1889-1945)*. Co-Autora dos Livros: *O Bairro de José Pinheiro ontem e hoje*, *Estrutura de Poder na Paraíba*, *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*, *Conhecendo o Cariri*, *História e Debate na Assembleia da Paraíba*, *Mapeamento Cultural da Paraíba*, *Antes que se apague: memória, patrimônio e identidade da Paraíba*.

LEONÍLIA MARIA DE AMORIM – Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora aposentada do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Co-Autora dos Livros: *O Bairro de José Pinheiro ontem e hoje* e *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*.

MARTHA LÚCIA RIBEIRO ARAÚJO – Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora aposentada do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Co-Autora dos Livros: *O Bairro de José Pinheiro ontem e hoje e Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*.

MARIA SANTANA DE SOUZA SILVA (*In memoriam*) – Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Ex-Professora Adjunta da Universidade Estadual da Paraíba.

Sobre o livro

Design da Capa | Erick Ferreira Cabral

Projeto Gráfico e Editoração | Jéfferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Tipologia utilizada | Adobe Caslon Pro 14/16 pt

Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos, representa um dos maiores sucessos editoriais da Paraíba. Pensado, inicialmente, para ser apresentado em formato de miniaulas que formariam um curso sobre a história do estado e que seriam transmitidas em formato podcast na rádio universitária, os textos foram convertidos neste livro e chegamos a quinta edição e mais de 3.000 exemplares vendidos. Alguns fatores explicam esse sucesso, entre eles destaca-se a perfeita sintonia existente entre os autores e a especialidade de cada um deles nos assuntos abordados. Essa interação contribui para fluidez didática dos textos. Outro elemento importante é a abordagem diversa e ampla. O livro disserta sobre os principais acontecimentos no território paraibano, expondo desde as disputas primárias no período da colonização, passando pela expansão da ocupação do litoral para o interior e chegando até o processo de urbanização desordenada do início do século XXI, sempre enfatizando as questões sociais, políticas, econômicas e culturais que marcaram essas mudanças. Reforçando seu caráter didático, ao final de cada capítulo o leitor tem a oportunidade de realizar um exercício de aprendizagem, como forma de testar seus conhecimentos acerca da temática abordada. Acreditamos que a junção desses fatores e a escrita leve e envolvente, explicam seu sucesso.

ISBN: 978-65-86221-56-5

